



CONTRA OLAVO DE CARVALHO

*Uma Crítica Escrituralista
à Filosofia do Conhecimento
por Presença*

O. III

É com real prazer e intensa satisfação cultural que tenho a alegria em recomendar o livro do meu amigo Orlando numa época de certezas intelectuais no oceano do pós-humanismo e retoricismos visionários, gurus da futurologia, messianismos tecnognósticos o autor oferece a feroz magnitude da antiga revelação cristã na tradição apologética do pressuposicionalismo escrituralista construído pelo grande apologeta e teólogo reformado americano Gordon Clark.

O mérito dessa obra sólida são vários, mas penso que o desafio proposto mais aterrador é a autoavaliação do axioma na tradição clássica em relação a epistemologia e a teoria da realidade e já desde o início estilhaça o cânon grego e que na análise desse autor ao discutir racionalismo, empirismo e o irracionalismo demonstra o que poucos entenderam e o fato frio e brutal é a nadidade ontológica quando conclui que a vivissecção da inteligibilidade é a condição nascida dos polos racionalismo e empirismo para o fantasma do irracionalismo.

Convido os pressuposicionalistas ortodoxos, evidencialistas e olavistas para a arena onde a antítese espiritual cristã desliga os neurônios da intrincada imaginação intuitiva e a sabedoria das fontes hieráticas antigas é vulgar loucura.

- **GILBERTO ARAÚJO ALVES MANGUEIRA** - DIRETOR DOCENTE DO
INSITTUTO ANTÍTESE

Contra Olavo de Carvalho

O. III

Informações

Título: Contra Olavo de Carvalho

Subtítulo: Uma Crítica Escrituralista à Filosofia do Conhecimento por Presença

Autor: O. III

Ano: 2026

1ª edição, 2026

TODOS OS DIREITOS DISPONIBILIZADOS, MAS RESTRITOS À
CITAÇÃO.

NÃO ACREDITAMOS EM PROPRIEDADE INTELECTUAL, MAS É
NECESSÁRIO EXISTIR RECONHECIMENTO AUTORAL.

SITE: orlandoterceiro.com

PIX para doação e auxílio em nosso ministério:
orlandot3@outlook.com

Table of Contents

1. [Contra Olavo de Carvalho](#)
2. [Informações](#)
3. [CONTRA OLAVO DE CARVALHO](#)
 1. [Uma Crítica Escrituralista à Filosofia do Conhecimento por Presença](#)
 2. [SUMÁRIO](#)
4. [PRÓLOGO: DÍVIDA E RUPTURA](#)
 1. [O aluno que escreve contra o mestre](#)
 2. [Como cheguei a ele](#)
 3. [Até onde ele me levou](#)
 4. [O que me segurou](#)
 5. [A dívida declarada e o tribunal armado](#)
5. [CAPÍTULO 1: O TRIBUNAL DO CONHECIMENTO](#)
 1. [A pergunta anterior à pergunta](#)
 2. [Todo pensamento começa onde não pode provar](#)
 3. [Os tribunais que se dissolvem a si mesmos](#)
 4. [Deus falou: o axioma da revelação](#)
 5. [A revelação como sistema, e não como estilo](#)

6. [O Logos e a inteligibilidade de todas as coisas](#)
7. [A Escritura autenticada por si mesma](#)
8. [A neutralidade impossível](#)
9. [O tribunal instalado](#)

1. [Notas](#)

6. [CAPÍTULO 2: O SISTEMA DE OLAVO EXPOSTO POR DENTRO](#)

1. [A regra da exposição justa](#)
2. [O ponto de partida: a consciência que se sabe](#)
3. [A fórmula do sistema e a sua arma predileta](#)
4. [O itinerário da percepção ao conceito](#)
5. [O conhecimento por presença](#)
6. [A unidade de sujeito e objeto e o mundo dos princípios](#)
7. [Os quatro discursos e o lugar rebaixado da lógica](#)
8. [Todo conhecimento é simbólico](#)
9. [O método simbólico em ato: A Dialética Simbólica](#)
10. [O aliado fenomenológico: Husserl contra o psicologismo](#)
11. [A religião dentro do sistema](#)
12. [A história lida pelo sistema: O Jardim das Aflições](#)
13. [O mapa levantado](#)

1. [Notas](#)

7. [CAPÍTULO 3: PRESENÇA NÃO É PROPOSIÇÃO](#)

1. [O peso que o fundamento deve carregar](#)
2. [Conhecer e estar diante: a anfibiaologia que sustenta tudo](#)
3. [Do contato mudo nada se segue](#)

4. [Origem e fundamento: o sistema condenado pela própria distinção](#)
5. [O critério ausente: quando dois videntes discordam](#)
6. [Sem critério diante dos espíritos](#)
7. [O saber que não se ensina: a paralaxe do próprio mestre](#)
8. [A versão mais forte: resposta a Ronald Robson](#)
9. [Quando a presença abre a Bíblia](#)
10. [A epistemologia do ouvir contra a mística do ver](#)
11. [O martelo desce](#)
 1. [Notas](#)
8. [CAPÍTULO 4: O ARISTOTELISMO BATIZADO E A RAZÃO SEM TRIBUNAL](#)
 1. [A muralha e a sua inscrição](#)
 2. [O que a muralha realmente é: a doutrina da abstração](#)
 3. [O salto sem rede](#)
 4. [O senso comum canonizado](#)
 5. [O batismo que não converte](#)
 6. [A analogia que dissolve a Palavra](#)
 7. [A guerra errada](#)
 8. [O hóspede que testemunha contra a casa](#)
 9. [A alternativa desprezada](#)
 10. [Duas escolas, um só espírito: o caso Mário Ferreira dos Santos](#)
 11. [O realismo que ignora a queda](#)
 12. [Veredito: a muralha era areia](#)

1. Notas

9. CAPÍTULO 5: A CONSEQUÊNCIA ESPIRITUAL: GNOSE, INICIAÇÃO E TRADIÇÃO PERENE

1. A instância muda, o método permanece
2. O dossiê, peça por peça
3. O coração panteão: o caso Ibn Arabi
4. A fenomenologia neutra da magia
5. O que é gnose, definida e não xingada
6. O cristianismo recusa ser uma tradição
7. A astrologia no tribunal
8. A pátria do conceito: Suhrawardi cobrado
9. As doze camadas e a santificação sem novo nascimento
10. A defesa biográfica respondida
11. A religião de Adão: duas histórias em guerra
12. O teste dos espíritos executado
13. Por que tantos crentes não viram
14. Veredito: a coerência chegou em casa

1. Notas

10. CAPÍTULO 6: O DISCÍPULO QUE O SISTEMA FORMA

1. O que se julga e o que não se julga
2. A constituição pedagógica deduzida
3. Primeiro fruto: o culto ao gênio
4. Segundo fruto: a polêmica como sacramento
5. Terceiro fruto: a iniciação intelectual e a erudição como grau

6. [Quarto fruto: a suspeita como cosmovisão](#)
7. [Quinto fruto: o desprezo pela teologia sistemática](#)
8. [Quando o mestre morre](#)
9. [A linguagem do círculo](#)
10. [O discípulo diante do espelho](#)
11. [A responsabilidade repartida](#)
12. [Veredito: a colheita nos autos](#)

1. [Notas](#)

11. [CAPÍTULO 7: O QUE O CRISTÃO RETÉM E O QUE REJEITA](#)

1. [A hora do inventário](#)
2. [As regras do crivo](#)
3. [Retém-se: a arte de estudar](#)
4. [Retém-se: o apetite pela alta cultura](#)
5. [Retém-se: o exemplo da prosa e os autores resgatados](#)
6. [Retém-se: a fome despertada](#)
7. [Retém-se com luvas: a geopolítica e a leitura do poder](#)
8. [Retém-se com luvas: a leitura do Brasil e o combate cultural](#)
9. [Queima-se: o inventário do fogo](#)
10. [Os casos difíceis](#)
11. [O arquivo e a cátedra: sobre os cursos gravados](#)
12. [O que não estava no espólio](#)
13. [O leitor com a caixa de fósforos](#)
14. [Veredito: o ouro que sobrou](#)

1. [Notas](#)

12. VEREDITO: CRISTO, E NÃO O MESTRE

1. A pergunta que sobra depois de todas
2. Por que o mestre não pode ser o chão
3. O que a Rocha oferece que a escada não podia
4. A palavra sobre o homem
5. A palavra sobre ti
6. O chamado final

13. BIBLIOGRAFIA

CONTRA OLAVO DE CARVALHO

Uma Crítica Escrituralista à Filosofia do Conhecimento por Presença

O. III

Levando cativo todo o entendimento à obediência de Cristo. 2
Coríntios 10.5

SUMÁRIO

PRÓLOGO: DÍVIDA E RUPTURA

O aluno que escreve contra o mestre

Livros escritos contra um pensador costumam vir de dois lugares: da inveja dos que nunca o leram ou do ódio dos que ele feriu. Este livro vem de um terceiro lugar, mais raro e mais incômodo, e o leitor tem o direito de saber disso antes de virar a primeira página do primeiro capítulo.

Quem escreve foi aluno. Aluno pagante, aluno dedicado, aluno agradecido.

Fiz o Curso Online de Filosofia durante anos, fiz os cursos avulsos, li os livros, tomei as notas, perdi noites de sono sobre as apostilas, e devo a Olavo de Carvalho uma parte considerável da minha formação intelectual. Digo isso sem constrangimento e sem reticências, porque a Escritura me ordena: “dai a cada um o que deveis: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra” (Romanos 13:7), e o que devo a esse homem, no plano dos instrumentos, eu pago aqui, nas primeiras linhas, diante de todos. Mas a mesma Escritura que me manda honrar os instrumentos me proíbe de adorá-los, e é precisamente porque aprendi a distinguir essas duas coisas que este livro existe.

A distinção não é minha; é bíblica, e o leitor precisa tê-la firme antes de me acompanhar. Deus usa instrumentos que não conhecem a Deus. Usou Nabucodonosor, a quem chamou de “meu servo” (Jeremias 25:9) enquanto o rei adorava ídolos e devastava Jerusalém. Usou Ciro, a quem o próprio texto chama “o seu ungido” (Isaías 45:1), e Ciro jamais confessou o nome do Senhor. O uso instrumental de um homem pela providência não santifica a doutrina desse homem, não valida o seu sistema e não o converte em autoridade sobre a consciência de ninguém. Quem confunde o instrumento com o padrão já começou a idolatria, ainda que o ídolo seja um professor de filosofia com cachimbo e biblioteca. Este prólogo, portanto, tem duas tarefas que se disciplinam mutuamente: contar com honestidade o que recebi, para que ninguém me acuse de ingratidão, e declarar com a mesma honestidade por que a gratidão não pode calar o juízo, para que ninguém confunda este livro com ressentimento. Ele não nasce de ingratidão; nasce de maturidade. Há uma diferença entre reconhecer que alguém foi usado por Deus num momento da nossa vida e transformar esse alguém em mestre incontestável, e a medida dessa diferença é a medida exata deste livro.

Como cheguei a ele

Minha história com Olavo de Carvalho começa, como quase tudo o que importa na minha vida, com a minha conversão. No final de 2013, Deus me alcançou, e a partir dali a minha vida de leitura, que era nula, tornou-se fome. Eu queria aprender a Bíblia, e a Bíblia foi me obrigando a aprender tudo o mais, porque quem leva a sério o texto sagrado descobre depressa que ele exige história, línguas,

lógica, doutrina, e que a teologia e a filosofia estão entrelaçadas de um modo que na época eu sentia sem conseguir formular. Os livros que meu pai e minha mãe me apresentaram a vida inteira, e que eu nunca havia valorizado, ganharam de repente peso e urgência. Foi nesse estado de fome recém-descoberta que, em 2015, cruzei com as primeiras frases de Olavo no Facebook. Li, respeitei, entendi que estavam corretas. Depois vieram os cartazes nas passeatas contra o governo Dilma, com aquela sentença que virou senha de uma geração: "Olavo tem razão". Eu ainda não sabia quem era o homem por trás da senha, mas fui atrás.

Encontrei, num Google Drive perdido, o curso Princípios e Métodos de Autoeducação. E preciso confessar ao leitor o que aquele curso fez comigo: ele me revelou que eu era burro. Eu já desconfiava, mas descobri que era muito mais do que eu esperava, e a descoberta, em vez de me humilhar até a paralisia, me libertou, porque junto com o diagnóstico vinha o tratamento. Existiam técnicas, existiam métodos, existiam homens dispostos a ensinar como sair daquele estado de idiotização. A ideia de reunir vários livros sem a obrigação de lê-los inteiros, de montar um sistema de estudo, de planejar o que estudar dali em diante, de tratar a própria formação como uma obra a ser construída com projeto, tudo isso me ajudou de um modo que não tenho como exagerar.

Nessa mesma época entrou na minha vida um aliado improvável: o Kindle. Sim, o aparelho. Aquele retângulo de tinta eletrônica foi uma revolução na minha existência, e devo confessar também, porque este prólogo é um acerto de contas e acertos de contas pela metade não valem nada, que naquele período recorri muito à pirataria para

alimentá-lo. Não me orgulho; registro, porque devo ao leitor a verdade sobre o caminho, inclusive sobre a lama do caminho.

Com o Kindle vieram Mortimer Adler e o seu Como Ler Livros, veio o dominicano Sertillanges com A Vida Intelectual, vieram outros da mesma linhagem, mas Olavo foi, sem disputa, o motor que fez a máquina girar.

E aqui devo dizer algo que os detratores apressados do homem jamais entenderão, e que os discípulos entendem bem demais: Olavo de Carvalho era um professor extraordinário. O magistério dele impressiona. Eu, que jamais tinha imaginado ser capaz de passar duas, três horas diante de uma aula, parando, voltando, anotando (às vezes cinco horas seguidas na mesma cadeira), descobri-me fazendo exatamente isso, com prazer e com proveito. Aquilo acontecia comigo apenas com a teologia, e mesmo na teologia acontecia só com livros, porque não existia então conteúdo teológico em vídeo com um professor daquela didática, que merecesse tal empenho. Olavo tinha esse dom. E o leitor deve medir agora a gravidade do que vou escrever, porque escrevo com conhecimento de causa: um professor tão bom assim pode conduzir o aluno para qualquer lugar. A mesma didática que ensina a estudar ensina a errar com método. A mesma voz que desperta a inteligência pode adormecê-la diante do próprio mestre. Prefiro medir as palavras e dizer que ele influenciava, e que parte dessa influência, na minha avaliação diante da Escritura, conduzia para coisas ruins.

Este livro inteiro é a demonstração dessa sentença.

Até onde ele me levou

Antes de assinar o curso grande, eu já tinha lido O Imbecil Coletivo e O Mínimo que Você Precisa Saber para Não Ser um Idiota, e entre 2017 e 2018 enfrentei A Filosofia e Seu Inverso e A Dialética Simbólica. Este último me deixou completamente desnortado, e hoje sei o motivo: eu era fraco teologicamente e mais fraco ainda filosoficamente, e aquele livro exige de quem o lê exatamente aquilo que eu não tinha, um sistema próprio diante do qual pesar o sistema alheio. Guardei o desnortamento como quem guarda uma promissória; este livro é, em parte, a cobrança dela.

Então veio 2019. Numa viagem de fim de semana, sem plano nenhum, decidi começar O Jardim das Aflições, e em um dia e meio devorei 70% do livro. Voltei da viagem com duas decisões: terminar a leitura e assinar o COF, o Curso Online de Filosofia. Dali em diante estudei Olavo diretamente, na fonte, com regularidade de rotina militar. De março de 2019 a setembro de 2021 fiz o curso praticamente todos os dias, e prossegui com menos intensidade até 2022. Foram cerca de 300 aulas de um curso que passa das 400, a maior parte assistida em velocidade 1,25 (nunca consegui 1,50), com pausas e anotações.

A pandemia, que paralisou o mundo, acelerou o meu estudo: eu seguia recebendo o salário da empresa em que trabalhava desde 2017, e todo tempo livre, que sempre aproveitei de maneira quase obsessiva, lendo no Kindle até nos minutos antes do culto começar, enquanto os amigos conversavam, foi canalizado para as aulas. Tenho cadernos e mais cadernos de notas. Tenho também aulas sem nota alguma, aquelas em que ele apenas ampliava algum aspecto

prático de um tema, mas no conjunto o trabalho foi feito, e feito com seriedade.

Fiz também, e isto importa para a autoridade deste livro, todos os cursos avulsos que ele disponibilizou até 2022. Um deles, Como Tornar-se um Leitor Inteligente, carregado de epistemologia, me obrigou a refletir de um modo particular sobre como a filosofia do próprio Olavo estava me afetando, e duas coisas nele me incomodaram e ficaram fermentando. A primeira foi o tratamento que ele dava, nas raras vezes em que o citava, a Herman Dooyeweerd, e de modo geral o espaço quase nulo que concedia à filosofia protestante e a tudo o que ela poderia expor; aquela discriminação silenciosa me fez pensar. A segunda foi perceber, comparando as fases do professor, uma mudança de temperatura religiosa. O curso Introdução ao Método Filosófico, dos primeiros que fiz, tinha um sabor que hoje eu chamaria de protocolvinista, quase protestante em certas intuições; das aulas de 2016 e 2017 em diante, o Olavo que aparece é outro, mais católico romano, mais confortável com aquilo que antes tratava com distância. O aluno atento percebe essas correntes de fundo, e eu percebia, embora ainda não tivesse armas para julgá-las.

Porque o leitor precisa entender que ser aluno de Olavo nunca foi apenas assistir aulas de um homem; era entrar numa órbita. E aqui devo estabelecer uma separação que o restante do livro respeitará com rigor, porque a justiça do julgamento depende dela. Uma coisa é Olavo de Carvalho enquanto produtor do próprio conteúdo, autor dos próprios livros, professor das próprias aulas, respondendo pelo que ele mesmo escreveu e disse dentro de cada momento e circunstância; outra coisa é o ecossistema que cresceu ao redor

dele, os filhos (no sentido literal e no intelectual), os alunos antigos que viraram professores, os canais, os cursos derivados, as psicologias de gabinete, as devoções recicladas. Este livro julga o primeiro pelos textos do primeiro; quanto ao segundo, ele entrará em cena apenas no capítulo dedicado ao tipo de discípulo que o sistema forma, e entrará como efeito a ser explicado, nunca como prova contra o mestre, porque nenhum homem deve ser condenado pelos excessos de seus imitadores, embora todo mestre deva ser examinado quanto àquilo que em seu método os tornou possíveis.

Feita a distinção, confesso a minha própria passagem pela órbita, e confesso pelos dois lados dela. Por influência direta do próprio Olavo, que a praticou e ensinou, mexi com astrologia. Por influência do meio, dos filhos e dos alunos, envolvi-me com a psicologia que ali circulava, ligada de um lado à perspectiva astrológica e de outro à teoria das doze camadas da personalidade, que estudei a fundo, com tudo o que Olavo e os seus ofereceram sobre ela.

E cheguei à beira do rio: quase me tornei católico romano. Naquele período li a Suma Teológica e a Suma Contra os Gentios, uma loucura de dedicação que hoje me espanta, dormindo pouco, instigado o tempo inteiro, vendo os testemunhos dos colegas de curso que se convertiam a Roma por causa do mestre, um atrás do outro, como frutos caindo da mesma árvore.

Dessa temporada de insânia estudiosa restaram duas heranças. A primeira foi a proficiência: eu aprendi a estudar de verdade, e isso ninguém me tira. A segunda foi uma lição que paguei caro para aprender e que ofereço de graça ao leitor: é perfeitamente possível tornar-se mais inteligente numa área enquanto se emburrece em

outra, e o pior é que a inteligência crescente de um lado serve de álibi para a burrice crescente do outro. Perdi cadernos, perdi arquivos, perdi anotações em celulares sem backup, e lamento a perda, porque aquele material documentava, melhor do que qualquer argumento, o processo pelo qual um crente vai sendo polido intelectualmente enquanto sua doutrina apodrece.

O que me segurou

Digo com todas as letras o que me segurou à beira do rio, e o leitor reformado reconhecerá a ironia soberana da coisa: foi a predestinação. Nunca consegui abandoná-la. E quando digo predestinação não me refiro a um item solto de catecismo que eu conservava por teimosia; refiro-me à estrutura inteira do meu pensamento, ao fundamento ontológico e metafísico a partir do qual eu enxergava e enxergo todas as coisas, o Deus que decreta, governa e não divide a glória. Esse fundamento, plantado em mim pela Palavra antes que eu conhecesse o nome de qualquer filósofo, recusou-se a morrer durante toda a temporada romana. E junto dele trabalhava a própria Escritura, com aquelas contradições evidentes entre o texto e a prática de Roma que eu não conseguia deixar de ver, justamente porque a análise crítica que o próprio Olavo me ensinara não me permitia fingir que não via.

Eu lia o Velho Testamento e encontrava a adoração a Baal, os altares a Aserá, os mortos consultados, as imagens veneradas, e o profeta trovejando contra tudo aquilo; depois olhava para a prática católica diante dos santos e das imagens e a comparação se impunha sozinha, prática contra prática, gesto contra gesto. Eu não conseguia

abrir as Escrituras e encontrar ali criatura alguma aceitando veneração; encontrava o contrário, apóstolos e anjos recusando com horror a reverência religiosa que lhes ofereciam (Atos 10:25 a 26; Apocalipse 22:8 e 9). Entre o sistema que me seduzia e o texto que me confrontava, o texto venceu. E venceu, digo isso sem nenhuma vergonha da linguagem teológica, porque o Espírito Santo me guiou e me protegeu. Não atravessei aquele período por sagacidade própria; fui guardado.

Há nisso tudo uma ironia que peço ao leitor a paciência de saborear, porque ela contém, em miniatura, o método do livro inteiro. As armas com que resisti ao olavismo foram forjadas, em boa parte, na oficina do próprio Olavo. Foi ele quem me ensinou a não aceitar afirmação sem exame, a cotejar o discurso com a realidade, a procurar o fundamento por baixo da opinião, a desconfiar da unanimidade dos meios intelectuais.

Apliquei o treinamento ao treinador.

Cotejei o discurso dele com a Escritura, procurei o fundamento por baixo do sistema dele, desconfiei da unanimidade reverente que o cercava, e o edifício não passou no teste que o próprio arquiteto me ensinara a aplicar. Um mestre verdadeiro forma alunos capazes de julgá-lo; se o julgamento o derruba, a queda é o último serviço que o seu ensino presta. Este livro é, tomada a expressão no rigor que ela comporta, a obra de um aluno aplicado.

Mas fui guardado da queda final, e disso ao ileso vai uma distância que a honestidade me obriga a medir em público. Durante aquela temporada eu fui, comparado com a doutrina bíblica, um heterodoxo. Cri em coisas que a Escritura não ensina, pratiquei o

que ela proíbe, dei ouvidos a espíritos que ela manda provar (1 João 4:1). Por culpa de quem? Por culpa de Olavo, sim, cuja influência me conduziu àquelas águas; e por culpa minha, que me deixei influenciar, pois nenhum discípulo é apenas vítima do mestre que escolheu. Assumo as duas culpas nas proporções devidas e extraio delas o propósito deste livro: se um crente convertido, faminto da Palavra, predestinacionista de estrutura, pôde ser levado até a beira daquele rio pela didática de um professor genial, quantos não atravessaram?

Eu escrevo para os que ainda estão na margem.

A dívida declarada e o tribunal armado

Sejamos então contadores exatos, porque a Escritura ordena dar a cada um o que se deve e eu trabalho com contabilidade o bastante para saber que balanço bom é balanço completo. Devo a Olavo de Carvalho o ensino de como estudar; essa é a primeira coluna do lançamento e talvez a maior. Devo a ele uma parte do que sei de filosofia. Devo uma parte do que sei de geopolítica, uma parte do que sei sobre ciência, uma parte considerável do que sei sobre cultura, em especial sobre a interpretação e a observação da cultura brasileira, que ele lia como poucos. E devo, em segundo lugar no pódio, atrás apenas da filosofia, a literatura: tanto o exemplo da prosa dele, que é das melhores que o Brasil produziu no gênero, quanto as listas e indicações que me puseram a ler os grandes desde 2016, antes mesmo do curso maior.

Está lançado o crédito, por extenso, diante de testemunhas.

Que nenhum olavista me acuse de esconder a dívida; ela abre o livro.

Agora o débito, que é a razão do livro. Aprendi, também com Olavo, a comparar filósofos pela raiz e a desconfiar das oposições de superfície, e aplico a lição ao próprio caso dele. Olavo dizia que Mário Ferreira dos Santos era diametralmente oposto a ele no caminho filosófico, um platônico diante de um aristotélico, e no plano das escolas a observação procede. Mas desça o leitor ao fundamento e a oposição evapora: ambos são filósofos místicos, ambos assentam o conhecimento decisivo numa apreensão interior que dispensa e transcende a demonstração, ambos carregam, na essência do método, aquilo que os capítulos deste livro identificarão como o núcleo da gnose. A afinidade entre os dois nunca foi acidente de amizade; foi parentesco de fundamento.

E o meu caminho seguiu na direção exatamente contrária: tornei-me, pela graça de Deus, escrituralista e radicalmente racionalista (no sentido preciso que o primeiro capítulo definirá), um homem para quem o conhecimento desce da revelação proposicional de Deus e se desdobra por dedução, enquanto Olavo permaneceu até o fim um empirista da percepção e um místico da experiência. Entre esses dois fundamentos não há ponte, e este livro existe para demonstrar que não há, com as fontes na mesa: os livros dele, as aulas dele, os cursos que fiz, as notas que tomei. Nada de ouvir dizer, nada de escândalo requentado de internet, nada de especulação biográfica. Quero destrinchar o que ele ensinou a partir do que ele ensinou, e julgar tudo com fundamentos escriturísticos.

Convém, por isso, avisar desde já o que este livro se recusa a ser. Ele se recusa a ser uma retratação política: continuo entendendo que boa parte do combate cultural de Olavo contra a esquerda acertou alvos reais, e o capítulo devido fará esse reconhecimento com a medida exata. Ele se recusa a ser uma biografia: a vida privada do homem, seus casamentos, suas brigas, seu temperamento, tudo isso fica fora, salvo quando um dado biográfico for confissão pública de doutrina, como é o caso do seu ensino de astrologia, que pertence à obra e não à alcova. E ele se recusa a ser uma vingança de convertido, desses que precisam cuspir no prato antigo para provar apetite pelo novo. O alvo é um sistema de pensamento, e a munição são as fontes desse sistema lidas à luz da Escritura. Quem procurar aqui outra coisa fecha o livro agora e perde pouco; quem procurar isso, encontre e confira, nota por nota.

Resta a parte mais grave, e não vou fugir dela, porque prólogo que foge da gravidade deseduca o leitor para o resto do livro. Olavo de Carvalho morreu. Se eu seguir o que sei da doutrina que ele professava publicamente nos seus últimos anos, com seu cristianismo de símbolos, sua Roma, seus graus de percepção e seu Cristo filtrado por tradições que a Escritura não reconhece, a conclusão me enche de pesar. Espero em Deus que nos seus últimos momentos ele tenha se convertido ao Deus verdadeiro, ao Jesus Cristo bíblico, e não ao Cristo refeito pela imaginação religiosa dos homens; que tenha crido, ainda que com falhas de pormenor, no essencial que salva, sem Maria como medianeira, sem santos no lugar que nenhum santo bíblico jamais aceitou ocupar. O juízo final pertence a Deus, e eu o deixo com alegria nas mãos dele. Mas a doutrina publicada pertence ao escrutínio público, e essa eu julgarei

página por página, porque almas estão sendo formadas por ela neste exato momento.

Duas palavras finais, uma aos adversários, outra a ti, leitor. Aos olavistas que responderão a este livro, peço apenas isto: que não respondam com detratações e xingamentos, que seria o modo mais eficaz de confirmar um dos meus capítulos, e sim com inteligência e fontes, no nível de um Ronald Robson e dos melhores que a escola produziu. Críticas assim serão bem-vindas; seria bom, até, trocar essa ideia.

E se tu, leitor, és hoje o que eu fui, aluno fervoroso, caderno cheio, madrugadas dedicadas ao mestre, sabe que este livro foi escrito pensando em ti antes de qualquer outro, e que ele não te pede deserção alguma na primeira página; pede apenas o que o teu próprio treinamento já deveria exigir de ti, que examines o fundamento com a mesma coragem com que examinas os fundamentos alheios. A ti e a todos os demais, declaro o espírito com que tudo o que segue foi escrito: sem ódio, sem raiva, sem nenhuma conta pessoal a acertar, num trabalho puramente intelectual e pastoral de um ex-aluno que paga sua dívida e cumpre seu dever.

Vou passar a obra de Olavo de Carvalho pelo fogo da Palavra de Deus, e o fogo fará o que o fogo faz: queimará a madeira, o feno e a palha, e deixará o ouro, se houver ouro (1 Coríntios 3:12 a 13). Talvez sobre pouco. Talvez não sobre nada. Ou alguma coisa. O que sobrar, terá provado no fogo o direito de ficar; o que queimar, nunca deveria ter sido ensinado a crentes como se fosse tesouro. Vira a página, e vamos armar o tribunal.

CAPÍTULO 1: O TRIBUNAL DO CONHECIMENTO

A pergunta anterior à pergunta

Quem abre um livro intitulado contra alguém espera encontrar, logo na primeira página, o réu. Espera o nome, a biografia, o rol de acusações, a sentença antecipada no tom do acusador. Este livro frustra essa expectativa de propósito, porque a pergunta que o leitor traz consigo, a pergunta sobre se Olavo de Carvalho estava certo ou errado, é uma pergunta que ainda não pode ser feita. Ela pressupõe outra, anterior, mais dura, que quase ninguém se dá ao trabalho de formular: certo ou errado segundo qual padrão? Todo juízo supõe um tribunal. Toda sentença supõe uma lei. Todo veredito sobre uma filosofia supõe um critério que não pertence a essa filosofia, diante do qual ela comparece, apresenta suas credenciais e é medida. Quem julga sem declarar o seu tribunal não está julgando; está apenas opinando com voz grave, e opinião com voz grave é o gênero literário mais abundante e mais inútil do nosso tempo.

A omissão desse passo inicial explica por que quase todo o debate público sobre Olavo de Carvalho, tanto o dos devotos quanto o dos detratores, permanece estéril. Os devotos julgam o mestre pelo padrão do próprio mestre, e evidentemente ele é aprovado, porque nenhum sistema reprova a si mesmo diante do próprio espelho. Os

detratores o julgam pelo padrão da universidade, da mídia ou do consenso progressista, e evidentemente ele é reprovado, porque foi contra esses tribunais que ele construiu sua carreira, e ser condenado por eles era parte do seu ofício e do seu charme. Em ambos os casos a discussão gira em falso, porque nenhum dos lados pergunta se o seu próprio tribunal tem jurisdição sobre a verdade. O devoto pressupõe que a percepção do mestre alcança o real; o acadêmico pressupõe que o método da corporação define o conhecimento; e nenhum dos dois examina o pressuposto, porque examinar o pressuposto exigiria admitir que ele é um pressuposto, isto é, algo crido antes de qualquer prova.

Este livro declara o seu tribunal na primeira linha e o sustenta até a última. O padrão pelo qual a filosofia de Olavo de Carvalho será julgada é a revelação proposicional de Deus registrada na Escritura Sagrada, compreendida como o axioma de todo conhecimento, tendo Cristo, o Logos eterno, como fundamento de toda inteligibilidade. Esse padrão não será escondido sob aparência de neutralidade, não será diluído em linguagem acadêmica que finge não ter compromissos, e não será apresentado como uma preferência religiosa entre outras. Ele será apresentado como aquilo que é: o único ponto de partida que não se destrói a si mesmo. E porque essa afirmação é forte, ela precisa ser demonstrada antes que o réu entre na sala.

Este capítulo, portanto, não trata de Olavo de Carvalho. Ele constrói o tribunal. O leitor que tiver pressa de chegar ao confronto deve conter a pressa, porque tudo o que será dito nos capítulos seguintes depende do que se estabelece aqui. Quem controla o critério controla o julgamento inteiro, e é precisamente por isso que o

critério deve ser exposto às claras, defendido com argumentos e testado contra seus rivais, em vez de contrabandeado nas entrelinhas como fazem os que se dizem imparciais.

Todo pensamento começa onde não pode provar

A primeira verdade que precisa ser estabelecida é tão elementar que a maioria dos homens instruídos passa a vida inteira sem encará-la: todo sistema de pensamento começa por um ponto de partida que não pode ser provado. A razão disso é estrutural, e não acidental. Provar uma proposição é deduzi-la de outra proposição anterior. Se essa proposição anterior também exige prova, ela depende de uma terceira, e a terceira de uma quarta, e assim a cadeia recua sem encontrar chão. Há apenas três saídas lógicas para esse recuo: ou a cadeia regride ao infinito, e então nada jamais fica provado, porque uma demonstração que nunca termina nunca demonstrou coisa alguma; ou a cadeia se fecha em círculo, provando A por B e B por A, o que equivale a não provar nada; ou a cadeia repousa, em algum ponto, sobre uma proposição aceita sem demonstração. Essa proposição indemonstrável recebe, desde os gregos, o nome de axioma.

Não existe pensamento sem axioma. Existe apenas pensamento que confessa o seu axioma e pensamento que o esconde, inclusive de si mesmo.

Gordon Clark, ao classificar as filosofias da religião, põe o dedo onde dói: "As divisões são baseadas em determinados tipos de métodos. Os três tipos incluídos neste livro são o dogmatismo, o racionalismo

e o empirismo.” A divisão honesta entre os sistemas não passa pelas conclusões, portanto, mas pelos métodos: o dogmatismo parte de uma revelação aceita como primeiro princípio; o racionalismo pretende deduzir todo o conhecimento apenas da lógica; e o empirismo pretende extraí-lo da sensação.¹ A essa lista ele acrescentou o irracionalismo como quarta postura, e ele próprio avisa que ela “na verdade, não é nem um método nem uma filosofia”: consiste em desistir da coerência e abraçar o paradoxo como se fosse profundidade. A utilidade dessa classificação está em que ela desloca a disputa para o lugar certo. A pergunta decisiva diante de qualquer pensador jamais é o que ele conclui sobre política, cultura ou religião, e sim de onde ele parte e com que direito. Um homem pode concluir verdades ocasionais partindo de um princípio falso, assim como um relógio parado acerta a hora duas vezes por dia; o acerto ocasional não valida o mecanismo. Julgar um filósofo pelas conclusões que nos agradam é o erro dos discípulos; julgá-lo pelo fundamento é o dever dos homens maduros.

Aplicada a este livro, a classificação de Clark já ilumina o terreno. O cristianismo bíblico é, no vocabulário técnico, um dogmatismo: parte da revelação como axioma. Essa palavra assusta os tímidos, que a associam a arbitrariedade, mas o susto revela apenas ignorância da alternativa, porque o racionalista e o empirista também partem de axiomas; a diferença é que partem de axiomas humanos e, na maior parte das vezes, não declarados. O empirista que exige provas empíricas para toda afirmação jamais provou empiricamente que a sensação é fonte de conhecimento; ele o assume. O racionalista que exige dedução para tudo jamais deduziu a validade da dedução sem usá-la; ele a assume. O cético que zomba de todo axioma assume o

axioma de que a suspensão do juízo é a atitude correta, e ao assumi-lo emite um juízo.

Ninguém escapa. A questão nunca foi se o homem terá um primeiro princípio, e sim qual primeiro princípio ele terá, e se esse princípio sustenta ou destrói a possibilidade do conhecimento.

Vincent Cheung resume o procedimento com franqueza que envergonha os evasivos: “Eu começo com a revelação e deduzo dela o restante do sistema.” E o sistema assim montado, acrescenta ele, “exclui desde o início epistemologias irracionais e impossíveis”.² Essa franqueza metodológica, e não qualquer timidez apologética, é a marca do pensamento cristão rigoroso.

O leitor perceberá, desde já, a relevância disso para o que virá. Olavo de Carvalho construiu sua reputação ensinando que o conhecimento se funda na presença imediata da realidade à consciência, na percepção direta do real, na experiência vivida como instância anterior a toda teoria. Essa tese, que os capítulos seguintes exporão com fidelidade e desmontarão com paciência, é também um axioma, embora raramente confessado como tal. Quando o mestre dizia partir da realidade concreta, ele partia, na verdade, de uma proposição indemonstrada sobre a capacidade da consciência humana de apreender essa realidade. O tribunal que este capítulo constrói existirá para perguntar a essa proposição as três perguntas que se fazem a todo axioma: você sustenta o conhecimento que promete? você fornece um critério para distinguir verdade de erro? você sobrevive à sua própria aplicação? Veremos, no tempo devido, que a resposta é não nas três.

Os tribunais que se dissolvem a si mesmos

Antes de apresentar o axioma cristão, convém executar os seus rivais, porque a força do ponto de partida bíblico aparece com nitidez total quando se contempla a ruína de tudo o que pretendeu substituí-lo. O método dessa execução é antigo e honrado: a redução ao absurdo. Não se refuta um sistema apontando que ele desagrada; refuta-se mostrando que ele, levado a sério nos próprios termos, se contradiz e se anula. Um sistema que fracassa diante do próprio teste não precisa de inimigos externos; precisa apenas de leitores atentos.

Considere primeiro o racionalismo, o projeto de deduzir todo o conhecimento da pura lógica, sem apelo à experiência e sem revelação. Clark descreve o mecanismo sem cerimônia: "Nessa teoria racionalista, todo conhecimento deve ser deduzido da mesma forma que os teoremas da geometria são deduzidos dos seus axiomas. Nenhum apelo à sensação é permitido. A aplicação consistente das leis da lógica é ela sozinha suficiente. A razão, portanto, carrega o sentido de consistência lógica."³ O projeto é grandioso e estéril, porque a lógica formal, sozinha, não tem conteúdo. Da lei de não contradição não se deduz que o mundo existe, que Deus existe, que o homem tem alma ou que dois corpos se atraem na razão direta das massas. Os grandes racionalistas perceberam o problema e o remendaram com definições e postulados adicionais, como fez Espinosa, que, na descrição de Clark, "formula definições de substância, atributo, Deus e algumas outras" e em seguida "postula sete axiomas" dos quais, "depois da forma da geometria, ele infere que Deus existe".⁴

Mas quem lhe deu as definições? Elas não foram deduzidas; foram escolhidas. O racionalismo, que prometia partir da necessidade lógica pura, parte na verdade de escolhas não demonstradas, e assim confessa, pela porta dos fundos, que a lógica sem um conteúdo dado de fora é um moinho perfeito girando sem trigo.

Considere agora o empirismo, rival mais popular e mais relevante para este livro, porque é dele, como se verá, que a epistemologia olavista retira sua substância, ainda que vestida com roupas fenomenológicas e místicas. O empirismo declara que todo conhecimento se origina na sensação; Clark nota que a palavra razão muda de sentido no caminho: “Sem muita distorção se pode dizer que razão significa agora sensação.”⁵ A tese parece o senso comum em estado puro, e é exatamente por parecer óbvia que quase ninguém a examina. Examinada, ela desmorona em três tempos.

Primeiro: a sensação não entrega proposições, e somente proposições podem ser verdadeiras ou falsas. A retina recebe estímulos; o ouvido recebe vibrações; nenhum estímulo chega rotulado com a frase que o descreve. Entre a mancha colorida e o juízo “há uma maçã vermelha sobre a mesa” existe um abismo que a sensação não atravessa, porque atravessá-lo exige conceitos, categorias, memória e juízo, e nada disso é dado pelos sentidos; tudo isso é trazido pela mente ao encontro dos sentidos.

Segundo: a sensação não traz consigo nenhum critério para distinguir a percepção verídica da ilusória. Clark lembra o argumento que os cétricos antigos já manejavam, e o formula melhor do que eu formularia: “sonhos e ilusões, enquanto duram, são tão vividos e tão

reais para nós quanto imagens sensoriais. Se nos beliscarmos para nos certificarmos de que estamos acordados, somos lembrados de que podemos estar sonhando que estamos nos beliscando.”⁶ O empirista responde que corrige uma percepção com outras, mas a resposta apenas empurra o problema, pois as percepções corretoras padecem da mesma incerteza das corrigidas, e um conjunto de testemunhas igualmente suspeitas não produz um testemunho confiável.

Terceiro: mesmo concedendo, por generosidade, percepções confiáveis, o salto do particular ao universal permanece ilegítimo. Mil cisnes brancos não provam que todo cisne é branco; a indução, como forma de demonstração, é uma falácia formal, e toda a ciência empírica que se apresenta como conhecimento demonstrado vive de esquecer isso. Cheung pressiona o ponto até o fim: “Mesmo que algumas instâncias de sensação sejam confiáveis, a menos que você possa mostrar quais delas são confiáveis e quais delas não são confiáveis, não faz diferença.” O sistema inteiro erguido sobre a sensação herda a gratuidade dela.⁷

Antes de passar adiante, o leitor deve conhecer a versão mais nobre do empirismo, porque é com ela, e não com Hume, que este livro terá de se haver. Trata-se da doutrina aristotélica da abstração, batizada pelo tomismo e reverenciada por toda a tradição que Olavo de Carvalho tomou por mestra: a tese de que o intelecto agente, operando sobre as imagens fornecidas pelos sentidos, extrai delas as formas inteligíveis, de modo que nada há no intelecto que não tenha estado antes nos sentidos, e o conhecimento sobe do particular sensível ao universal pensado. A doutrina é mais sofisticada que o

empirismo britânico, e sofisticação lhe rende prestígio, mas o exame revela que ela apenas mudou o problema de andar.

Pergunte-se: como o intelecto agente sabe qual forma abstrair de um particular que participa de incontáveis classes ao mesmo tempo? O mesmo objeto diante dos olhos é maçã, fruto, vermelho, esférico, doce, perecível, mercadoria, símbolo; a sensação entrega o bloco indiviso, e a escolha do universal relevante já supõe um princípio de seleção que a sensação não contém. Ou o intelecto traz consigo os critérios, e então o conhecimento não veio dos sentidos; ou não os traz, e então a abstração é um salto no escuro que se repete a cada conceito.

Aristóteles respondeu com a garantia de que o intelecto simplesmente vê o universal no particular, e essa resposta, despida do latim escolástico que a solenizou por sete séculos, confessa que na base do edifício não há demonstração nenhuma; há um ato de fé na infalibilidade de uma faculdade humana. O tomista crê no intelecto agente exatamente como o crente crê na Escritura, com a diferença de que a Escritura reivindica origem divina e o intelecto agente é um postulado de um pagão sobre a mente caída. Guardemos o achado, que renderá juro no quarto capítulo: a tradição aristotélica não escapa do axioma; apenas escolhe um axioma antropológico e o esconde sob terminologia técnica.

Resta a terceira saída, a mais sedutora para as almas religiosas: o irracionalismo, a declaração de que a verdade última está além da lógica, que os opostos coincidem no absoluto, que o paradoxo é sinal de profundidade e que a experiência inefável alcança o que o conceito não alcança. Essa postura se apresenta como humildade

diante do mistério e é, na realidade, a mais soberba das posições, porque quem afirma que a verdade está além da lógica afirma uma proposição, pretende que ela seja verdadeira e não contraditória, e assim usa a lógica para decretar a falência da lógica, serrando o galho sobre o qual está sentado. Se a lei de não contradição não vale para o absoluto, então a frase “a lei de não contradição não vale para o absoluto” pode ser simultaneamente verdadeira e falsa, e quem a pronuncia não disse nada.

O irracionalismo não é uma epistemologia; é a certidão de óbito de todas elas, assinada com orgulho. E o leitor deve guardar este ponto com atenção especial, porque o misticismo que encontraremos no sistema olavista, com seus graus de percepção, suas certezas interiores e suas apreensões supraconceituais, pertence a essa família, por mais que se vista de rigor aristotélico.

O balanço da execução é este: o racionalismo tem forma sem conteúdo; o empirismo tem estímulo sem proposição e jamais justifica a si mesmo; o irracionalismo renuncia à inteligibilidade e, ao renunciar, cala-se. Os três tribunais rivais se dissolvem quando julgados pelas próprias leis. Quem compreendeu isso compreendeu por que a alternativa não está entre a fé e a razão autônoma, e sim entre a fé na revelação e o ceticismo absoluto, que nenhum homem consegue viver na prática, pois até para comprar pão ele pressupõe que as palavras significam algo e que o mundo não é um sonho.

Deus falou: o axioma da revelação

Contra as ruínas descritas acima, o cristianismo bíblico ergue um único ponto de partida: Deus falou. A Escritura Sagrada, em suas

próprias palavras, é a revelação verbal e proposicional do Deus vivo, e essa revelação, aceita como axioma, é o princípio de todo conhecimento. A fórmula técnica soa fria, mas o seu conteúdo é o mais quente possível: o Deus que criou o homem à sua imagem não permaneceu em silêncio, condenando a criatura a tatear entre sensações incertas e intuições incontrolláveis; ele falou, e falou em proposições inteligíveis, registradas, fixas, que podem ser lidas, entendidas, cridas e deduzidas. “Toda a Escritura é divinamente inspirada”, declara Paulo a Timóteo (2 Timóteo 3:16), e o salmista acrescenta que “a entrada das tuas palavras dá luz, dá entendimento aos símplices” (Salmos 119:130). O conhecimento humano, nessa arquitetura, não sobe da terra ao céu por acumulação de experiências; desce do céu à terra por dádiva verbal. Conhecer, no sentido próprio e forte, é compreender e crer as proposições que Deus revelou e aquilo que delas se deduz por boa e necessária consequência, como confessa a fé de Westminster.

A objeção surge imediatamente, e deve ser enfrentada de frente porque é a única com aparência de força: não seria circular aceitar a Escritura com base na própria Escritura? A resposta exige distinguir dois círculos que os apressados confundem. Existe o círculo vicioso, no qual duas proposições do mesmo nível se apoiam mutuamente, cada uma pendurada na outra e ambas penduradas no nada. E existe a autorreferência inevitável de todo padrão último, que não é vício, e sim a definição mesma de padrão último. Um critério supremo que fosse validado por outro critério não seria supremo; o outro é que seria. Quem valida a razão pela razão comete a mesma autorreferência; quem valida a sensação apelando a sensações, idem. A diferença entre o cristão e os seus rivais nunca esteve em que o cristão raciocina circularmente e os outros não; está em que o

axioma cristão sustenta a inteligibilidade que ele mesmo pressupõe, enquanto os axiomas rivais a destroem. Cheung formula a assimetria sem rodeios: “Sabemos que o axioma da revelação bíblica é verdadeiro porque Deus o revelou, e sabemos que Deus o revelou porque o mesmo axioma logicamente inegável assim o diz.”⁸

E aí vem o crítico, com o ar de quem encontrou a fresta: “mas essa proposição escrituralista central não está ela mesma na Bíblia”. Cheung mostra que ela se deduz com facilidade das premissas bíblicas sobre a infalibilidade de Deus, a falibilidade do homem e o caráter revelado da Escritura, e devolve o golpe onde dói: “Ao tentarem realizar uma manobra fatal contra a minha posição, aniquilam a sua própria.” A objeção apenas exhibe a incapacidade dos objetores de fazer deduções elementares.⁹

Note o leitor o que está e o que não está sendo afirmado. Não se afirma que o cristão prova a Bíblia por evidências externas e depois a aceita; esse caminho, o caminho do evidencialismo, entrega a coroa ao tribunal errado, pois quem aceita a Escritura porque a arqueologia a confirmou destronará a Escritura no dia em que um arqueólogo publicar o contrário, e com isso revela que seu deus verdadeiro sempre foi a arqueologia.

Afirma-se algo mais radical: que a Escritura, por ser a palavra do Deus que é a própria verdade, ocupa o lugar de axioma, julga toda evidência e não é julgada por nenhuma, e que essa posição, longe de arbitrária, é a única que resiste ao teste que pulverizou os rivais. O axioma bíblico fornece o que nenhum outro fornece: um Deus onisciente que conhece todas as proposições e as conhece como sistema; uma criação ordenada por sabedoria, e portanto inteligível;

um homem feito à imagem de Deus, e portanto capaz de receber verdade verbal; e uma revelação objetiva, fixa, pública, que serve de critério externo à consciência individual, coisa que nenhuma experiência interior, por mais luminosa que pareça a quem a tem, jamais poderá ser. O ponto de partida bíblico faz mais que escapar do ceticismo: ele explica por que o conhecimento é possível, e nenhum sistema que parta da criatura consegue sequer formular essa explicação sem furtar, em silêncio, capital emprestado do cristianismo que rejeita.

A revelação como sistema, e não como estilhaço

Uma consequência do axioma bíblico precisa ser desdobrada em separado, porque nela se decide a diferença entre a teologia reformada e todas as espiritualidades de insight que disputam o mesmo público: a revelação é um sistema, e não uma coleção de estilhaços luminosos. Deus não conhece verdades avulsas. Na mente divina, cada proposição está ligada a todas as outras numa coerência sem resto, porque o Deus que declarou o fim desde o princípio pensa a realidade inteira como decreto único. A Escritura, sendo a expressão verbal dessa mente para a criatura, herda o caráter sistemático da fonte: seus livros, escritos ao longo de quinze séculos por dezenas de mãos, articulam uma só doutrina de Deus, do homem, do pecado e da redenção, e a boa teologia sempre soube que interpretar um texto é lê-lo dentro do todo, Escritura interpretando Escritura, o obscuro à luz do claro.

Dessa organicidade decorre o método positivo do conhecimento cristão, que a confissão de Westminster fixou na fórmula da boa e necessária consequência: pertence ao conselho de Deus tanto o que está expressamente posto na Escritura quanto o que dela se deduz legitimamente. O trabalho teológico, portanto, tem estrutura de geometria: axioma revelado, definições extraídas do texto, teoremas deduzidos com rigor, e auditoria permanente de coerência, pois duas conclusões que se contradizem denunciam erro de dedução em ao menos uma delas, nunca contradição na fonte.

Meça o leitor a distância entre esse método e a epistemologia do lampejo, que é o gênero ao qual pertence, como se demonstrará, o pensamento que este livro examina. Na epistemologia do lampejo, o conhecimento decisivo vem em apreensões instantâneas, intuições do concreto, vislumbres da unidade do real, e o discurso posterior é apenas a tentativa, sempre insuficiente, de traduzir para o rebanho aquilo que o vidente captou de uma vez. Segue-se que o conhecimento supremo é intransferível, que o argumento é gênero menor, que o sistema é gaiola de pedantes e que a autoridade pertence a quem viu, não a quem demonstrou.

O contraste com o cristianismo bíblico é total e deve ser dito com todas as letras: no cristianismo, a autoridade pertence ao texto, e qualquer lavrador com a Bíblia na mão pode corrigir um doutor que dela se desvie, como os bereanos, que receberam a palavra de bom grado e foram “examinando cada dia nas Escrituras se estas coisas eram assim” (Atos 17:11), conferindo o que o próprio apóstolo Paulo dizia; e o Espírito os louva por isso em vez de repreendê-los pela ousadia. A revelação proposicional é a mais democrática das

epistemologias, no único sentido honroso da palavra: ela põe o critério fora de todas as consciências e ao alcance de todas.

A epistemologia do lampejo é, pela sua estrutura mesma, aristocrática: ela põe o critério dentro de algumas consciências privilegiadas e fora do alcance de qualquer verificação. Uma produz igreja reunida em torno do livro aberto; a outra produz círculo reunido em torno do mestre falante. E quando o mestre morre, o círculo não herda um sistema que possa ser conferido; herda uma memória que só pode ser venerada.

Cumpre ainda delimitar, com honestidade, o alcance da tese escrituralista, para que o adversário não a refute na versão que ela não afirma. Dizer que todo conhecimento, no sentido próprio e forte de crença verdadeira justificada com certeza, vem das proposições da Escritura e de suas consequências necessárias, não equivale a dizer que o homem nada faz de útil fora desse perímetro. O agricultor prevê a chuva, o médico acerta o diagnóstico, o engenheiro calcula a ponte, e suas operações funcionam pela providência ordinária de Deus, que governa também as faculdades da criatura.

Mas funcionar e conhecer são coisas distintas, e a filosofia existe precisamente para não confundi-las. As previsões do agricultor, os diagnósticos do médico e os cálculos do engenheiro são opiniões, no sentido técnico e não pejorativo do termo: crenças úteis, frequentemente acertadas, sempre revisáveis, jamais demonstradas, porque assentam na indução e na sensação, cujas fragilidades a seção anterior expôs.

A ciência empírica é uma serva admirável e uma fundadora impossível. Quem lhe pede tecnologia recebe; quem lhe pede fundamento recebe promissórias sem lastro, e a história da própria ciência, com seus paradigmas soterrando paradigmas, é o protesto público dessas promissórias. O escrituralista, portanto, não despreza a experiência; ele a destitui do trono e a devolve ao seu posto de serviçal, e essa demoção, que escandaliza o século, é apenas a aplicação, à vida intelectual, do primeiro mandamento.

O Logos e a inteligibilidade de todas as coisas

O axioma da revelação não paira solto; ele se ancora numa pessoa. “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus”, escreve João; todas as coisas foram feitas por ele, e nele estava a vida, e a vida era a luz dos homens, “a luz verdadeira, que ilumina a todo o homem que vem ao mundo” (João 1:1 a 9). O termo que João escolheu, Logos, carregava na língua grega o peso simultâneo de palavra, razão, discurso e ordem inteligível, e a tradição cristã rigorosa jamais deveria ter permitido que esse peso se perdesse. Cristo é a Razão eterna de Deus. A lógica, nessa luz, deixa de ser uma invenção humana, uma convenção de gramáticos ou um jogo formal, e se revela como a arquitetura do próprio pensamento divino, expressa na criação e impressa na mente do homem feito à imagem do Criador. Clark extraiu a consequência com a coragem que faltou a gerações de teólogos intimidados: “Cristo é o Logos ou Razão que dota toda mente de luz intelectual.”¹⁰ Quando um ateu conclui corretamente um silogismo, ele está usando, sem gratidão e sem licença, a luz daquele que nega.

As implicações dessa cristologia do conhecimento governam tudo o que este livro fará. Primeira: a lei de não contradição tem autoridade absoluta porque reflete o caráter de Deus, que não pode mentir nem negar-se a si mesmo. Deus é lógico, sua revelação é logicamente inteligível, e por isso toda teologia que abrace o paradoxo como categoria final, toda filosofia que suspenda a lógica diante do absoluto e toda espiritualidade que prometa acesso supralógico ao real estão, no fundo, acusando a Razão eterna de insuficiência, o que equivale a blasfemar com vocabulário elegante.

Segunda: a verdade é proposicional porque a mente de Deus pensa proposições e as comunica. O que não pode ser formulado em proposição não pode ser verdadeiro nem falso, e o que não pode ser verdadeiro nem falso não é conhecimento; é, na melhor das hipóteses, sensação, emoção ou estado psicológico, coisas reais como estados, mas mudas como testemunhas. Essa tese, que parecerá dura ao leitor formado em tradições que exaltam o inefável, será o bisturi dos capítulos centrais, porque o sistema olavista repousa inteiro sobre a afirmação contrária, a de que há um conhecimento anterior e superior à proposição, dado na presença.

Terceira: a inteligibilidade do mundo tem fiador. O cientista que espera encontrar ordem na natureza, o historiador que espera que os documentos signifiquem algo, o filósofo que espera que o argumento de ontem ainda valha hoje, todos vivem de um crédito que só o Logos garante. Num universo sem a Razão criadora, a expectativa de ordem seria superstição; no universo que o Verbo fez e sustenta, ela é piedade elementar, ainda quando praticada por ímpios.

Quarta implicação, que prepara terreno decisivo: a linguagem é apta para a verdade. Parece pouco, e é um continente. Boa parte da filosofia dos últimos dois séculos, e a totalidade das místicas de todos os séculos, assenta na tese contrária, a de que a palavra trai o real, de que o conceito engaiola a vida, de que o essencial é inefável e o discurso chega sempre tarde, tocando com dedos grossos aquilo que só a experiência apanha em sua finura.

O cristão que aceita essa tese, ainda que pela metade, já entregou a fortaleza sem perceber, porque a sua religião é a religião da Palavra: Deus criou o mundo falando, e o mundo obedeceu à sintaxe do decreto; Deus se revelou falando “muitas vezes, e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas”, e por fim “falou-nos nestes últimos dias pelo Filho” (Hebreus 1:1 e 2), que não se envergonhou de ser chamado o Verbo; Deus julgará o mundo por palavras, pois “de toda a palavra ociosa que os homens disserem hão de dar conta no dia do juízo” (Mateus 12:36), e os livros serão abertos (Apocalipse 20:12). Se a linguagem fosse estruturalmente incapaz de portar a verdade, a revelação verbal seria fraude divina e o cristianismo inteiro, um mal-entendido gramatical.

A tese da inefabilidade essencial do real não é uma modesta observação sobre os limites humanos; é uma cristologia alternativa, na qual o mediador entre o absoluto e o homem deixa de ser o Verbo encarnado e passa a ser a experiência incomunicável de cada consciência, e onde a mediação é incomunicável, cada homem é sacerdote de um deus privado. O leitor verá, no terceiro capítulo, quanto dessa cristologia alternativa se esconde na doutrina do conhecimento por presença; por ora, fique estabelecida a contratese bíblica: aquilo que o Verbo quis dizer, a palavra pode dizer, e o que a

palavra de Deus disse é mais certo que qualquer visão, pois temos, diz Pedro, que viu a transfiguração com os próprios olhos, “mui firme, a palavra dos profetas” (2 Pedro 1:19).

Quem entendeu esta seção entendeu por que o presente livro recusa, desde a raiz, a acusação que certamente lhe farão: a de opor a fé à razão. A oposição verdadeira passa em outro lugar. De um lado está a razão cativa, a inteligência que reconhece em Cristo a sua fonte, na Escritura o seu axioma e na lógica o reflexo do caráter divino; do outro está a razão autônoma, a inteligência que se pretende juíza de Deus, quer se apresente como cálculo iluminista, quer como percepção da realidade concreta, quer como intuição mística dos que se julgam acordados num mundo de sonâmbulos. Este livro é uma defesa da razão, da razão no seu único sentido sustentável, contra um pensador que, alegando defendê-la do racionalismo moderno, a entregou de mãos atadas à experiência.

A Escritura autenticada por si mesma

Se a Escritura é o axioma, de onde vem a certeza de que ela é a palavra de Deus? A pergunta é legítima e a resposta reformada é antiga, precisa e escandalosa para o espírito evidencialista: a Escritura é autopistos, digna de fé por si mesma, e a certeza do crente procede do testemunho interior do Espírito Santo, não de demonstrações externas. Calvino dedicou ao tema o sétimo capítulo do primeiro livro das Institutas, e sua tese merece ser ouvida nos próprios termos: “o testemunho do Espírito é superior a toda razão. Ora, assim como somente Deus é testemunha idônea de si mesmo em sua Palavra, também assim a Palavra não produzirá fé nos

corações humanos antes que, neles, seja selada pelo testemunho interior do Espírito.”¹¹ A Escritura, ensinou ele, é “autenticada por si mesma; assim, não é justo que ela se sujeite a demonstração e argumentos”, porque a certeza que ela merece da nossa parte vem do testemunho do Espírito.¹²

E para os que exigiam provas, Calvino tinha uma comparação de dona de casa, das que valem mais que mil tratados: perguntar como saberemos que a Escritura procede de Deus, sem recorrer ao decreto da igreja, “é exatamente como se alguém perguntasse: De onde aprenderemos a distinguir a luz das trevas, o branco do preto, o doce do amargo?”¹³

A luz não pede lanterna. O padrão último se impõe; se precisasse de aval, aval seria o padrão.

Duas clarificações protegem essa doutrina das caricaturas. Primeira: o testemunho do Espírito não é uma revelação nova, um frisson místico ou uma experiência que acrescente conteúdo à Bíblia; é a obra do Espírito abrindo os olhos do coração para a autoridade que a Escritura já tem objetivamente, como quem abre as janelas de um quarto onde o sol já batia. A certeza é subjetiva no seu assento, mas o seu objeto é inteiramente objetivo: as proposições do texto. Aqui passa a fronteira, que o leitor deverá memorizar, entre a doutrina reformada do testemunho interno e todo misticismo epistemológico: o Espírito sela na alma a verdade de proposições públicas e fixas, verificáveis por qualquer leitor no texto comum; a intuição mística, ao contrário, pretende entregar conteúdos privados, inacessíveis à verificação, hierarquizando os homens entre os que veem e os que

não veem. A primeira humilha o homem diante do texto; a segunda o exalta acima dele.

Segunda clarificação: Calvino não desprezava os argumentos que exibem a excelência da Escritura, sua antiguidade, sua majestade, o cumprimento de suas profecias; ele os arrolava e os chamava de auxílios secundários, úteis para confirmar a fé já estabelecida, jamais para fundá-la. A ordem dos fatores, aqui, altera tudo o que existe: quem funda a fé nas evidências fez das evidências o seu deus; quem confirma pelas evidências a fé fundada no testemunho de Deus mantém cada coisa em seu lugar.

Há ainda um terceiro serviço que a doutrina da autopistia presta, e ele mira diretamente o coração da controvérsia que este livro travará: a Escritura, por ser critério objetivo e externo, resolve o problema que nenhuma experiência interior resolve, o problema do discernimento dos espíritos. “Amados, não creiais a todo o espírito, mas provai se os espíritos são de Deus, porque já muitos falsos profetas se têm levantado no mundo”, ordena João (1 João 4:1). A ordem apostólica pressupõe duas coisas que toda espiritualidade da experiência prefere esquecer: que existem espíritos enganadores operando sobre a consciência humana, e que a consciência, sozinha, não os distingue dos verdadeiros, pois “o próprio Satanás se transfigura em anjo de luz” (2 Coríntios 11:14).

Calvino, comentando a majestade do estilo profético, anotou de passagem: “Também não me passa despercebido que Satanás é em muitos aspectos um imitador de Deus”, insinuando-se pela similaridade enganosa à mente das pessoas simples.¹⁴ A observação vale ouro epistemológico. Se o inimigo imita, então a qualidade da

experiência, sua vivacidade, sua luminosidade, sua força de convicção, seu sabor de evidência, nada disso serve de critério, porque a falsificação bem feita reproduz exatamente essas marcas; falsário que não imita bem não é falsário, é caricaturista. O crente que julga a origem de suas iluminações pela intensidade delas entregou as chaves da alma ao primeiro espírito eloquente que bater.

Por isso a Escritura manda provar, e provar exige padrão fixo fora da experiência provada: “À lei e ao testemunho! Se eles não falarem segundo esta palavra, é porque não há luz neles”, diz Isaías (Isaías 8:20). O teste dos espíritos é doutrinário, verbal, proposicional. Quem confessa o Cristo das Escrituras, segundo as Escrituras, procede de Deus; quem ensina outro evangelho, seja anjo do céu, seja mestre carismático de gênio incontestável, “seja anátema” (Gálatas 1:8), e a vivacidade de suas percepções agrava a sentença em vez de mitigá-la.

O leitor fará bem em guardar este parágrafo até o quinto capítulo, quando examinarmos um pensador que reconhecia mundos espirituais, praticava suas técnicas de percepção e julgava tradições religiosas pelo grau de realização interior que atribuía a cada uma: a pergunta que lhe faremos já está armada aqui, e ela é a pergunta de João, com que padrão provaste os espíritos que te ensinaram?

A relevância dessa doutrina para o julgamento que se avizinha é direta. Toda epistemologia comparece diante desta alternativa: ou a consciência humana julga a revelação, ou a revelação julga a consciência humana. Terceira posição não há, e as tentativas de construí-la, dosando um pouco de cada, apenas disfarçam a

primeira, porque quem reserva para si o direito de dosar já se sentou na cadeira do juiz. O sistema que examinaremos nos capítulos seguintes assenta a certeza última na presença do real à consciência, na experiência vivida, na percepção cuja evidência interior dispensaria tribunal superior.

O leitor já pode antever a pergunta que esse sistema não conseguirá responder: quando a evidência interior de um homem contradiz a evidência interior de outro, e ambas contradizem a Escritura, quem julga? A doutrina da autopistia responde: a Palavra julga, porque só Deus é testemunha idônea de si mesmo. A epistemologia da presença responde: e aí o silêncio começa, ou pior, começa a hierarquia dos iniciados.

A neutralidade impossível

Falta remover o último abrigo em que o pensamento moderno se esconde: a pretensão de neutralidade. Segundo essa pretensão, existiria um terreno comum, anterior às convicções religiosas, onde crente e incrédulo poderiam pesar as evidências com a mesma balança, e a honestidade intelectual consistiria em começar desse terreno, deixando a fé para o fim, como conclusão eventual. A pretensão é falsa duas vezes: falsa na descrição do homem e falsa na sua própria lógica. Falsa na descrição do homem, porque a Escritura, que é nosso axioma, ensina que o homem caído não é um avaliador imparcial que ainda não recebeu dados suficientes, e sim um supressor ativo da verdade que já recebeu. "As suas coisas invisíveis, desde a criação do mundo, tanto o seu eterno poder, como a sua divindade, se entendem, e claramente se vêem pelas

coisas que estão criadas, para que eles fiquem inescusáveis”, escreve Paulo aos romanos (Romanos 1:20); eles detêm a verdade em injustiça e, tendo conhecido a Deus, não o glorificaram como Deus, mas em seus discursos se desvaneceram (Romanos 1:18 e 21). O problema noético do pecado precede toda discussão: a mente que deveria pesar as evidências chega ao tribunal subornada.

Falsa na sua própria lógica, porque a exigência de neutralidade não é neutra. Cheung expõe o nervo com uma rajada de perguntas dirigida aos campeões da imparcialidade: “Ele diz que suas premissas são aceitas por quase todas as pessoas neutras. Como ele sabe disso? E quem são essas pessoas neutras? Onde elas estão? Como ele sabe que é possível ser neutro sobre a existência de Deus?” Quem exige pontos de partida neutros está previamente comprometido com a neutralidade, e se está comprometido, por que deveríamos confiar nele justamente quanto à neutralidade?¹⁵ O árbitro que se apresenta sem camisa de time já vestiu a camisa do time que lucra com árbitros sem camisa.

A Escritura não se limita a negar a neutralidade; ela ordena a postura que decorre dessa negação, e a ordem tem dois tempos, um defensivo e um ofensivo. O tempo defensivo está em Colossenses: “Tende cuidado, para que ninguém vos faça presa sua, por meio de filosofias e vãs sutilezas, segundo a tradição dos homens, segundo os rudimentos do mundo, e não segundo Cristo” (Colossenses 2:8). Note-se a precisão do critério paulino, que não condena a filosofia enquanto tal, e sim a filosofia segundo os rudimentos do mundo, isto é, a filosofia cujo princípio ordenador é outro que não Cristo; a linha divisória passa pelo fundamento, exatamente onde este capítulo a traçou.

O tempo ofensivo está em Coríntios: “as armas da nossa milícia não são carnaís, mas sim poderosas em Deus para destruição das fortalezas; destruindo os conselhos, e toda a altivez que se levanta contra o conhecimento de Deus, e levando cativo todo o entendimento à obediência de Cristo” (2 Coríntios 10:4 e 5).

Todo o entendimento.

O texto não autoriza o cristão a negociar um condomínio do intelecto no qual a fé ficaria com a religião e a razão autônoma com o restante; ele ordena conquista, e conquista total.

Dessa ordem nasce a postura que Vincent Cheung chamou de invasiva e que este livro assume sem constrangimento: o pensamento cristão não pede assento à mesa das cosmovisões; ele reivindica a mesa, demonstra que os demais convivas estão sentados sobre o vazio e oferece a cada um deles, no evangelho, o único chão que existe. Quem achar essa postura arrogante deve dirigir a queixa ao apóstolo, e, por intermédio dele, ao Senhor que o enviou.

Se não há terreno comum de princípios, como se dá o confronto entre sistemas? Pela via que este capítulo já praticou contra racionalismo, empirismo e irracionalismo: a via apagógica, a redução ao absurdo. Não se pede ao adversário que abandone seus pressupostos por cortesia; concedem-se provisoriamente os pressupostos dele e mostra-se que, levados às consequências, eles devoram o próprio sistema. Essa é a única forma de refutação que não mendiga acordo prévio, e será o método deste livro do primeiro ao último capítulo.

Que ninguém espere, portanto, a coleção de escândalos biográficos com que a internet costuma liquidar reputações, nem o inventário de grosserias com que o próprio Olavo alimentava seus detratores. Nada disso refuta uma filosofia. Uma filosofia se refuta entrando nela, mapeando suas vigas, encontrando a viga que não se sustenta e deixando que o peso do próprio edifício complete o serviço. O leitor olavista que chegou até aqui desconfiado deve notar que esse compromisso o protege: seu mestre será exposto pelos próprios textos, citado com referência verificável, apresentado na sua formulação mais forte, incluindo a sistematização que seus melhores discípulos fizeram dela, antes de qualquer sentença. Exigimos da crítica ao olavismo o rigor que o olavismo raramente exigiu de suas críticas aos outros.

O tribunal instalado

O trabalho deste capítulo está feito, e convém resumi-lo na forma que ele mesmo reivindica: a de teoremas derivados. Todo pensamento parte de um axioma indemonstrável; os axiomas da criatura, examinados, destroem o conhecimento que prometem; o axioma da revelação, e somente ele, sustenta a inteligibilidade, porque ancora a verdade na mente onisciente de Deus, a lógica no Logos eterno, a certeza na autopistia da Escritura selada pelo Espírito, e o método na antítese sem neutralidade. Sobre essas quatro colunas fica instalado o tribunal, e dele decorrem as quatro perguntas que serão feitas, com paciência de inquérito e sem pressa de linchamento, à filosofia de Olavo de Carvalho.

Primeira pergunta: de onde parte o sistema? Da palavra de Deus ou da consciência do homem? Não haverá refúgio em respostas duplas, porque fundamento é aquilo que julga em última instância, e ninguém serve a dois juízes supremos.

Segunda: o que o sistema entende por verdade? Se a verdade é proposicional, o sistema deve mostrar como suas presenças, intuições e experiências se convertem em proposições sem contrabando; se afirma verdades não proposicionais, deve explicar como algo pode ser verdadeiro sem poder ser dito, e como se distingue, nesse silêncio, a visão do delírio.

Terceira: qual é o critério de erro? Um sistema que não consegue especificar as condições nas quais estaria errado não é profundo; é apenas imune, e imunidade à refutação é a virtude das doenças, não das filosofias.

Quarta: quem julga quem? A consciência do filósofo se submete à Escritura, ou a Escritura comparece diante da consciência do filósofo como um documento entre outros, a ser lido nos graus e níveis que a percepção do mestre estabelecer? Esta última pergunta é a mais grave de todas, porque a resposta a ela decide se estamos diante de uma filosofia cristã ou de uma espiritualidade que usa vocabulário cristão enquanto guarda a chave do sentido em outro lugar.

Ao longo dos próximos capítulos, essas quatro perguntas serão feitas aos textos, às aulas e à sistematização do pensamento olavista, e o leitor será convidado a conferir cada citação na fonte. Se ao final o sistema responder bem, que fique de pé; a verdade não teme inquérito. Se responder mal, que caia, por mais gratidão que devamos ao homem e por mais serviços que ele tenha prestado

contra inimigos comuns, porque gratidão é virtude para com instrumentos, e adoração, direito exclusivo de Deus.

Tu, leitor, que talvez tenhas aprendido com esse mestre a amar os livros, a desprezar a mediocridade e a suspeitar dos consensos fáceis, aplica agora essas mesmas virtudes ao mestre que as ensinou: abre os livros dele ao lado do Livro, despreza a mediocridade dos discípulos que apenas repetem, suspeita do consenso da tribo que te cerca, e pergunta, diante de cada tese, aquilo que este capítulo te ensinou a perguntar antes de qualquer outra coisa: segundo qual padrão? Quem faz essa pergunta com seriedade já saiu da arquibancada e entrou no tribunal.

O réu será chamado no próximo capítulo.

Notas

1. Gordon H. Clark, *Três Tipos de Filosofia Religiosa*, sobre a divisão dos métodos em dogmatismo, racionalismo e empirismo, com o irracionalismo como quarta postura. ↩
2. Vincent Cheung, *Cativo à Razão*, capítulo “A manobra fatal”, sobre o procedimento de começar pela revelação e deduzir dela o restante do sistema. ↩
3. Gordon H. Clark, *Religião, Razão e Revelação*, capítulo sobre fé e razão, na análise do racionalismo continental. ↩
4. Gordon H. Clark, *Três Tipos de Filosofia Religiosa*, na exposição do método racionalista de Espinosa, suas definições e axiomas. ↩

5. Gordon H. Clark, *Religião, Razão e Revelação*, na transição da análise do racionalismo para a do empirismo britânico. ↩
 6. Gordon H. Clark, *Uma Visão Cristã dos Homens e do Mundo*, na discussão do ceticismo e da confiabilidade da sensação, com o argumento dos sonhos e ilusões. ↩
 7. Vincent Cheung, *Cativo à Razão*, capítulo "A incoerência do empirismo". ↩
 8. Vincent Cheung, *Cativo à Razão*, capítulo "Começando com a resposta". ↩
 9. Vincent Cheung, *Cativo à Razão*, capítulo "A incoerência do empirismo", na resposta à objeção de autorrefutação. ↩
 10. Gordon H. Clark, *Religião, Razão e Revelação*, na discussão sobre linguagem e a doutrina do Logos, com referência ao De Magistro de Agostinho. ↩
 11. João Calvino, *As Institutas*, livro I, capítulo 7, seção 4. ↩
 12. João Calvino, *As Institutas*, livro I, capítulo 7, seção 5. ↩
 13. João Calvino, *As Institutas*, livro I, capítulo 7, seção 2. ↩
 14. João Calvino, *As Institutas*, livro I, capítulo 8, na discussão sobre a majestade do estilo das Escrituras. ↩
 15. Vincent Cheung, *Cativo à Razão*, na crítica à exigência de pontos de partida neutros no debate com o ateísmo. ↩
-

CAPÍTULO 2: O SISTEMA DE OLAVO EXPOSTO POR DENTRO

A regra da exposição justa

Um tribunal que condena o réu sem ouvi-lo produz mártires, e mártir é a última coisa que este livro deseja fabricar. Por isso o presente capítulo obedece a uma regra que peço ao leitor a paciência de respeitar comigo até o fim: aqui se expõe, não se refuta. As objeções, que a cada página vão querer saltar da boca do leitor reformado, ficarão retidas até os capítulos terceiro e quarto, onde terão espaço, fôlego e método. Antes de destruir um edifício é preciso levantar a sua planta, viga por viga, e levantá-la com tal fidelidade que o próprio arquiteto, se vivo fosse, reconhecesse a casa. Refutação de caricatura convence apenas os já convencidos e fornece ao adversário o álibi eterno de que não foi compreendido.

Este capítulo existe para cassar esse álibi. O olavista que o ler deve encontrar aqui o seu sistema apresentado com mais ordem, e não com menos, do que costuma encontrá-lo nos próprios arraiais, porque a dispersão do corpus, espalhado em livros, apostilas e centenas de aulas transcritas, sempre foi um dos escudos involuntários da escola: sistema que ninguém consegue ver inteiro é sistema que ninguém consegue julgar inteiro.

Vamos vê-lo inteiro.

As fontes desta planta são as que declarei no prólogo: os livros publicados de Olavo de Carvalho, com destaque para O Saber e o Enigma, Aristóteles em Nova Perspectiva, A Filosofia e Seu Inverso, A Dialética Simbólica e as preleções sobre Husserl; as aulas transcritas do Curso Online de Filosofia, que acompanhei por anos como aluno; e, como fecho, a sistematização que Ronald Robson ofereceu em Conhecimento por Presença, obra que tomo, deliberadamente, como a formulação mais forte e mais organizada da epistemologia olavista, para que ninguém diga que escolhi enfrentar a versão fraca. Onde o mestre foi assistemático, o discípulo ordenou; julgar a ordenação do melhor discípulo é julgar a escola no seu ponto mais alto.

O leitor notará ainda uma decisão de recorte: não exporei aqui a filosofia política de Olavo, suas análises de conjuntura, sua crítica ao esquerdismo ou sua teoria das elites, porque nada disso pertence ao fundamento; exporei a doutrina do conhecimento, porque é dela que tudo o mais depende e é diante dela que a Escritura tem uma palavra a dizer que ninguém disse com o rigor devido.

Uma última cláusula do contrato antes de abrir a planta. Cada tese que aqui exponho vem acompanhada de nota indicando obra e lugar, e o leitor é convidado, mais do que isso, é intimado a conferir. O olavista deve conferir para certificar-se de que não deformei; o reformado deve conferir para certificar-se de que o adversário existe mesmo e diz mesmo aquilo, pois metade da força de uma refutação se perde quando o leitor suspeita que o refutado é um boneco de palha vestido pelo refutador.

E ambos devem conferir por uma razão superior às duas: o hábito de subir à fonte é precisamente a virtude que este livro quer formar, contra toda escola que viva de resumos reverentes. Onde a citação é direta, mantive-a curta e a marquei; onde exponho por paráfrase, respondo pela fidelidade com o meu nome na capa. Quem me apanhar em deformação documentada terá prestado serviço ao livro, porque o tribunal do primeiro capítulo julga também o acusador.

O ponto de partida: a consciência que se sabe

Todo sistema se revela no seu primeiro passo, e o primeiro passo de Olavo de Carvalho, repetido na abertura do Curso Online de Filosofia como pedra de fundação de tudo o que viria, é este: “Essa ligação muito íntima, essa quase identidade entre a autoconsciência mais pessoal e o conhecimento no seu sentido mais universal e científico é um elemento básico da tradição filosófica desde Sócrates. Isso se torna particularmente claro com Santo Agostinho, e mais tarde se tornará mais enfático ainda com a obra de René Descartes.”¹

A filosofia, nesse desenho, começa em casa: antes de perguntar o que é o mundo, o aprendiz deve perguntar quem é este que pergunta, em que situação está, o que efetivamente presenciou e sabe por si, o que apenas repete de ouvido. Daí o gênero de exercícios com que o curso se inicia, a autobiografia intelectual, o inventário do próprio conhecimento, a distinção entre o que o aluno testemunhou e o que absorveu da opinião alheia.

E daí também uma tese sobre a qual o leitor deve deter-se, porque ela carrega mais peso do que aparenta: há dados que são estritamente pessoais e que nem por isso o mestre consente em

chamar de subjetivos; “só você sabe o que você quer ser, só você conhece os seus sonhos, seus planos, seus objetivos, suas ambições”, diz ele, e “não há testemunha”; e ainda assim “esse tipo de informação, que é estritamente pessoal, não pode ser dito inteiramente subjetivo”.² Fica assim instituída, na primeira hora do sistema, uma categoria de objetividade privada: conteúdos reais, objetivos, cognoscíveis, cujo único órgão de acesso é a consciência individual daquele que os vive.

Robson, sistematizando, deu a esse ponto de partida a sua moldura técnica. O sujeito de que se fala aqui, adverte ele, não é o sujeito abstrato das teorias do conhecimento, contraposto genericamente ao objeto; é a modalidade de existência histórica de um ser dotado de consciência, que por definição só pode ser individual, uma substância, a consciência individual, dotada de uma propriedade, a capacidade de conhecimento.³

E esse indivíduo concreto atravessa, na formulação do discípulo, um trauma de emergência da razão: o descompasso entre o acúmulo crescente de experiências ao longo da vida e a capacidade limitada de dar conta delas. A filosofia nasce como resposta a esse trauma, como o esforço biográfico de um indivíduo situado para reconquistar a unidade do próprio saber e da própria vida.

O leitor percebe a consequência arquitetônica: se a filosofia é resposta de um indivíduo situado ao seu trauma cognitivo, então a biografia do filósofo entra no método, a vida pensa junto, e o conhecimento carrega para sempre o selo da primeira pessoa. O contraste com o capítulo anterior deste livro já grita, mas prometi segurá-lo, e seguro. Registro apenas, como cartógrafo, a localização

exata da primeira viga: o edifício olavista assenta sobre a consciência individual como substância cognoscente e sobre a experiência vivida como material primeiro. Deus, nesse alicerce, ainda não falou; quem fala, primeiro e fundacionalmente, é a consciência que se sabe presente a si mesma.

A fórmula do sistema e a sua arma predileta

O sistema tem uma fórmula oficial, repetida pelo autor ao longo de décadas como definição da própria disciplina, e nenhuma exposição séria pode passar sem ela: “Em muitas aulas minhas eu defini a filosofia como ‘a busca da unidade do conhecimento na unidade da consciência, e vice-versa.’”⁴ A frase, de tão citada nos arraiais, corre o risco de já não ser ouvida, e o expositor a soletra.

Unidade do conhecimento: os saberes dispersos do indivíduo, suas leituras, percepções, memórias e crenças, devem ser integrados num conjunto coerente, e não empilhados como mercadoria de erudição. Na unidade da consciência: essa integração não se faz no papel, num sistema exterior ao homem, mas na consciência viva daquele que conhece, de modo que o sujeito se unifica ao unificar o seu saber. E vice-versa: a consciência unificada, por sua vez, torna-se capaz de unificar conhecimentos cada vez mais vastos, num circuito de mão dupla em que amadurecer e compreender são o mesmo processo. A filosofia, portanto, tem por objeto imediato o próprio filósofo; o mundo entra no programa na medida em que a consciência o assimila à sua unidade crescente.

Coerentemente, o autor ensinava que “o exercício da filosofia depende menos da aquisição de uma cultura filosófica do que da

aquisição de uma espécie de força. Uma espécie de poder que o indivíduo tem de perseverar em si mesmo. De perseverar nesses momentos a que se refere o Louis Lavelle, e de encarar tudo com a máxima seriedade em face daquilo que é mais permanente e, em última instância, decisivo.”⁵ O leitor mede a distância entre essa definição e as clássicas: a filosofia já não é o amor à sabedoria, nem a ciência das primeiras causas, nem a serva da teologia; é uma ascese de integração pessoal, cuja unidade de medida é o estado da consciência do praticante. E mede também a coerência: se o conhecimento fundador é presença vivida por um indivíduo situado, a disciplina que o cultiva só pode ser mesmo uma técnica de unificação do vivente.

Dessa fórmula nasce a arma crítica predileta do sistema, o conceito pelo qual Olavo executou meio panteão da filosofia moderna: a paralaxe cognitiva. Ele a define como o descompasso entre o eixo do discurso de um pensador e o eixo da sua experiência real, o vício do filósofo cujo mundo é um conjunto de conceitos articulados em absoluto desacordo com a posição concreta desde a qual ele mesmo fala.⁶ O exemplo canônico é Kant, e a formulação em aula é melhor que qualquer resumo meu: “Se eu não posso ver um elefante em si, como eu posso conhecer o pensamento de Kant em si que é muito mais evanescente? Então o próprio fato de Kant escrever o livro já contradiz a importância do problema que ele está colocando.” A ironia é excelente e o golpe, no caso, acerta, pois denuncia uma incoerência performativa real, do mesmo gênero das que o nosso primeiro capítulo aplicou ao empirismo e ao irracionalismo.

Um aluno pergunta em aula: “Há relações entre o termo fundamentalismo, de Voegelin, que você comentou na última aula, e

a paralaxe cognitiva?” O fundamentalismo, nessa acepção, é a crença numa fórmula cujo sentido nunca foi desmembrado nas experiências que o lastreiam. Olavo confirma o vínculo e vai além: “Sem dúvida, a paralaxe cognitiva é uma coisa desse tipo. Só que ela não é só um fundamentalismo, ela é quase um sistema inteiro de fundamentalismos.”⁷

O expositor registra a arma e registra, com o mesmo cuidado, o pressuposto gravado no cabo dela. Julgar uma filosofia pela paralaxe é julgá-la pela concordância entre o discurso e a experiência vivida do seu autor; o tribunal da crítica olavista é, mais uma vez, a experiência, agora na função de pedra de toque da sinceridade cognitiva. Uma doutrina cai quando não pode ser vivida por quem a enuncia, quando o enunciador precisa desmenti-la com a própria postura ao enunciá-la.

O critério tem alcance real contra os relativismos, e o primeiro capítulo deste livro usou instrumento aparentado. Mas o leitor atento já formula a pergunta que ficará retida com as demais: coerência entre discurso e vida prova, quando muito, que uma doutrina é habitável; habitabilidade é o mesmo que verdade? O estoico vive com perfeita coerência o seu estoicismo, o muçulmano piedoso a sua sharia, e nem por isso o Pórtico ou Meca se tornam verdadeiros. Um sistema que promove a ausência de paralaxe a critério supremo confessa, uma vez mais, onde deposita a última instância: no ajuste entre o homem e o seu vivido, e não na conformidade entre a proposição e a revelação.

Anotado. A planta prossegue.

O itinerário da percepção ao conceito

Assentada a primeira viga, o sistema descreve o caminho pelo qual o conhecimento se forma, e aqui Olavo é de uma franqueza que poupa trabalho ao expositor. Todo conhecimento humano, ensina ele no curso, começa primeiro como percepção, passa depois pela memória e pela imaginação, e só então se estabiliza em conceitos verbalizáveis sobre os quais se pode raciocinar.⁸ O exemplo dele é doméstico e didático: “eu teria que ter um elefante no jardim para poder olhá-lo de novo. O que nós fazemos é conservar na memória uma forma esquemática à qual damos o nome de elefante, e em seguida nós raciocinamos sobre esse termo e sobre o conceito implícito.”

A sequência é limpa e o leitor deve gravá-la, porque ela é a espinha dorsal genética do sistema: sentidos, retenção imaginativa, esquema, palavra, conceito, raciocínio. O raciocínio chega por último e trabalha com material de segunda mão; a percepção chega primeiro e detém o monopólio do contato originário com o real. Na escala da dignidade cognitiva, portanto, a proximidade da percepção mede a proximidade da realidade, e tudo o que se afasta dela, abstração, fórmula, sistema, vive de crédito perceptivo e deve, periodicamente, voltar à fonte para renovar o lastro.

A garantia de que essa fonte não engana recebe, em *O Saber e o Enigma*, uma fundação peculiar, a doutrina da tripla intuição. “Na percepção da luz, o sujeito percebe o objeto, percebe que está percebendo o objeto e percebe o que possibilita essa percepção (a luz)”, escreve Olavo, “e essas três percepções são simultâneas; trata-se de uma tripla intuição.” E mais: “Até nossa certeza da

existência do mundo exterior advém da percepção da luz; advém, entenda-se, da percepção de que não é você quem está produzindo a luz.”⁹ A epistemologia moderna, acusa ele, esqueceu a luz e discutiu apenas objetos e sujeitos isolados, quando o primeiro dado é o meio luminoso que envolve a ambos e os põe em contato.

O leitor deve notar o que essa doutrina pretende entregar: uma certeza primitiva, anterior a todo raciocínio, imune à dúvida cética, colhida no próprio ato perceptivo. A existência do mundo não se demonstra; presencia-se. E deve notar igualmente o preço da entrega, que fica anotado para o capítulo terceiro: a certeza assim obtida é do gênero das vivências, tem a força do vivido e o alcance do vivido, e a pergunta sobre como uma vivência, por vívida que seja, se converte em proposição verdadeira, com validade para quem não a viveu, ainda não foi sequer formulada. O sistema responderá que ela não precisa converter-se, porque há um conhecimento anterior às proposições.

Esse é o coração da doutrina, e a ele chegamos agora.

O conhecimento por presença

Estamos diante do conceito que dá título ao livro de Robson e alma ao sistema inteiro, e a exposição deve redobrar o cuidado. Em *O Saber e o Enigma*, Olavo o introduz ao tratar do que chama círculo de latência: em torno de tudo o que sei estende-se o que não sei mas pressinto, o desconhecido anunciado pelo conhecido, e é essa moldura de latências que me permite conceber a unidade do mundo. Ora, esse fundo de unidade que antecipo e adivinho não me chega como dado dos sentidos nem como construção do raciocínio; chega

assim, nas palavras dele: "Isso que apenas antecipamos, adivinhamos, nos chega como um conhecimento por presença. É algo que a simples divisão entre dado e construído não é capaz de esclarecer. Não se trata de algo intuído, tampouco de algo construído racionalmente, discursivamente, mas de algo que é a condição de possibilidade de qualquer intuição e raciocínio."¹⁰

A tese, medida em todo o seu alcance, é esta: antes de todo conceito, antes de toda proposição, antes de toda inferência, o real já está presente à consciência como totalidade pressentida, e é dessa presença muda que todo conhecimento posterior extrai sentido e possibilidade. O conhecimento discursivo, com suas frases e provas, é atividade de superfície; o contato de fundo, que o sustenta, dispensa frase e dispensa prova, porque é presença.

Dessa tese derivam, com coerência que reconheço, a ética cognitiva e a finalidade da filosofia no sistema. A ética cognitiva é a contemplação amorosa, e o texto a define assim: "uma espécie de sensibilidade aumentada, pela qual você permite que o objeto seja aquilo que ele é, a esperar que espontaneamente se revele. Você não está interessado em alterar o objeto, está interessado em que ele seja eternamente tal como se manifesta a você, como se falasse e você o ouvisse. A isso chamo contemplação amorosa."¹¹ A finalidade da filosofia vem declarada com todas as letras: "A filosofia se destina a abranger círculos cada vez mais amplos de latência aos quais só temos acesso por presença. A maioria das pessoas não é capaz de expressá-las, mas ao filósofo cabe conhecer a técnica necessária para tanto."¹²

Robson, sistematizando, eleva a presença ao posto que ela de fato ocupa na arquitetura: a presença é a pedra metafísica sobre a qual erigimos aquilo que vivenciamos como realidade e que escolarmente chamamos conhecimento, e uma das finalidades da técnica filosófica é fazer constantemente o retorno do saber disciplinar a essa pedra áspera.¹³ E formula a pedagogia correspondente com uma franqueza preciosa para o nosso inquérito: trata-se de treinar a consciência para que, em vez de falar à realidade, deixe que a realidade lhe fale, pois assim como toda a mineralogia já está nos minerais, o problema da verdade está submetido ao problema da presença substantiva do real, e mesmo a mais refinada técnica lógico-analítica é apenas um meio de retornar ao que sempre já esteve aí.¹⁴

O leitor deve parar sobre essa última frase o tempo que for preciso, porque nela o sistema confessa a sua hierarquia com uma honestidade que dispensa o trabalho do acusador.

A lógica, mesmo a mais refinada, é meio; a presença é fim e fundamento. O discurso serve; o contato manda.

A verdade não é o predicado de proposições aferido por um padrão; é um problema submetido a outro problema, o da presença. Anoto, sem ainda julgar, as três promessas embutidas: que existe conhecimento sem proposição; que esse conhecimento é o fundamento de todo o resto; e que o acesso a ele se dá por um treinamento da consciência, uma técnica, uma ascese do olhar.

Guarde o leitor a palavra treinamento. Ela retornará, com juro, no quinto capítulo.

A unidade de sujeito e objeto e o mundo dos princípios

A doutrina da presença não termina em epistemologia; ela desemboca, com coerência que cumpre registrar, numa metafísica, e o roteiro dessa desembocadura foi traçado pelo próprio Robson no seu guia de leitura. As formulações embrionárias do conhecimento por presença, informa ele, estão nos ensaios A Unidade de Sujeito e Objeto, Inteligência e Verdade e, principalmente, O Problema da Verdade e a Verdade do Problema, e o fecho de toda a exposição seria a doutrina do mundo dos princípios, que o mestre deixou apenas indicada em capítulos esparsos, para pena confessa do discípulo.¹⁵

O nome dos ensaios já entrega o programa. Se o conhecimento fundador é presença, então a separação entre o sujeito que conhece e o objeto conhecido, eixo de toda a teoria do conhecimento moderna, é um corte tardio praticado sobre uma unidade originária; antes do corte, há o campo comum em que ambos se banham, aquela luz da tripla intuição que envolve o vidente e o visto e os dá um ao outro. Conhecer, na raiz, é participar dessa unidade, e a filosofia crítica que opõe sujeito a objeto trabalha, sem o saber, sobre os destroços de um contato que a precede.

Robson leva a tese até a sua consequência ontológica com uma franqueza que o expositor agradece. No capítulo sobre o mundo dos princípios, ele escreve que a coisa existente, mesmo destituída de consciência, inflige conhecimento à fenomenalidade tão somente por sua presença, por sua condição de coisa existente, e que toda presença é ativa, é presença, em alguma medida, de sujeito; a

teoria da tripla intuição, acrescenta, oferece a chave para compreender que as posições de sujeito e objeto são intercambiáveis.¹⁶

Leia o leitor devagar: no cume do sistema, o ser e o conhecer se tocam, tudo o que está presente conhece em grau atenuado e é conhecido, e o universo inteiro se revela um tecido de presenças que se reportam umas às outras, hierarquizadas em graus de intensidade, subindo das coisas mudas às consciências e destas ao mundo dos princípios, região das possibilidades eternas que a doutrina apenas aponta.

Não estou julgando; estou lendo, e peço ao leitor que confira.

Mas anoto, como cartógrafo, que essa paisagem final, com seus graus de ser e conhecer, sua participação universal e seu mundo de princípios entrevisto, tem fisionomia conhecida na história da filosofia, e o quinto capítulo dirá o nome de família.

A mesma inclinação de fundo governa o método historiográfico do autor, e *A Filosofia e Seu Inverso* o documenta em ato. Querendo explicar por que a escolástica medieval estruturou a cosmovisão cristã numa síntese dogmática de conjunto, Olavo escreve que “temos de nos voltar para a experiência vivida, para o impacto que os filósofos escolásticos receberam da cultura da época”; e encontra o precedente decisivo não na filosofia nem na teologia, mas na arquitetura, invocando a tese de Panofsky segundo a qual “o estilo gótico na construção das grandes catedrais medievais refletia a influência do pensamento escolástico”.¹⁷

O procedimento merece registro cuidadoso, porque nele o sistema aplica a si mesmo: até o edifício doutrinal da fé é explicado de baixo para cima, da vivência cultural para a formulação dogmática, do impacto sentido para a proposição crida. O que uma dogmática reformada descreveria como dedução a partir da revelação aparece aqui como cristalização de uma experiência de época. O leitor guarde o dado; ele voltará quando perguntarmos, no quarto capítulo, o que sobra da autoridade da doutrina quando toda doutrina é lida como sedimento de vivências.

Os quatro discursos e o lugar rebaixado da lógica

Se a presença é o fundamento, que lugar resta ao discurso, à argumentação, à prova? O sistema responde com a sua peça mais celebrada, a teoria dos quatro discursos, que Olavo apresentou como recuperação da unidade perdida do pensamento de Aristóteles. A tese histórica afirma que os quatro grandes tratados aristotélicos da palavra, a Poética, a Retórica, os Tópicos e os Analíticos, descrevem quatro modalidades de um único poder, o poder que o homem tem de influenciar pela palavra a mente alheia e a própria, e que essas modalidades se escalonam por níveis de credibilidade: "Possibilidade, verossimilhança, probabilidade razoável e certeza apodíctica são, pois, os conceitos-chave sobre os quais se erguem as quatro ciências respectivas: a Poética estuda os meios pelos quais o discurso poético abre à imaginação o reino do possível; a Retórica, os meios pelos quais o discurso retórico induz a vontade do ouvinte a admitir uma crença; a Dialética, aqueles pelos quais o discurso dialético averigua a razoabilidade das crenças admitidas, e,

finalmente, a Lógica ou Analítica estuda os meios da demonstração apodíctica, ou certeza científica.”¹⁸

A dialética, sublinha ele com gosto etimológico, é peirástica, arte da prova e da travessia: “É o pensamento que vai e vem, por vias transversas, buscando a verdade entre os erros e o erro entre as verdades.”¹⁹ O conjunto forma uma escada: da imagem possível à convicção verossímil, desta à opinião provada, e desta à demonstração necessária.

A teoria tem elegância inegável e usos pedagógicos reais, e não é meu ofício negar elegância ao réu. Meu ofício é situar a peça no edifício, e a situação é esta: na arquitetura olavista, a escada inteira dos discursos está apoiada, do primeiro ao último degrau, na percepção e na presença. O discurso analítico produz certeza formal dentro do sistema de premissas, mas as premissas primeiras não vêm dele; vêm, como vimos, do itinerário percepção, memória, imaginação, conceito. A demonstração é rainha de um território que não fundou.

E o sistema extrai dessa subordinação consequências que o expositor honesto não pode maquiar. No próprio Curso Online de Filosofia, tratando da natureza das ciências formais, Olavo ensina que “a matemática é uma atividade mentalmente construtiva”, e continua: “É uma atividade puramente construtiva que não tem absolutamente nada a ver com a realidade exterior, ela é apenas algo que você está imaginando, é uma arte do imaginário.”²⁰ O leitor reformado, criado na doutrina de que a verdade matemática habita a mente de Deus, fará bem em reler a frase duas vezes e conferi-la na fonte, porque ela mede com exatidão o rebaixamento: no sistema

da presença, a necessidade lógico-matemática, por não ser colhida na percepção do mundo exterior, é rebaixada a construção imaginária, jogo interior de regras, enquanto a vivência perceptiva, essa sim, toca o real.

A hierarquia clarkiana está aqui de cabeça para baixo, viga por viga: o que para nós é reflexo do Logos eterno é para ele artefato da imaginação; o que para nós é opinião falível, a percepção sensível, é para ele o contato fundador.

Anoto e prossigo.

A teoria, convém acrescentar, não foi oferecida como mera exegese de Aristóteles; ela funciona, dentro do sistema, como chave de diagnóstico da civilização. A tese histórica que a acompanha sustenta que o Ocidente adoeceu ao perder a unidade dos quatro discursos, deixando que a cultura poética e a cultura analítica se apartassem em continentes incomunicáveis, a ponto de se buscar para a separação um fundamento anatômico na teoria dos dois hemisférios cerebrais, um criativo e outro ordenador. Olavo registra a fantasia e a ironiza em nota: "O mais curioso desta teoria é que ela pretende vencer a esquizofrenia do homem Ocidental e começa por dar a ela um fundamento anatômico (afortunadamente, fictício)." E anota de passagem o respaldo literário que Ezra Pound e a mistificação do ideografismo chinês deram à moda.²¹

O homem completo, conclui a doutrina, é aquele em que os quatro discursos permanecem articulados, subindo da imaginação à demonstração sem romper a escada; e a pedagogia do curso inteiro, com seus exercícios de percepção, memória e expressão, foi desenhada como terapia dessa fratura. Registro a ambição do

diagnóstico e a sua coerência interna, e registro também, para o dossiê do quarto capítulo, o pressuposto que ele carrega: a saúde do pensamento é medida pela integridade de um itinerário que começa, sempre e necessariamente, na imaginação alimentada pelos sentidos.

Todo conhecimento é simbólico

Falta a terceira grande peça, aquela que dá ao sistema a sua fisionomia inconfundível e que o distingue dos empirismos vulgares: a doutrina do símbolo. O segundo capítulo de *O Saber e o Enigma* carrega no título a tese inteira, a natureza simbólica do conhecimento, e o terceiro a desenvolve como simbolismo natural. O raciocínio, reconstruído com fidelidade, corre assim: se todo conhecimento humano transita da percepção ao conceito por via da retenção imaginativa, então todo conhecimento é mediado por formas, esquemas e imagens que estão no lugar daquilo que apresentam; conhecer é operar com símbolos, e a racionalidade humana é, na sua essência, atividade simbolizadora.

O símbolo, note-se bem, não é aqui adorno literário nem convenção arbitrária; é o próprio tecido da cognição, o modo como a latência do mundo se dá a ler. Cada coisa conhecida aponta para além de si, anuncia o desconhecido que a cerca, participa do círculo de latência; o mundo inteiro funciona, para a consciência, como um texto de sinais que remetem uns aos outros e, no limite, à unidade pressentida do todo. Ler esse texto é a vocação do filósofo; as ciências particulares soletram regiões dele; a arte o intui; e a

filosofia, municiada pela técnica da contemplação, sobe de símbolo em símbolo rumo a significações cada vez mais abrangentes.

Ora, uma doutrina que transforma o cosmos em texto cifrado precisa de uma ciência dos cifradores, e o próprio sumário de *O Saber e o Enigma* documenta, com candura que nenhum acusador saberia inventar, aonde essa necessidade conduz. Ao capítulo sobre o simbolismo natural segue-se, no mesmo livro, um capítulo inteiro sobre o simbolismo astrológico, onde se lê que “todos os símbolos do universo estão de algum modo contidos no sistema solar, e é por isso que o entendemos como sistema simbólico total”; e a esse, uma terceira parte dedicada ao esoterismo na história e hoje em dia, percorrendo ritos iniciáticos, esoterismo islâmico, sacramentos como iniciação, Maçonaria, Tradição Primordial e unidade transcendente das religiões.²² Não estou, repito, julgando ainda; estou lendo o índice de um livro de introdução à filosofia escrito pelo autor que examinamos, e constatando que nele a escada simbólica sobe, sem mudança de método e sem aviso de descontinuidade, da teoria da percepção à astrologia e desta ao esoterismo comparado.

A mesma naturalidade reaparece na psicologia da escola, a teoria das doze camadas da personalidade: “A cada estágio traumático corresponde um padrão de autoconsciência, um eixo central de estruturação do indivíduo, ao menos a nível psicológico”, e é essa escala de estágios que a doutrina das doze camadas pretende descrever.²³ Percepção, símbolo, camadas, graus, iniciação: o vocabulário é um só e o expositor se limita, por ora, a exhibir a sua continuidade. O capítulo quinto medirá essa continuidade com a régua de 1 João 4.1; aqui basta ter mostrado que ela existe e que não fui eu quem a construiu.

O método simbólico em ato: A Dialética Simbólica

Quem quiser ver a doutrina do símbolo trabalhando, e não apenas declarada, deve abrir *A Dialética Simbólica*, coletânea em que Olavo aplica a sua hermenêutica a obras concretas, dos gêneros do discurso à análise minuciosa de um filme de terror. O título nomeia um processo que o autor descreve como a tensão permanente entre o eu e o mundo na conquista da unidade: “De início, a unidade é puramente interna, é a unidade potencial de um eu nascente que se defende como pode da confusão exterior. Aos poucos, ele vai notando que não pode perseverar sem crescer, isto é, sem absorver, digerir e transfigurar em expressão racional aquilo mesmo que o ameaça. Chega um ponto em que o próprio eu se torna o foco da confusão, enquanto o mundo exterior, com suas exigências e disciplinas, o ajuda a rearticular-se. Depois o quadro se inverte de novo, e de novo, até que as inversões periódicas sejam aceitas como a própria dialética da vida.”²⁴

É a doze camadas em versão dialética: o conhecimento como drama biográfico de unificação, no qual pensar e amadurecer são o mesmo movimento visto de ângulos diferentes. E no mesmo prefácio o autor deixa claro contra quem a dialética se ergue: contra a concepção diminutiva da razão, que ele resume numa pergunta e numa resposta: “Que é razão? A opinião vulgar supõe que seja apenas o pensamento lógico: a dedução silogística. Às vezes reduzem-na ao cálculo matemático.” E contra a redução paralela da experiência ao recorte convencional ditado pelo método científico.²⁵ A razão verdadeira, para ele, é maior que a lógica; a experiência verdadeira,

maior que o experimento; e o símbolo é o órgão dessa grandeza dupla.

A peça central da coletânea, o longo estudo sobre O Silêncio dos Inocentes, mostra a hermenêutica em regime pleno: o filme é lido como um tecido de símbolos e mitos, carneiros e bodes, anjos e demônios, mestres e discípulos, essência e acidente, em camadas de sentido que o espectador comum atravessa sem ver e que o intérprete treinado desvela. E é nesse estudo que o autor enuncia, de passagem, um princípio que vale um tratado: “Claro, um símbolo é essencialmente aquilo que simboliza”, escreve ele, “mas isto não quer dizer que o seja também no plano da fenomenalidade empírica.” E adverte que, pela inversão da inversão, o símbolo que “no plano da realização espiritual” era “um instrumento de elevação do intelecto” pode transformar-se em ferramenta de rebaixamento das consciências.²⁶

O expositor sublinha os termos técnicos e devolve o texto ao leitor: realização espiritual, elevação do intelecto, símbolos que essencialmente são o que simbolizam. A hermenêutica simbólica não se apresenta como recurso literário; apresenta-se como via de conhecimento e de ascese, com potência para elevar ou rebaixar almas conforme o manejo. Quando o quinto capítulo perguntar se o esoterismo do autor era acidente biográfico ou coerência de sistema, este parágrafo será exibido de novo, e o leitor já saberá lê-lo.

O aliado fenomenológico: Husserl contra o psicologismo

Nenhuma exposição honesta do sistema pode omitir a peça que mais o honra, e vou expô-la com o relevo devido, precisamente porque o meu tribunal não teme as virtudes do réu. Nas preleções sobre a introdução às Investigações Lógicas, Olavo abraça a batalha de Husserl contra o psicologismo e a trava com armas próprias. “Psicologismo é o nome que Husserl dá a todo ato pelo qual se atribui a validade dos princípios lógicos a fatores extralógicos, ou seja, a fatores reais”, define ele, e o alvo declarado é “toda atribuição do aceite da formalidade lógica a algo como a conformação social ou a conformação biológica”; e contra toda essa família de reduções ele sustenta que a validade dos princípios lógicos não pode depender de nada real, que independentemente do real eles têm de ser válidos, e que a lógica pura é ciência a priori, totalmente ideal, de relações e verdades possíveis.²⁷

Mais: ele desmonta o convencionalismo mostrando o círculo vicioso de quem toma uma evidência como ponto de partida para depois pretender fundamentá-la por um nexos social, e ergue a repetibilidade dos atos intuitivos como condição de todo conhecimento transmissível: “Se não pudermos ter duas vezes a mesma evidência, esta não poderá servir de fundamento para outra evidência. É preciso que haja repetibilidade do ato intuitivo.”²⁸ E distingue, com rigor que subscrevo: “Não confundamos a evidência assertórica da existência da vivência particular com a evidência apodítica da validez de uma lei geral.”²⁹

O leitor reformado, chegando a esta seção depois de tudo o que precede, experimentará uma perplexidade, e faço questão de nomeá-la em vez de escondê-la, porque ela é um dado do sistema e não um achado meu. O mesmo autor que rebaixou a matemática a arte do imaginário sem relação com a realidade exterior proclama aqui a validade ideal, apriorística e incondicionada das leis lógicas. O mesmo pensador que submeteu o problema da verdade ao problema da presença exige agora uma verdade que não dependa de nada real, nem mesmo do real vivido.

Dentro do olavismo, a costura entre as duas pontas se faz pela teoria dos níveis de consciência: a apreensão das idealidades lógicas seria ela própria uma forma superior de intuição, um ver eidético que a fenomenologia disciplina e que culmina, no horizonte husserliano que Olavo percorre com simpatia, na consciência transcendental. Anoto a costura sem arrancá-la ainda. Anoto igualmente que o preço dela é alto e ficará na fatura do quarto capítulo: se a validade lógica é incondicionada, ela julga a experiência e não pode ser julgada por ela; e um sistema cujo fundamento confesso é a experiência vivida terá de explicar com que direito hospeda um juiz que, por definição, não deve nada ao anfitrião. Husserl entrou no sistema como aliado contra o relativismo; veremos se não entrou como testemunha da acusação.

A religião dentro do sistema

Resta expor onde, nesse edifício, mora a religião, e a resposta exige distinguir o lugar que o sistema lhe reserva do conteúdo confessional que o autor foi adotando ao longo dos anos. O lugar

sistemático decorre de tudo o que precede: se o conhecimento fundador é presença, e se a presença admite círculos cada vez mais amplos de latência, então a religião pertence à ordem das apreensões supremas da latência total, e as tradições religiosas se deixam comparar, avaliar e hierarquizar segundo a profundidade da experiência que proporcionam e a integridade do simbolismo que conservam. A revelação, nesse quadro, entra como espécie do gênero experiência espiritual da humanidade, documentada em símbolos cuja chave a ciência das religiões e o estudo comparado das tradições ajudam a decifrar.

O leitor percebe que esse lugar sistemático é logicamente anterior a qualquer confissão particular: um sistema assim montado pode hospedar um católico, um sufi, um perenialista ou os três ao mesmo tempo, porque o critério de valor religioso, a qualidade da experiência e do símbolo, atravessa as fronteiras confessionais por construção.

Quanto ao conteúdo confessional, os registros do curso mostram um professor cada vez mais explicitamente romano, e mostro-o por amostra documentada, sem inferência. Em aula do Curso Online de Filosofia, discutindo Lutero, Olavo concede a corrupção moral do clero renascentista e sentencia contra o reformador: “É, são um bando de ladrões, mas a doutrina deles está certa e a sua está errada. Você não roubou um tostão, mas você está errado e eles estão certos.”³⁰

A frase interessa ao nosso inquérito menos pelo conteúdo eucarístico que pela estrutura do juízo: a tradição doutrinal romana comparece como padrão diante do qual a Reforma é medida e reprovada, e a

Escritura não é convocada como tribunal da disputa. O expositor anota o dado e a sua coerência com o lugar sistemático descrito acima: onde a religião é avaliada pela integridade da experiência e do símbolo, a tradição que conservou mais símbolo e mais mistério vence por construção, e a Reforma, com o seu culto despojado e a sua insistência na palavra pregada, comparece ao certame já penalizada pelo critério.

A história lida pelo sistema: O Jardim das Aflições

O sistema não ficou em epistemologia e hermenêutica; ele produziu uma leitura da civilização inteira, e O Jardim das Aflições é o seu monumento. O livro parte do jardim de Epicuro para narrar, em arco de séculos, o destino da filosofia entre a sabedoria antiga, a revelação cristã e a militância moderna, e a tese que o atravessa importa diretamente ao nosso inquérito: a filosofia verdadeira não é técnica escolar nem profissão universitária; é atividade espiritual encravada na ordem da civilização, e a sua sorte se decide junto com a sorte das instituições que encarnam o sentido do mundo, a Igreja e o Império. Olavo reconstrói com erudição real a gestação dessa dupla: sem administração estatal depois da queda de Roma, “os padres tiveram de acrescentar, ao sacerdócio, as funções de líderes políticos, tabeliães, xerifes etc.”, e desse encargo nasce a ambição de devolver o poder civil a alguém, pois “o impulso de transferir para a autoridade civil ao menos parte dessas responsabilidades foi um dos motivos que fizeram a Igreja aspirar por um retorno do Império Ocidental”.³¹

Na moldura do livro, a cristandade ocidental nasce desse enlace entre o sacerdócio e a realeza, e a modernidade é a história da sua dissolução, com a filosofia degradando-se, de ciência da sabedoria que era, em ideologia de militância, o epicurismo renascendo como materialismo revolucionário e o jardim antigo refloreando em partido.

Dentro dessa narrativa, o autor trava combates locais de grande finura, e exponho um por amostra, porque nele o sistema mostra simultaneamente a sua força polêmica e o seu pressuposto. Contra Piaget, que negava à filosofia todo estatuto de conhecimento e lhe concedia apenas a coordenação dos valores, Olavo devolve duas perguntas: “Mas como é que um princípio de coordenação poderia não ser de algum modo ‘superior’ aos elementos coordenados? E como seria possível coordenar valores de veracidade científica sem fundar-se num critério de veracidade cujos fundamentos fossem admitidos como verdadeiros e dotados, portanto, de validade cognitiva?”³² O golpe é limpo e derruba o adversário; o leitor do primeiro capítulo deste livro reconhecerá nele, com um sorriso, a estrutura da redução ao absurdo que ali chamamos apagógica.

Mas o mesmo leitor notará o que o golpe pressupõe: que existe um critério supremo de veracidade, anterior às ciências, dotado de validade cognitiva própria. Olavo o exige contra Piaget; a pergunta que este livro fará, chegada a hora, é onde o sistema da presença guarda um critério com essas credenciais, e se a experiência vivida, por mais contemplativa que seja, tem estatura para emití-lo. O polemista cobra dos outros um fundamento que o seu próprio edifício, salvo demonstração em contrário, não emite.

Registro, por fim, o que a narrativa civilizacional faz com a Reforma e com o cristianismo bíblico, porque o dado pertence à planta. No arco do Jardim, a unidade católico-imperial é o eixo de sustentação do Ocidente, e as rupturas que a fragmentaram comparecem ao relato pelo lado da perda: perda de síntese, perda de símbolo, perda de autoridade unificante. A Reforma entra nesse enredo como episódio da fragmentação, avaliada pelos efeitos civilizacionais e não pelo mérito escriturístico das suas teses; a pergunta sobre se Lutero e Calvino tinham razão diante do texto sagrado é substituída pela pergunta sobre o que a sua vitória custou à cristandade unida.

O expositor não caricatura: há páginas de admiração pontual e concessões de erudição. Mas a régua é constante, e é a régua que importa à planta: a verdade religiosa é medida pela função civilizacional e pela integridade simbólica, nunca pela conformidade à revelação proposicional. O tribunal do primeiro capítulo tem aqui, servido pelo próprio réu, o seu caso mais límpido de inversão de jurisdição.

O mapa levantado

Cumprida a regra da exposição justa, recolho a planta em dez teses, e desafio qualquer olavista de boa leitura a apontar nelas uma só deformação.

Primeira: o ponto de partida do sistema é a consciência individual situada, cuja autoconsciência guarda quase identidade com o conhecimento universal. Segunda: a filosofia é definida como a busca da unidade do conhecimento na unidade da consciência, e vice-versa, ascense de integração pessoal cuja pedra de toque crítica

é a paralaxe cognitiva, o descompasso entre o discurso do pensador e a sua experiência vivida. Terceira: todo conhecimento humano nasce na percepção e transita, pela memória e pela imaginação, até o conceito e o raciocínio, que trabalham com material derivado.

Quarta: a certeza da existência do mundo é colhida pré-discursivamente na própria percepção, segundo o modelo da tripla intuição. Quinta: sob todo dado e toda construção jaz o conhecimento por presença, contato mudo com a totalidade latente, condição de possibilidade de intuições e raciocínios, fundamento que dispensa e antecede a proposição; no cume dessa doutrina, sujeito e objeto se revelam intercambiáveis e o sistema aponta para um mundo dos princípios apenas entrevisto. Sexta: a lógica e a matemática são instrumentos e construções do imaginário, subordinados ao retorno à presença; a escada dos quatro discursos ordena os graus de credibilidade do dizer, mas repousa inteira sobre o solo perceptivo, e a saúde da civilização é medida pela integridade dessa escada.

Sétima: todo conhecimento é simbólico, o mundo é um sistema de latências significativas, a filosofia é a técnica de ampliar, pela contemplação amorosa, os círculos de presença, e a hermenêutica simbólica é via de realização espiritual, com poder de elevar ou rebaixar consciências. Oitava: a vida cognitiva e espiritual progride por graus e camadas, e há técnicas, treinamentos e ascensões que distinguem os que percebem mais dos que percebem menos. Nona: contra o psicologismo, o sistema professa a validade ideal e incondicionada das leis lógicas, hospedando assim, no andar de cima, um juiz que não deve nada ao fundamento perceptivo que sustenta o andar de baixo.

Décima: a religião habita o cume da experiência simbólica, as tradições se deixam hierarquizar pela qualidade da sua espiritualidade e pela sua função civilizacional, e a confissão madura do autor foi a romana, professada contra a Reforma em matéria de doutrina e integrada a uma leitura da história em que a unidade da Igreja com o Império é o eixo do Ocidente.

O leitor terá notado que a nona tese não convive em paz com a quinta e a sexta, e o expositor confirma: a fissura não é invenção do acusador, está no corpo do edifício, visível a olho nu para quem o percorre inteiro. Um sistema que rebaixa a matemática a arte do imaginário e proclama a validade incondicionada da lógica pura carrega dentro de si dois senhores, e a casa dividida contra si mesma é diagnóstico que não fui eu o primeiro a formular.

Os capítulos seguintes não criarão a contradição; apenas a levarão ao cartório.

Diante desse mapa, as quatro perguntas do tribunal armado no primeiro capítulo já sabem onde bater, e o leitor as recorda comigo. De onde parte o sistema? Da consciência situada, respondeu a primeira viga; a Palavra de Deus não é o axioma, e quando aparece, aparece dentro do círculo, como experiência entre experiências. O que é a verdade? Um problema submetido ao problema da presença, respondeu a pedra metafísica; a proposição é superfície, o contato é fundo. Qual o critério do erro? O sistema promete que a realidade fala a quem treina o ouvido; resta saber quem julga entre dois ouvidos treinados que ouvem coisas contrárias. Quem julga quem? A tradição e a experiência julgaram Lutero; a Escritura assistiu ao julgamento da plateia.

Estão feitas as perguntas e está levantada a planta.

Tu, leitor, que talvez tenhas percorrido essas aulas com o caderno aberto, como eu percorri, confere cada tese na fonte indicada e traz o caderno para o próximo capítulo, porque a exposição terminou, a paciência cumpriu o seu ofício, e a primeira viga, a mais funda de todas, a que sustenta o peso do edifício inteiro, vai agora ser posta à prova: veremos se a presença aguenta ser fundamento, ou se o fundamento, como tudo o mais que o homem ergue no lugar da Palavra, era areia com nome de pedra.

Notas

1. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, aulas iniciais, sobre a quase identidade entre a autoconsciência pessoal e o conhecimento universal, com referência a Sócrates, Agostinho e Descartes. ↩
2. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, aulas iniciais, sobre os dados estritamente pessoais que estão objetivamente no indivíduo e para os quais não há testemunha externa. ↩
3. Ronald Robson, *Conhecimento por Presença*, capítulo I, sobre a consciência individual como substância, a capacidade de conhecimento como propriedade e o trauma de emergência da razão. ↩
4. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, na definição da filosofia como a busca da unidade do conhecimento na unidade da consciência, e vice-versa. ↩

5. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, sobre o exercício da filosofia como poder de perseverar em si mesmo, com referência a Louis Lavelle. ↩
6. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, na definição da paralaxe cognitiva, com o exemplo de Kant e do elefante. ↩
7. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, resposta a aluno sobre a relação entre a paralaxe cognitiva e o fundamentalismo em Voegelin. ↩
8. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, sobre o itinerário do conhecimento da percepção à memória, à imaginação e ao conceito, com o exemplo do elefante. ↩
9. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, capítulo sobre o simbolismo natural, seção sobre a tripla intuição e a percepção da luz como origem da certeza do mundo exterior. ↩
10. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, parte I, seções sobre o círculo de latência e o conhecimento por presença como condição de possibilidade de intuição e raciocínio. ↩
11. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, seção sobre a contemplação amorosa, primeira abordagem. ↩
12. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, seção sobre a finalidade da filosofia. ↩
13. Ronald Robson, *Conhecimento por Presença*, capítulo III, sobre a presença como pedra metafísica do conhecimento. ↩
14. Ronald Robson, *Conhecimento por Presença*, apêndice sobre os elementos da filosofia de Olavo de Carvalho, sobre o treinamento da consciência e a submissão do problema da verdade ao problema da presença. ↩

15. Ronald Robson, *Conhecimento por Presença*, apêndice com o guia de leitura, sobre as formulações embrionárias do conhecimento por presença e a doutrina do mundo dos princípios. ↩
16. Ronald Robson, *Conhecimento por Presença*, capítulo IV, sobre o mundo dos princípios, a presença ativa das coisas e o intercâmbio das posições de sujeito e objeto. ↩
17. Olavo de Carvalho, *A Filosofia e Seu Inverso*, sobre a explicação da síntese escolástica pela experiência vivida da cultura da época, com a tese de Panofsky sobre a arquitetura gótica. ↩
18. Olavo de Carvalho, *Aristóteles em Nova Perspectiva*, capítulo sobre a tipologia universal dos discursos, na escala do possível, do verossímil, do provável e do apodítico. ↩
19. Olavo de Carvalho, *Aristóteles em Nova Perspectiva*, na caracterização do discurso dialético como peirástica. ↩
20. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, volume de aulas 11 a 20, sobre a matemática como atividade construtiva do imaginário sem relação com a realidade exterior. ↩
21. Olavo de Carvalho, *Aristóteles em Nova Perspectiva*, sobre a separação entre a cultura poética e a cultura analítica no Ocidente e a teoria dos dois hemisférios cerebrais. ↩
22. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, estrutura da obra: capítulo IV da parte II, sobre o simbolismo astrológico, e parte III, sobre o esoterismo na história e hoje em dia. ↩
23. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, resposta a aluno sobre a teoria das doze camadas da personalidade como patamares de unificação. ↩

24. Olavo de Carvalho, *A Dialética Simbólica*, texto introdutório, sobre a dialética entre o eu e o mundo na conquista da unidade. ↩
 25. Olavo de Carvalho, *A Dialética Simbólica*, texto introdutório, sobre a redução da razão à técnica silogística e da experiência ao recorte convencional do método científico. ↩
 26. Olavo de Carvalho, *A Dialética Simbólica*, estudo sobre O Silêncio dos Inocentes, sobre o símbolo como sendo essencialmente aquilo que simboliza e como instrumento de elevação do intelecto. ↩
 27. Olavo de Carvalho, *Edmund Husserl contra o Psicologismo*, na definição de psicologismo e na tese da validade ideal e incondicionada dos princípios lógicos. ↩
 28. Olavo de Carvalho, *Edmund Husserl contra o Psicologismo*, sobre o círculo vicioso do convencionalismo e a repetibilidade dos atos intuitivos. ↩
 29. Olavo de Carvalho, *Edmund Husserl contra o Psicologismo*, sobre a distinção entre evidência assertórica e evidência apodítica. ↩
 30. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, aula sobre Lutero e a doutrina da presença real, no volume de aulas iniciais. ↩
 31. Olavo de Carvalho, *O Jardim das Aflições*, sobre a translatio imperii e a inauguração da autêntica Europa. ↩
 32. Olavo de Carvalho, *O Jardim das Aflições*, na crítica à concepção de Piaget da filosofia como coordenação de valores. ↩
-

CAPÍTULO 3: PRESENÇA NÃO É PROPOSIÇÃO

O peso que o fundamento deve carregar

Chegou a hora de cobrar.

Os dois capítulos anteriores armaram o tribunal e levantaram a planta; este põe a primeira viga sob carga, e a primeira viga, como vimos, é também a que sustenta todas as outras: a tese de que o conhecimento por presença, contato mudo com a totalidade latente do real, é a condição de possibilidade e o fundamento de todo conhecimento humano. Antes de testá-la, porém, cumpre fixar com exatidão o que se exige de um candidato a esse posto, porque metade das disputas filosóficas apodrece por falta desse acerto prévio, cada lado exigindo do fundamento uma coisa diferente e declarando vitória por critérios que o adversário nunca aceitou.

Um fundamento do conhecimento, para merecer o nome, deve entregar quatro coisas. Deve entregar conteúdo: dele têm de poder derivar-se verdades determinadas, pois um fundamento do qual nada se segue não fundamenta nada. Deve entregar critério: ele tem de permitir distinguir, em casos concretos de disputa, o verdadeiro do falso, pois conhecimento que não se distingue do erro não é conhecimento, é palpite com boa reputação. Deve entregar

transmissibilidade: o que ele funda tem de poder ser comunicado, ensinado, conferido e corrigido por outros, pois um saber incomunicável é indiscernível, para todos os efeitos públicos, de uma ilusão bem instalada. E deve sobreviver a si mesmo: a doutrina que o proclama fundamento tem de poder ser conhecida pelos meios que ela mesma autoriza, sob pena de suicídio na primeira frase.

Essas quatro exigências não são invenção reformada para uso contra adversários; são o mínimo que qualquer epistemologia cobra das rivais, e o próprio Olavo as cobrou a vida inteira, com a paralaxe cognitiva na mão, de Kant, de Descartes, de Marx e de meio mundo.

Vou apenas cobrar do cobrador.

E anuncio desde já o resultado, porque o leitor deste livro não é tratado como plateia de suspense: a presença falha nas quatro. Não entrega conteúdo, porque de um contato não proposicional nenhuma proposição se segue. Não entrega critério, porque a vivacidade de uma presença não certifica a sua veracidade, e entre dois videntes que discordam a doutrina só sabe apelar para a hierarquia dos olhos. Não entrega transmissibilidade, porque o que se comunica são sempre proposições, e a doutrina declara o fundamento anterior e superior a todas elas. E não sobrevive a si mesma, porque a tese de que todo conhecimento se funda na presença é uma proposição universal, que nenhuma presença pode certificar. O restante do capítulo demonstra cada cláusula por vez, com as fontes na mesa, e responde, ao final, a formulação mais forte do sistema, a de Ronald Robson, para que a demolição não deixe parede em pé atrás da qual alguém se abrigue.

Conhecer e estar diante: a anfibologia que sustenta tudo

Toda a força persuasiva da doutrina repousa numa palavra de dois gumes, e o primeiro golpe do martelo cai sobre ela. Em português, como nas línguas que nos formaram, o verbo conhecer cobre dois atos que a filosofia séria sempre precisou separar. Há o conhecer de familiaridade, o estar acostumado, o já ter estado diante: conheço o meu bairro, conheço o rosto do meu pai, conheço o cheiro da chuva no quintal. E há o conhecer de verdade sabida: sei que dois e dois são quatro, sei que Cristo ressuscitou dos mortos, sei que a soma dos ângulos internos do triângulo equivale a dois retos. O primeiro é um estado da alma diante das coisas; o segundo é a posse de proposições verdadeiras. A distinção é elementar, mas o seu descuido é fatal, porque os dois sentidos não se convertem um no outro. Posso ter familiaridade imensa com aquilo sobre o que sei pouquíssimo, como o camponês com o céu estrelado, e posso saber muito daquilo com que jamais tive contato, como o astrônomo cego com o mesmo céu. A familiaridade se mede em intimidade; o saber se mede em verdade.

E verdade, aqui está o ponto sobre o qual este capítulo inteiro se apoia, é propriedade exclusiva de proposições.

Uma pedra não é verdadeira nem falsa; ela existe. Uma dor não é verdadeira nem falsa; ela dói. Um pôr do sol não é verdadeiro nem falso; ele ocorre. Verdadeiro ou falso é o que se afirma: que a pedra é granito, que a dor vem do dente, que o sol se pôs às seis. Onde não há afirmação, não há o que ser verdadeiro, e onde nada pode ser verdadeiro, não há conhecimento no sentido que importa.

Gordon Clark fixou a tese com a secura que o assunto pede: “Proposições, e não conceitos, são os objetos do conhecimento, porque somente proposições podem ser verdadeiras.”¹

Armado dessa distinção, o leitor relê a doutrina da presença e a vê inteira de uma vez. O conhecimento por presença é, confessadamente, anterior a toda proposição: contato, participação, estar imerso na latência do real. Muito bem: então ele é, na melhor das hipóteses, familiaridade, o primeiro sentido do verbo, o estar diante. Chamá-lo de conhecimento, e mais, de fundamento de todo conhecimento, é fazer a anfibologia trabalhar de graça: toma-se do primeiro sentido a evidência psicológica, pois ninguém nega que estamos imersos no real e familiarizados com ele, e transfere-se essa evidência, por debaixo da palavra, para o segundo sentido, como se a imersão certificasse verdades.

O passe de mágica é esse, e desfeito o passe, desfaz-se o espetáculo.

E não se diga que faço injustiça à sutileza do conceito, porque o próprio Olavo indicou a sua linhagem com honestidade que lhe agradeço: escreve ele no Saber e o Enigma que “o modo como chegamos a percebê-lo, que designei conhecimento por presença, já havia sido vislumbrado, aliás, por um filósofo iraniano do século XII, Suhrawardi”.² O leitor guarde o nome e a procedência, iluminacionismo persa, porque o quinto capítulo cobrará essa fatura com juro históricos; por ora basta registrar que a doutrina não nasceu num laboratório de lógica, nasceu numa escola para a qual o conhecimento supremo era luz recebida, visão, iluminação do ser, exatamente o gênero de saber que dispensa proposição porque se

pretende acima dela. A anfibia não é acidente de redação; é o método da família inteira.

Do contato mudo nada se segue

Provemos agora a primeira falha, a do conteúdo. Um fundamento do conhecimento deve fundar conhecimentos, isto é, deles devem poder derivar-se verdades. Ora, derivar é inferir, e a inferência é uma operação entre proposições: de premissas se tiram conclusões, e premissas são frases que afirmam. De um estado, por mais rico que seja, nada se infere, porque estado não afirma coisa alguma. Da minha imersão na latência do mundo não se segue que a água ferve a cem graus, nem que Deus é trino, nem que dois e dois são quatro, nem sequer que o mundo existe, porque seguir-se é relação lógica e relações lógicas pedem termos proposicionais nas duas pontas. Para extrair da presença qualquer verdade, é preciso primeiro traduzi-la em afirmações, e no instante da tradução quem trabalha já não é a presença, é o aparato inteiro do juízo: conceitos, predicções, o verbo ser, a lei de não contradição. Todo o conteúdo cognitivo do sistema olavista, do primeiro teorema ao último, entra por essa porta discursiva, e a presença fica na sala de trás, muda como sempre esteve, recebendo os créditos de um trabalho que não fez.

A escola responde com a sua metáfora predileta, e devo tratá-la com o respeito que se deve a um adversário eficaz, porque ela seduziu gente boa: assim como toda a mineralogia já está nos minerais, ensina a formulação de Robson, o problema da verdade está submetido ao problema da presença substantiva do real, e cumpre

treinar a consciência para que, em vez de falar à realidade, deixe que ela lhe fale.³

Pois examinemos a mineralogia. A mineralogia é uma ciência: um corpo ordenado de proposições sobre composição, dureza, clivagem e gênese das pedras. Nos minerais não há uma só dessas proposições; há minerais. O que há na pedra é o que a pedra é; o que há na ciência é o que se afirma da pedra, e entre o ser e o afirmar medeia exatamente aquilo que a metáfora finge dispensar: mentes que conceituam, comparam, medem, nomeiam e julgam. Dizer que a mineralogia já está nos minerais é tão exato quanto dizer que a Nona Sinfonia já está no ar por conter o ar todas as frequências: confunde-se a condição material com o conteúdo formado.

E a outra metade da fórmula, a realidade que fala a quem treina o ouvido, comete a mesma fraude em registro mais alto, porque falar é ato de pessoa. Pedras não falam; pessoas falam. Se o universo declara alguma coisa, e o salmo dezenove afirma que “os céus declaram a glória de Deus e o firmamento anuncia a obra das suas mãos” (Salmos 19:1), é porque atrás dele há um Autor pessoal que o ordenou como discurso; a criação comunica na exata medida em que é palavra criada de um Deus que fala, e o que ela comunica, “tanto o seu eterno poder, como a sua divindade”, os homens detêm em injustiça (Romanos 1:18 a 20).

A doutrina da presença vive, aqui como em tudo, de capital furtado: seculariza a revelação geral, apaga o Falante e atribui a fala ao ser, para em seguida oferecer o murmúrio anônimo do ser como

fundamento do saber. Devolvido o capital ao dono, a metáfora fica sem caixa.

Há ainda um argumento interno, e o registro em separado porque ele dispensa qualquer premissa reformada, operando apenas com as peças do próprio sistema. A teoria dos quatro discursos, joia da escola, ensina que o dizer humano se escalona do possível ao apodítico: “a Poética estuda os meios pelos quais o discurso poético abre à imaginação o reino do possível; a Retórica, os meios pelos quais o discurso retórico induz a vontade do ouvinte a admitir uma crença; a Dialética, aqueles pelos quais o discurso dialético averigua a razoabilidade das crenças admitidas, e, finalmente, a Lógica ou Analítica estuda os meios da demonstração apodítica, ou certeza científica”.⁴

Pois bem: em qual degrau dessa escada entra o conteúdo vindo da presença? Ele não entra como demonstração, pois a presença não demonstra; não entra como dialética, pois não argumenta; entra, se entra, como aquilo que a consciência capta antes de toda prova, ou seja, pelo degrau mais baixo da própria escala do sistema, o do possível apreendido pela imaginação. E a escada não tem elevador: para subir do possível ao certo é preciso atravessar a prova, e a prova pede premissas, e premissas são proposições cuja verdade a presença, já o vimos, não certifica.

O sistema fica então nesta posição curiosa: a sua taxonomia oficial do discurso condena o seu fundamento oficial do conhecimento ao porão da credibilidade, e o mestre que media os outros pela escada guardava o próprio tesouro no degrau que a escada menos honra.

Não fui eu quem construiu a escada; apenas pedi que o dono subisse por ela.

Origem e fundamento: o sistema condenado pela própria distinção

A defesa mais sofisticada da doutrina abandona o terreno do conteúdo e se entrincheira na expressão que o leitor viu no capítulo anterior: a presença seria condição de possibilidade de toda intuição e de todo raciocínio, e portanto, mesmo sem gerar proposições, fundaria o conhecimento como o solo funda a casa. A trincheira parece funda e cai com um só golpe, desferido, e esta é a beleza forense do caso, pela mão do próprio réu. Nas suas preleções sobre Husserl, Olavo dedica uma seção inteira ao que chama de “um erro psicologista: a confusão entre ‘origem’ e ‘fundamento’”, e a formula assim: “Na experiência imediata podemos ter intuição do princípio de identidade, mas isso não quer dizer que ele tenha nessa experiência imediata o seu fundamento. A experiência imediata pode ser a ocasião na qual você toma consciência do princípio, e só; a ocasião de um conhecimento, isto é, sua origem temporal, não é o mesmo que o seu fundamento.”⁵

A distinção é correta e é devastadora, e eu a subscrevo com as duas mãos antes de apontá-la para o dono. Que a vida cognitiva do homem ocorra imersa num meio, que a percepção anteceda cronologicamente o juízo, que haja um fundo de familiaridade sobre o qual a atenção recorta seus objetos, tudo isso descreve a origem e o cenário psicológico do conhecer, e nada disso o justifica. O solo

sustenta a casa fisicamente; não demonstra a planta. A infância precede a aritmética; não a fundamenta.

A presença, concedida em tudo o que ela tem de descrição psicológica plausível, pertence inteira à ordem da origem, e a doutrina que a promove a fundamento comete, letra por letra, o erro que o seu autor verberou em Wundt e nos convencionalistas: psicologismo, agora instalado não numa tese lateral, mas no alicerce confesso do sistema. O edifício que hospedou Husserl no andar de cima para combater o relativismo esqueceu de avisar ao hóspede o que havia no porão.

E a trincheira desaba pelo outro lado ao mesmo tempo, porque a fórmula que a constitui não sobrevive ao próprio enunciado. A presença é condição de possibilidade de todo conhecimento: eis uma proposição, e das grandes, universal, necessária, de alcance total sobre o gênero conhecimento.

Pergunto pelo seu título: como se sabe isso? Pela presença? Impossível, pois presenças são contatos particulares de consciências situadas, e desta vez o que se afirma é uma lei sobre todos os conhecimentos de todos os cognoscentes, coisa que nenhum contato particular alcança; o próprio sistema, aliás, confessou nas preleções husserianas: "Não confundamos a evidência assertórica da existência da vivência particular com a evidência apodítica da validade de uma lei geral."⁶ Pela dedução, então? Mas dedução a partir de quê, se acima da presença o sistema não reconhece fundamento?

A doutrina fica presa no dilema: ou o seu enunciado central é conhecido por meios que ela declara derivados e secundários, e

então o derivado julga o fundamento e a hierarquia inteira capota; ou não é conhecido de modo algum, e então o sistema se apresenta ao público pedindo fé na proposição que proíbe fundar conhecimento em proposições. Chamemos a coisa pelo nome do primeiro capítulo: é a serra cortando o próprio galho, o irracionalismo de sempre, agora de terno aristotélico. Quem afirma um fundamento supraproposicional afirma, e ao afirmar já se mudou para o território que dizia dispensar, com a agravante de haver queimado, na mudança, os títulos de propriedade.

O critério ausente: quando dois videntes discordam

Passemos à segunda falha, a do critério, que é onde a doutrina deixa de ser apenas falsa e começa a ser perigosa. Toda epistemologia digna do nome precisa de uma teoria do erro: precisa explicar como o erro é possível, como se o detecta e como se o corrige, porque um saber que não sabe errar também não sabe acertar, acerta como o relógio parado, por coincidência entre o estado e o fato.

Ora, a presença, por construção, não tem como formular sequer o conceito de erro. Um contato é um contato; uma vivência vivida é exatamente a vivência que é; no plano do puro estar diante, nada pode estar errado, porque nada está sendo afirmado. O erro só nasce onde nasce a afirmação: erra quem diz que é o que não é. Segue-se que a doutrina, no seu próprio fundamento, é cega para a diferença entre a presença do real e a presença do imaginado, entre a visão e o sonho, entre a intuição e o engano, cegueira que os

céticos antigos já exploravam e que Clark reapresentou contra todo empirismo: “sonhos e ilusões, enquanto duram, são tão vividos e tão reais para nós quanto imagens sensoriais. Se nos beliscarmos para nos certificarmos de que estamos acordados, somos lembrados de que podemos estar sonhando que estamos nos beliscando.” O critério interno da experiência, a sua força, a sua nitidez, o seu sabor de evidência, é reproduzido à perfeição pela experiência ilusória.⁷

O falsário competente imita justamente as marcas da autenticidade; já o dissemos diante de Calvino no primeiro capítulo, e a doutrina do discernimento dos espíritos, que ali plantamos, floresce aqui: se “o próprio Satanás se transfigura em anjo de luz” (2 Coríntios 11:14), a luminosidade da presença é o último atributo que pode servir de critério, e quem a promove a critério entregou a alma ao primeiro imitador de talento.

A escola tem uma resposta, e a resposta é a confissão que faltava. Diante de duas consciências que discordam, a do mestre que percebe e a do aluno que ainda não, a doutrina apela para os graus: há quem veja mais e quem veja menos, há camadas de percepção, níveis de consciência, patamares de realização, e a divergência se resolve verticalmente, pela autoridade de quem está mais alto na escada do olhar. O leitor reconhece a arquitetura, porque o capítulo anterior a mapeou nas doze camadas e na finalidade da filosofia como ampliação dos círculos de presença.

Pois meça agora o que ela custa. Num regime proposicional, a divergência se resolve horizontalmente: as partes exibem premissas, conferem deduções, voltam ao texto, e o lavrador com a Bíblia

corrige o doutor, como os bereanos, que iam “examinando cada dia nas Escrituras se estas coisas eram assim” (Atos 17:11), corrigiriam o próprio apóstolo. Num regime de presença, a divergência não tem mesa onde ser posta: o que o mestre viu, ele viu; o que o aluno não vê, é defeito do seu grau; e a única saída oferecida ao divergente é o treinamento, isto é, a submissão prolongada da sua consciência à direção de quem já vê, até que passe a ver o mesmo.

Isso tem nome na história das religiões, e o nome é iniciação. O critério ausente não fica vazio; é preenchido pela autoridade do vidente, e a epistemologia da presença revela a sua verdade sociológica: ela é a constituição de uma aristocracia do olho, na qual discordar do mestre jamais é objeção, é sempre sintoma. O quinto e o sexto capítulos mostrarão essa constituição em funcionamento; aqui bastava demonstrar que ela não é abuso da doutrina, é a doutrina, funcionando sem critério porque nasceu sem ele.

Nem se diga que o critério existe e se chama unidade, pois a definição oficial da escola, “a busca da unidade do conhecimento na unidade da consciência, e vice-versa”, ofereceria ao menos uma pedra de toque: seria mais verdadeiro o que mais unifica o saber e o sujeito.⁸

Tomo a sugestão a sério e a devolvo medida. A integração de uma consciência atesta a organização de uma consciência; da verdade do que a organiza, não atesta nada. O paranoico consumado é um prodígio de unificação: cada fato do mundo encontra lugar no seu sistema, cada objeção o confirma, cada acaso conspira, e a sua vida inteira gira, coesa como um cristal, em torno do delírio central. O ideólogo maduro goza da mesma saúde arquitetônica, e o próprio

Olavo passou a vida descrevendo, com talento, essas fortalezas interiores do erro. Se a unidade fosse critério, o delírio bem administrado seria conhecimento de primeira classe.

E o custo pedagógico da sugestão é ainda pior que o custo lógico: onde a verdade se mede pela integração do sujeito, a dúvida vira doença, a objeção vira desintegração, e a fidelidade ao sistema vira virtude epistêmica, pois duvidar é fragmentar-se e aderir é curar-se. Uma escola montada sobre esse critério não forma examinadores; forma convictos, e mede o progresso do aluno pela docilidade crescente do seu mundo interior.

A Escritura conhece a unificação da vida em torno de um centro e a exige; mas o centro que ela oferece é externo, público e proposicional, o Deus que falou, e por isso a unidade cristã suporta o exame, convive com a objeção, e a ordem que dá é curta: "Examinai tudo. Retende o bem." (1 Tessalonicenses 5:21). Unidade em torno da Palavra é santidade; unidade em torno da própria consciência é apenas a forma mais bem decorada da solidão.

Sem critério diante dos espíritos

Antes de sair desta seção, o pastor toma a palavra ao filósofo, porque a falha do critério tem um andar espiritual, e nele deixa de ser tese e passa a ser perigo de morte. O sistema que examinamos não se limita a percepções de pedras e elefantes; ele afirma, ensina e treina percepções de realidades espirituais. O capítulo anterior o documentou sem esforço: um livro de introdução à filosofia que sobe do simbolismo natural ao simbolismo astrológico e ao esoterismo comparado, uma psicologia de camadas e patamares de

realização, uma hermenêutica em que o símbolo eleva o intelecto no plano da realização espiritual, uma órbita pedagógica em que se estudava astrologia com naturalidade curricular.

Pois aplique-se a tudo isso o resultado deste capítulo. Se, no plano das maçãs e dos granitos, a presença já não distingue percepção de ilusão, que dirá no plano dos espíritos, onde o objeto percebido é invisível, o desejo do percebedor é ardente e, segundo o testemunho unânime da Escritura, opera na região um inimigo pessoal, inteligente e especializado, há milênios, exatamente em fabricar presenças? A Bíblia não trata a experiência espiritual como região segura; trata-a como zona de guerra epistemológica, e por isso a sua ordem permanente, “Amados, não creiais a todo o espírito, mas provai se os espíritos são de Deus” (1 João 4:1), institui um teste, e o teste é doutrinário, verbal, proposicional: a confissão do Cristo das Escrituras segundo as Escrituras.

Ora, eis o xeque em dois lances. O sistema da presença não pode executar esse teste, porque executá-lo é subordinar a experiência vivida a proposições reveladas, precisamente a hierarquia que o seu fundamento proíbe; para o sistema, a proposição é superfície e o contato é fundo, e submeter o fundo à superfície seria demolir a casa. Logo, o sistema está, por arquitetura e não por acidente, desarmado diante do engano espiritual: a sua única defesa contra uma presença mentirosa seria uma presença mais graduada, isto é, mais confiança depositada no mesmo órgão que está sob suspeita, o beliscão do sonhador para provar que não sonha. Um homem assim equipado pode ser cultíssimo, perspicaz, sinceríssimo; diante de um anjo de luz, está nu.

E quando esse homem, além de percorrer ele próprio essas regiões, senta-se na cátedra e treina milhares de consciências jovens na mesma confiança desarmada, o problema muda de gênero: já não é erro de um filósofo, é rota de um rebanho. Anoto a gravidade e contengo o processo, que tem capítulo próprio; mas o leitor cristão já entendeu por que este livro existe, e por que o seu autor, que caminhou por essa rota com o caderno cheio, escreve com a pressa serena de quem conhece o mapa e sabe onde ele termina.

O saber que não se ensina: a paralaxe do próprio mestre

A terceira falha, a da transmissibilidade, começa como corolário e termina como retrato. Começamos pelo corolário. Ensinar é comunicar conhecimento, e comunicar é operação verbal: o mestre fala, escreve, formula, e o aluno recebe frases, que entende, confere e incorpora. Ora, se o conhecimento fundador é presença, contato mudo anterior a toda formulação, então o fundamental é, por definição, incomunicável: o que se transmite são sempre as proposições de superfície, nunca o contato de fundo, e o aluno que recebeu todas as frases do mestre ainda não recebeu, segundo a doutrina, o que importa.

O próprio sistema tira essa consequência sem constrangimento, e o capítulo anterior a documentou: a maioria das pessoas vive as latências sem saber exprimi-las, e cabe ao filósofo dominar a técnica de acesso; o ensino verdadeiro, portanto, já não é a entrega de um conteúdo conferível, é a condução de uma consciência a estados que ela ainda não alcançou, o treinamento do olho, a ascese dirigida.

Registre o leitor a mutação: numa escola proposicional, o professor é substituível pelo livro, e o aluno o supera conferindo as fontes; numa escola da presença, o professor é insubstituível por princípio, porque ele não entrega frases, entrega a si mesmo como padrão vivo de percepção, e superá-lo é sem sentido, pois a régua do progresso é a aproximação do seu modo de ver. A intransmissibilidade do fundamento converte o magistério em direção espiritual, e a direção espiritual sem critério externo converte o diretor em oráculo. Eis, deduzida e não caricaturada, a raiz epistemológica daquilo que o mundo inteiro observou na escola olavista e atribuiu, com preguiça, ao temperamento do fundador: a impossibilidade estrutural de discordar dele por escrito e sobreviver metodologicamente dentro do sistema. O temperamento era real; a estrutura o precedia.

Agora o retrato, e peço ao leitor que acompanhe o lance com atenção, porque nele a arma predileta do sistema é apontada, com toda a justiça processual, para o dono. A paralaxe cognitiva, vimos, denuncia o descompasso entre o eixo do discurso de um pensador e o eixo da sua experiência real, e a formulação em aula é esta: “Se eu não posso ver um elefante em si, como eu posso conhecer o pensamento de Kant em si que é muito mais evanescente? Então o próprio fato de Kant escrever o livro já contradiz a importância do problema que ele está colocando.”⁹

Aplicemos o instrumento. Olavo de Carvalho ensinou que o conhecimento decisivo é supradiscursivo, contato de presença que nenhuma proposição alcança, e que toda a técnica lógico-analítica é apenas meio de retorno ao que sempre esteve aí. E o que fez Olavo de Carvalho da sua vida? Discurso. Produziu discurso em escala

industrial: livros e mais livros, milhares de artigos, um curso de filosofia com mais de quatrocentas aulas faladas, horas semanais de exposição verbal ao longo de décadas, tudo palavra, tudo formulação, tudo proposição empilhada sobre proposição. O eixo do seu discurso dizia: o essencial não se diz. O eixo da sua prática respondia: dizendo, dizendo, dizendo, quarenta anos sem parar de dizer.

Se o essencial fosse mesmo a presença, a pedagogia coerente seria a do mestre zen, o silêncio, o gesto, o jardim; a pedagogia real foi a mais logocêntrica que o Brasil já viu, um homem convertendo em frases até o argumento de que as frases não bastam.

Não escolho entre as pontas do dilema; apenas o entrego armado. Ou a prática refuta a doutrina, e então o maior monumento contra o conhecimento por presença é a obra completa de Olavo de Carvalho, prova viva de que tudo o que ele julgou digno de dar aos alunos coube em proposições; ou a doutrina governa a prática, e então as quatrocentas aulas nunca foram o ensino, foram o vestíbulo do ensino, o discurso exotérico que prepara para aquilo que só o contato dirigido transmite, e nesse caso a escola confessa a sua estrutura iniciática pela boca do próprio método.

Paralaxe ou esoterismo: o sistema escolha a acusação, que o capítulo quinto recebe qualquer das duas.

E antes que algum discípulo objete que o mestre resolveria o dilema apelando à função meramente indicativa do discurso, o dedo que aponta a lua, lembro o que o próprio Olavo endossou nas preleções husserlianas: "Se não pudermos ter duas vezes a mesma evidência,

esta não poderá servir de fundamento para outra evidência. É preciso que haja repetibilidade do ato intuitivo.”¹⁰

Exato.

E o que garante a repetibilidade é justamente a formulação: a proposição é o mapa público que permite a duas mentes percorrerem o mesmo caminho e conferirem que chegaram ao mesmo lugar. O dedo que aponta a lua só funciona porque apontar já é predicar, já é dizer olha ali e não acolá; retire-se a estrutura proposicional do gesto e resta um braço no ar. O sistema, mais uma vez, só funciona enquanto desmente o próprio fundamento, e a sua melhor defesa é sempre uma confissão com outro nome.

A versão mais forte: resposta a Ronald Robson

Prometido no prólogo, cumpre-se agora: a doutrina será enfrentada na sua formulação mais alta, a sistematização de Conhecimento por Presença, e enfrentada com a gratidão que se deve a um adversário que organizou o campo. Robson eleva a presença a pedra metafísica sobre a qual erigimos o que vivenciamos como realidade e escolarmente chamamos conhecimento.¹¹ Leva a tese à ontologia: a coisa existente, mesmo sem consciência, inflige conhecimento à fenomenalidade tão só por sua presença, toda presença é ativa, é em alguma medida presença de sujeito, e as posições de sujeito e objeto são intercambiáveis.¹² E emoldura tudo na biografia: a filosofia nasce do trauma de emergência da razão, o descompasso entre o acúmulo de experiências do indivíduo e sua capacidade de dar conta delas.¹³

Três teses, três respostas.

Primeira: a inflação panpsiquista do verbo conhecer não fortalece a doutrina, esvazia-a. Se a pedra conhece por estar presente, então conhecer significa existir e agir sobre outrem, e a tese fundamental do sistema, o conhecimento se funda na presença, traduz-se: a existência se funda na existência. Verdadeiro, decerto, como são verdadeiras todas as tautologias, e igualmente estéril. O preço de estender um conceito a tudo é que ele deixa de distinguir qualquer coisa; um conhecer que a pedra pratica não é o conhecer cuja fundamentação a epistemologia procurava, e a doutrina, no momento em que parece ganhar o universo, perde o assunto.

Segunda: os graus de conhecimento sem proposição são graus de ser com etiqueta trocada. Que os entes se hierarquizem em intensidade de ação e receptividade, concedo de bom grado, pois a Escritura mesma ordena a criação em céus, terra, plantas, animais e homens; mas rebatizar essa escala ontológica de escala cognitiva não acrescenta um conhecimento sequer ao inventário do mundo, apenas empresta ao sistema uma profundidade verbal comprada com o sentido das palavras. E a interchangeabilidade de sujeito e objeto, celebrada como superação da epistemologia moderna, prova demais: se toda presença é presença de sujeito, então a distinção entre conhecer e ser conhecido desaparece, e com ela desaparece a possibilidade mesma de perguntar se um suposto conhecimento é verdadeiro, pergunta que exige um sujeito que afirma algo de um objeto que não se confunde com a afirmação. A doutrina não resolve o problema crítico; dissolve o vocabulário em que ele se formula, e chama a dissolução de resposta.

Terceira: o trauma de emergência da razão é psicologia respeitável e epistemologia nenhuma. Que a filosofia de um homem nasça das suas feridas, urgências e biografias, ninguém que tenha lido Agostinho o negará; mas a gênese biográfica de um pensamento pertence, uma vez mais, à origem, e o próprio sistema nos ensinou que origem não é fundamento. Fundar a filosofia no trauma do filósofo é confessar que o critério último do pensar é terapêutico: a doutrina será boa quando unificar a vida de quem a pensa. O estoico unificado, o sufi realizado e o marxista militante agradecem, cada qual com a sua paralaxe zerada e o seu sistema falso.

Resta o argumento de fecho, e ele me foi entregue pelo próprio sistematizador, num daqueles lances de honestidade que fazem de Robson o adversário que pedi no prólogo. No seu guia de leitura, ele confessa, com pena, que a doutrina do mundo dos princípios, fecho de toda a exposição do conhecimento por presença, ficou apenas indicada em capítulos esparsos da obra do mestre.¹⁴

Medito o leitor no que isso significa: o sistema que promete fundar todo o conhecimento humano tem, por confissão do seu melhor expositor, o próprio fundamento do fundamento em estado de promissória, entrevisto, apontado, jamais exposto. Não julgo o inacabamento, que é destino comum das obras humanas; julgo a pretensão que ele desmoraliza. Uma escola que trata a revelação proposicional de Deus como andar térreo a ser transcendido, enquanto o seu próprio último andar existe apenas em planta verbal, deveria ao menos moderar o tom com que olha para baixo. O cristão que examina os fundamentos com a coragem que essa mesma escola lhe ensinou constata: o edifício da presença deve a fundação,

e o credor, como sempre, é o Logos de quem se tomou emprestada até a palavra.

Quando a presença abre a Bíblia

Resta medir a quarta falha no seu terreno mais grave, o único em que este livro, sendo de um pastor, não admite empate técnico: o que acontece quando a doutrina da presença abre a Escritura Sagrada. A resposta decorre do sistema com necessidade de teorema, e o leitor a deduzirá comigo antes de vê-la confirmada nos textos. Se todo conhecimento é simbólico, a Bíblia é um corpus de símbolos. Se o discurso se escalona do poético ao analítico e a linguagem religiosa trabalha com narrativa, imagem e parábola, a Escritura entra na escala pelos degraus da imaginação e da persuasão, documento venerável do discurso possível e verossímil, aguardando que a inteligência treinada extraia dos seus símbolos os significados que a letra não entrega. E se o critério último é a qualidade da experiência espiritual que um texto proporciona e conserva, então a Bíblia vale como suporte de realização interior, e vale mais ou menos conforme a tradição que a lê tenha conservado mais ou menos a ciência dos símbolos. Em nenhum ponto desse circuito a Escritura comparece como aquilo que ela reivindica ser: palavra proposicional do Deus vivo, axioma que julga e não é julgado. Ela comparece como matéria-prima simbólica, e o juiz é a consciência que a decifra.

O leitor não precisa aceitar a minha dedução no fiado; o capítulo anterior exibiu as confirmações documentais, e basta relê-las com a pergunta certa. Quando o sistema quis julgar a disputa eucarística

entre Roma e Lutero, a sentença veio assim: “É, são um bando de ladrões, mas a doutrina deles está certa e a sua está errada.” O tribunal convocado foi a tradição doutrinal e a sua integridade simbólica, e o texto sagrado não foi chamado a depor.¹⁵ Quando o sistema quis explicar a própria síntese doutrinal da cristandade, a suma escolástica, explicou-a de baixo para cima: “temos de nos voltar para a experiência vivida, para o impacto que os filósofos escolásticos receberam da cultura da época”, com a catedral gótica de padrinho.¹⁶ E quando o sistema formulou a sua doutrina do símbolo, ensinou que “um símbolo é essencialmente aquilo que simboliza”, e que no plano da realização espiritual ele funciona como “um instrumento de elevação do intelecto”.¹⁷

Junte o leitor as três peças e contemple a hermenêutica resultante: um texto que é símbolo, lido por uma consciência que se eleva, sob a guarda de uma tradição que conserva as chaves.

Falta uma pessoa nesse quadro, e a pessoa que falta é o Autor falando.

Meça-se agora essa hermenêutica contra a que a própria Escritura institui, e que o primeiro capítulo expôs sob o nome de autopistia. Na economia bíblica, o texto não espera decifradores; confronta ouvintes. Ele se dirige, ordena, promete e ameaça na segunda pessoa; interpreta-se a si mesmo, o obscuro pelo claro; e reserva o seu selo não aos peritos em símbolo, mas ao “pobre e abatido de espírito, e que treme da minha palavra” (Isaías 66:2).

O contraste operacional aparece num teste simples, que ofereço ao leitor como instrumento permanente: pergunte-se, diante de

qualquer escola, o que nela pode corrigir o intérprete. Na economia reformada, o texto corrige o intérprete, e a história da igreja é o cemitério das interpretações que o texto matou; na hermenêutica da presença, o intérprete amadurece, sobe de camada, refina o olho, mas corrigido, no sentido forte de convencido de erro por uma instância que não seja outra consciência mais graduada, ele não pode ser jamais, porque a instância suprema é o grau de percepção, e percepção não se exhibe, alega-se.

Uma escola em que o texto julga o leitor produz reforma; uma escola em que o leitor graduado julga o texto produz gnose, e produz, com o tempo, a figura inevitável do leitor supremo, aquele cuja decifração já não presta contas, pois quem lhe cobrasse contas confessaria, pela própria cobrança, estar numa camada inferior. A Escritura conhece essa figura e lhe dedicou um nome e um destino, e não me apresso: o quinto capítulo abre o processo. Aqui me bastava demonstrar que o banco do réu não ficará vazio por falta de nexos, pois a jurisdição invertida, a consciência sentada no trono do texto, não é abuso ocasional da escola, é a sua constituição em vigor desde a primeira aula.

A epistemologia do ouvir contra a mística do ver

Falta dizer o que a Escritura opõe a tudo isso, e o leitor verá que ela não opõe uma teoria a outra teoria, opõe uma economia inteira do conhecimento. No Éden, antes de todo pecado, o homem gozava daquilo com que nenhum místico ousaria sonhar: a presença imediata do próprio Deus, que andava no jardim. Pois note-se o que

a narrativa registra: nem ali a presença funcionou como fundamento do saber. Deus falou a Adão; deu-lhe mandamento verbal, proposição pura: “De toda a árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal, dela não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás” (Gênesis 2:16 e 17); e a vida do primeiro homem ficou pendurada, desde o primeiro dia, na fidelidade a palavras ditas, e não na intensidade de contatos vividos.

A serpente, primeira epistemóloga rival, atacou exatamente aí: “É assim que Deus disse: Não comereis de toda a árvore do jardim?” (Gênesis 3:1). E a queda consumou-se quando a mulher preferiu, ao dito divino, o testemunho conjugado da percepção e do desejo: “viu a mulher que aquela árvore era boa para se comer, e agradável aos olhos, e árvore desejável para dar entendimento” (Gênesis 3:6). A primeira apostasia da história foi uma troca de fundamento: da proposição revelada para a presença avaliada. O leitor que percorreu este capítulo sabe agora dar a essa troca o seu nome técnico, e sabe que ela continua em cartaz.

O restante da Escritura mantém a economia com rigor que envergonha a nossa frouxidão. No Horebe, Deus adverte pela boca de Moisés: “a voz das palavras ouvistes; porém, além da voz, não vistes figura alguma” (Deuteronômio 4:12); e a advertência se repete três versículos adiante, “nenhuma figura vistes no dia em que o SENHOR, em Horebe, falou convosco do meio do fogo” (Deuteronômio 4:15). A proibição das imagens é epistemologia antes de ser liturgia: o Deus vivo se dá a conhecer no dizer, e todo culto que troque o ouvir pelo ver fabrica ídolo, ainda quando o ídolo seja interior e se chame experiência.

“A fé é pelo ouvir, e o ouvir pela palavra de Deus”, sela Paulo (Romanos 10:17); e Pedro, que na montanha teve a presença na sua forma máxima, a glória vista com os próprios olhos, escreve aos crentes que temos “mui firme, a palavra dos profetas” (2 Pedro 1:19). Quanto à presença universal do Criador na criação, Romanos um a confirma e lhe dá o efeito exato: os homens, tendo o testemunho, detêm-no em injustiça, de modo que a presença sem a submissão à Palavra não instrui, indicia; não salva, agrava.

Eis a resposta bíblica à doutrina inteira: presença, o cristão a tem, mais e melhor do que qualquer iluminacionista prometeu, pois o Espírito habita nele; mas a presença do Espírito não substitui a proposição, sela-a, pois o mesmo Espírito é o que inspirou o texto e abre os olhos para a autoridade do texto. A mística do ver hierarquiza os homens pela finura do olho; a economia do ouvir os iguala diante do Livro e os distingue apenas pela obediência. Uma produz iniciados; a outra, discípulos. E o Verbo não se fez latência: “o Verbo se fez carne, e habitou entre nós” (João 1:14). O que João anuncia não é o pressentimento de uma totalidade, é “o que ouvimos, o que vimos com os nossos olhos, o que temos contemplado, e as nossas mãos tocaram da Palavra da vida” (1 João 1:1), convertido em carta, isto é, em proposições, “para que o vosso gozo se cumpra” (1 João 1:4).

O martelo desce

Antes da sentença, o diagnóstico da sedução, porque refutação que não explica por que o erro convence deixa o convencido sem espelho. A doutrina da presença seduz porque nomeia, com nome

errado, três verdades que a alma sente. Sente, primeiro, que o mundo é dado e não construído, que a realidade nos precede e nos excede, e nisso a alma tem razão contra dois séculos de idealismo: o mundo é dado, porque foi criado, e a doutrina colhe essa gratidão criatural e a rebatiza de contato fundador.

Sente, segundo, que há mais coisas do que as que sabemos dizer, que o nosso saber nada num oceano de ignorância pressentida, e nisso a alma novamente acerta: somos criaturas finitas diante de um Deus cujo conhecimento é oceano, e a doutrina converte essa finitude devota em círculo de latência, transferindo para o cosmos o excesso que pertence à mente do Criador. E sente, terceiro, que conhecer de verdade transforma, que há diferença entre o saber decorado e o saber vivido, e nisso a alma repete, sem saber, a doutrina bíblica do coração: o conhecimento que salva é crido, amado e obedecido, e a escola da presença oferece a essa fome legítima o arremedo da realização interior por graus.

Três fomes verdadeiras, três alimentos falsificados: eis a fórmula de toda sedução espiritual bem-sucedida desde o jardim, onde também se ofereceu, a um desejo real de sabedoria, um fruto real com uma promessa falsa. Quem entendeu isso já não precisa desprezar os seduzidos para recusar a sedução, e pode fazer o que este livro faz: honrar a fome e denunciar o prato.

Recolho o capítulo na forma do tribunal. Primeira pergunta: de onde parte o sistema? Da consciência e do seu contato, respondeu a doutrina, e vimos no que dá: o contato é mudo, e tudo o que o sistema efetivamente ensina entrou pela porta discursiva que ele declara secundária.

Segunda: o que é a verdade? A doutrina a submete à presença, e a submissão custou-lhe o próprio conceito, pois onde nada se afirma, nada é verdadeiro, e o conhecimento por presença revelou-se familiaridade promovida por anfibia. Terceira: qual o critério do erro? Nenhum, e o vazio foi preenchido pela hierarquia dos videntes, que converte toda objeção em sintoma e todo discipulado em iniciação.

Quarta: quem julga quem? A consciência treinada julga tudo, inclusive a Escritura, que comparece ao sistema como documento de experiência entre experiências; e contra isso ergue-se a economia bíblica inteira, do Éden ao Patmos, na qual Deus fala, o homem ouve, e a presença, dom real do Deus real, jamais recebe a coroa que pertence à Palavra.

A sentença desta instância, portanto: o conhecimento por presença, como fundamento, é nada; como descrição da familiaridade do homem com o mundo que a providência lhe deu, é banalidade respeitável; e como doutrina que instala um contato inverificável no trono do critério, é uma porta, aberta com técnica e treinamento, para tudo aquilo que entra quando o critério sai. E que ninguém alegue severidade excessiva do juiz, porque a medida usada foi, do início ao fim, a que a própria escola forneceu: cobrei da presença o que a paralaxe cobra dos filósofos, o que a escada dos discursos cobra das teses, o que a distinção husserliana entre origem e fundamento cobra dos psicologismos, e a ré caiu diante dos próprios instrumentos antes mesmo de comparecer diante da Escritura, que a teria condenado por menos. O nome do que entra pela porta aberta, a sua linhagem persa confessada em nota do próprio mestre, os

seus graus, as suas iniciações e os seus diretores de consciência, tudo isso tem capítulo marcado.

Antes dele, porém, resta uma parede a derrubar, a mais respeitável de todas, aquela que os defensores mais cultos apresentam como escudo: Aristóteles. Tu, leitor, que talvez tenhas repetido durante anos que o mestre apenas recuperava o realismo clássico contra o subjetivismo moderno, prepara o caderno: o próximo capítulo examina se o aristotelismo batizado é muralha ou se é a mesma areia, assentada por pedreiro mais antigo.

Notas

1. Gordon H. Clark, *Language and Theology*, sobre as proposições, e não os conceitos, como objetos do conhecimento, porque somente proposições podem ser verdadeiras, e sobre a incapacidade da indução de alcançar universais. ↩
2. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, na atribuição do vislumbre do conhecimento por presença a Suhrawardi, filósofo iraniano do século doze. ↩
3. Ronald Robson, *Conhecimento por Presença*, apêndice sobre os elementos da filosofia de Olavo de Carvalho, na fórmula da mineralogia que já está nos minerais e no treinamento da consciência para deixar que a realidade lhe fale. ↩
4. Olavo de Carvalho, *Aristóteles em Nova Perspectiva*, na escala de credibilidade dos quatro discursos, do possível ao apodítico. ↩
5. Olavo de Carvalho, *Edmund Husserl contra o Psicologismo*, preleção sobre o erro psicologista da confusão entre origem e

fundamento. ↩

6. Olavo de Carvalho, *Edmund Husserl contra o Psicologismo*, sobre a distinção entre a evidência assertórica da vivência particular e a evidência apodítica das leis universais. ↩
7. Gordon H. Clark, *Uma Visão Cristã dos Homens e do Mundo*, na discussão do ceticismo sobre a confiabilidade da sensação, com o argumento dos sonhos e das ilusões. ↩
8. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, na definição da filosofia como a busca da unidade do conhecimento na unidade da consciência, e vice-versa. ↩
9. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, na definição da paralaxe cognitiva, com o exemplo de Kant. ↩
10. Olavo de Carvalho, *Edmund Husserl contra o Psicologismo*, sobre a repetibilidade dos atos intuitivos como condição de todo conhecimento transmissível. ↩
11. Ronald Robson, *Conhecimento por Presença*, capítulo III, sobre a presença como pedra metafísica do conhecimento. ↩
12. Ronald Robson, *Conhecimento por Presença*, capítulo IV, sobre a presença ativa das coisas e o intercâmbio das posições de sujeito e objeto. ↩
13. Ronald Robson, *Conhecimento por Presença*, capítulo I, sobre o trauma de emergência da razão. ↩
14. Ronald Robson, *Conhecimento por Presença*, apêndice com o guia de leitura, na confissão de que a doutrina do mundo dos princípios ficou apenas indicada na obra de Olavo de Carvalho. ↩
15. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, aula sobre Lutero e a doutrina da presença real. ↩

16. Olavo de Carvalho, *A Filosofia e Seu Inverso*, na explicação da síntese escolástica pela experiência vivida da cultura da época. ↩
 17. Olavo de Carvalho, *A Dialética Simbólica*, sobre o símbolo como sendo essencialmente aquilo que simboliza e como instrumento de elevação do intelecto. ↩
-

CAPÍTULO 4: O ARISTOTELISMO BATIZADO E A RAZÃO SEM TRIBUNAL

A muralha e a sua inscrição

Derrubada a viga da presença, o defensor culto do sistema recua para a sua segunda linha, que é também a mais respeitável, e o recuo vem sempre com as mesmas palavras, que transcrevo como quem afixa a inscrição da muralha antes de sitiá-la: Olavo de Carvalho não foi um místico da experiência, foi um realista clássico; a sua epistemologia não é invenção persa, é a doutrina perene de Aristóteles, depurada por Tomás e pela grande escolástica; e o seu combate ao racionalismo moderno não foi guerra contra a razão, foi a defesa da razão verdadeira, a que parte do real, contra a razão inchada de Descartes e do Iluminismo, que parte de si mesma.

A muralha impressiona, e deve impressionar: atrás dela estão vinte e três séculos, os maiores nomes do Ocidente, e a presunção, que intimida qualquer polemista honesto, de que atacar Aristóteles é atacar o bom senso da humanidade. Este capítulo a sitiara mesmo assim, e o leitor tem direito de saber com que estratégia, porque não será a do desprezo. Não vou pedir que ninguém despreze Aristóteles; vou pedir apenas que ninguém o adore, e mostrarei que

entre essas duas atitudes, que a escola apresenta como a alternativa completa, existe uma terceira, a única cristã: julgá-lo.

E o cerco seguirá a ordem das próprias defesas. Primeiro se exporá com justiça o que a muralha guarda, a doutrina da abstração, para que nenhum tomista alegue caricatura; depois se cobrará a promissória do primeiro capítulo, o salto sem rede que dorme no coração da doutrina; em seguida se examinará a peneira do senso comum, o batismo tomista, a analogia que dele nasceu, a guerra de quarenta anos contra o racionalismo, o caso Mário Ferreira, o hóspede fenomenológico e, por fim, a antropologia que falta ao edifício inteiro. A cada etapa, o leitor verá repetir-se o padrão que os capítulos anteriores estabeleceram: o sistema condenado com os próprios instrumentos antes de comparecer diante da Escritura, que o condenaria por menos.

E para julgá-lo é preciso, antes de tudo, recusar o mapa que a escola nos entrega, no qual a grande batalha da filosofia opõe o realismo clássico ao subjetivismo moderno, os que partem do real aos que partem do eu. Esse mapa é lisonjeiro para quem o desenhou e falso na sua linha mestra, porque as duas margens que ele separa ficam do mesmo lado do único rio que importa. A pergunta decisiva, estabelecida no primeiro capítulo e paga em sangue no terceiro, jamais foi de onde parte o pensamento dentro da criatura, se dos sentidos, se do intelecto, se da vontade, se da experiência; foi se o pensamento parte da criatura ou da Palavra do Criador.

Diante dessa pergunta, Aristóteles e Descartes são vizinhos de margem: um começa na percepção que o mundo imprime na alma,

o outro na certeza que a alma encontra em si, e ambos começam no homem, coroam um órgão humano como juiz último e edificam sobre ele sem licença do céu. A guerra entre realismo e subjetivismo é, vista do rio, uma guerra civil da autonomia, disputando qual faculdade da criatura ocupará o trono que pertence a Deus. Provado isso, e será provado, a muralha muda de natureza: deixa de ser a fronteira entre a sanidade e o delírio moderno e revela-se o que sempre foi, a parede dos fundos da mesma casa que o capítulo anterior demoliu pela frente.

O que a muralha realmente é: a doutrina da abstração

Sitiada a praça, exponha-se com justiça o que ela guarda, porque a regra do segundo capítulo vale para os aliados do réu tanto quanto para o réu.

O coração epistemológico do aristotelismo é a doutrina da abstração, e ela pode ser dita em quatro passos que qualquer manual tomista subscreveria. Primeiro: nada há no intelecto que não tenha estado antes nos sentidos; a alma nasce como tábula rasa, sem ideias inatas, e todo o material do conhecimento entra pelas portas da sensação. Segundo: a sensação deposita na alma imagens, os fantasmas, retenções singulares e concretas do que foi percebido. Terceiro: sobre esses fantasmas opera uma faculdade luminosa, o intelecto agente, que ilumina o singular e dele extrai, despe, abstrai a forma universal, o inteligível que estava mergulhado na matéria; o intelecto possível recebe a forma extraída, e nasce o conceito.

Quarto: dos conceitos combinados nascem os juízos, e dos juízos encadeados a ciência; quanto aos primeiros princípios, que nenhuma demonstração alcança porque toda demonstração já os usa, eles são captados pelo nous, a inteligência intuitiva que, ao cabo da experiência repetida, vê o universal necessário no particular contingente, pela via que Aristóteles chamou epagogé e nós traduzimos, com perda, por indução. O edifício é belo, o leitor há de concedê-lo: nele a razão não flutua como em Platão nem se fecha como em Descartes; ela trabalha de mangas arregaçadas sobre o mundo, e o mundo, dócil, entrega as suas formas a quem o interroga com método.

Que esse é o coração do sistema olavista, e não um enxerto meu, o próprio Aristóteles em Nova Perspectiva o certifica na passagem em que descreve o funil das quatro ciências do discurso: “da ilimitada abertura do mundo das possibilidades passamos à esfera mais restrita das crenças realmente aceitas na praxis coletiva; porém, da massa das crenças subscritas pelo senso comum, só umas poucas sobrevivem aos rigores da triagem dialética; e, destas, menos ainda são as que podem ser admitidas pela ciência como absolutamente certas e funcionar, no fim, como premissas de raciocínios cientificamente válidos”.¹

Releia o leitor a última cláusula, porque nela está a assinatura da casa: as premissas da ciência, os pontos de partida do discurso apodítico, são crenças do senso comum decantadas pela peneira dialética. Eis a rota completa do conhecimento na escola: o mundo imprime, a imaginação retém, a comunidade opina, a dialética peneira, e o que sobra da peneira sobe ao altar das premissas. A certeza, no topo, é filha da opinião purificada, e a opinião, filha da

percepção. O aristotelismo de Olavo é autêntico, portanto; concedo-lhe o pedigree inteiro. O que passo a examinar é se o pedigree é um título de nobreza ou uma certidão de origem da mesma doença.

O salto sem rede

O primeiro capítulo deixou uma promissória sobre esta mesa, e chegou o dia do vencimento. A doutrina da abstração, dizíamos lá, apenas muda o problema do empirismo de andar, e agora o demonstro por partes, pedindo ao leitor a paciência dos credores.

Considere o momento exato da mágica: o intelecto agente, debruçado sobre o fantasma de um particular, extrai dele o universal. Pergunto: qual universal? O particular diante dos olhos participa de incontáveis classes ao mesmo tempo; a maçã da mesa é fruto, é alimento, é esfera, é vermelho, é mercadoria, é presente de aniversário, é símbolo da queda; o fantasma que a retém entrega o bloco indiviso, sem etiquetas, e a escolha do aspecto relevante, que é o ato mesmo de conceituar, exige um princípio de seleção que o fantasma não contém.

De onde vem o princípio? O dilema é de ferro. Ou o intelecto já traz consigo os critérios de relevância, as categorias, a grade que ordena o caos sensível, e então o conhecimento não veio dos sentidos, a tábula nunca foi rasa, e o primeiro passo do sistema cai por confissão; ou o intelecto não traz critério algum, e então cada abstração é um palpite no escuro, sem regra que a governe nem tribunal que a confira, e o último passo do sistema, a ciência certa, cai por inanição.

A escola responde, há oito séculos, com a garantia de que o intelecto agente simplesmente vê a forma no singular, como o olho vê a cor; e essa resposta, despida da solenidade latina, é o que sempre foi: um ato de fé na infalibilidade de uma faculdade humana, postulado sem prova, axioma antropológico envergonhado de seu nome. O tomista crê no intelecto agente exatamente como o cristão crê na Escritura, com duas diferenças: a Escritura reivindica origem divina e se autentica como vimos, e o intelecto agente é a aposta de um pagão sobre uma mente que a Escritura declara entenebrecida.

Suba-se agora ao segundo andar do salto, a epagogé, e o vazio é ainda mais largo. Os primeiros princípios da ciência, diz a doutrina, são captados pelo nous após experiência repetida: vistos muitos casos, a inteligência enxerga a necessidade universal.

Mas a experiência, por definição, só entrega o que aconteceu, nunca o que não pode deixar de acontecer; mil casos ensinam que foi assim mil vezes, e a necessidade, o terá de ser sempre e em toda parte, não está em caso nenhum nem na soma de todos, porque necessidade não é fato, é modalidade, e modalidades não se percebem, pensam-se. Clark cravou a estaca no lugar exato: “as proposições teológicas são geralmente proposições universais e, por essa razão, não podem ser empíricas”, porque “a indução nunca chega a universais”. E a indução é tudo o que o empirismo tem.²

O nous aristotélico é o nome honorífico desse abismo atravessado por decreto: onde o argumento acaba, planta-se uma faculdade que vê, e a filosofia segue viagem como se a ponte existisse. E o leitor já reconhece a fisionomia, porque a viu no capítulo anterior de barbas persas: uma apreensão supraproposicional, infalível por postulado,

inverificável por natureza, reservada aos bem treinados, sobre a qual todo o resto se apoia. O intelecto agente e o nous são o conhecimento por presença falando grego. A escola não recuou da mística ao rigor quando recuou de Suhrawardi a Aristóteles; recuou de um oráculo para outro mais antigo, e a antiguidade, que impressiona os homens, não impressiona a lógica, para quem um salto sem rede tem a mesma altura em qualquer século.

O senso comum canonizado

Antes de examinar o batismo, uma palavra sobre a peneira, porque nela o sistema comete um pecado que o seu próprio fundador passou a vida denunciando nos outros. Vimos que, na arquitetura dos quatro discursos, as premissas da ciência sobem do senso comum: da massa das crenças aceitas na práxis coletiva, a triagem dialética separa as poucas que merecem funcionar como pontos de partida do raciocínio apodítico. A rota é fielmente aristotélica, é o método dos endoxa, as opiniões reputadas dos muitos ou dos sábios, submetidas ao exame e promovidas a princípios, e por isso mesmo carrega a fragilidade de nascença de toda a linhagem: a decantação aperfeiçoa o que decanta, e o que ela decanta é opinião.

Nenhuma peneira transforma a natureza do que a atravessa; peneirar areia rende areia fina. Se as crenças comuns da humanidade são, como a Escritura ensina e o capítulo adiante confirmará, o produto de mentes entenebrecidas que suprimem a verdade, então o consenso decantado pela dialética entrega ao cientista, como premissa purificada, o erro majoritário na sua versão mais apresentável.

E a história dispensa a hipótese e fornece o veredito: durante séculos, o senso comum decantado da cristandade inteira, muitos e sábios em coro, sustentou que o homem se justifica diante de Deus pela fé formada em obras, e a peneira dialética das universidades, operada pelos maiores talentos da espécie, refinou esse consenso em sistema. Veio então um monge com um livro e provou, contra os muitos e contra os sábios, que o consenso decantado de mil anos contradizia o texto. Se a epistemologia dos endoxa fosse verdadeira, Lutero estaria refutado por definição antes de abrir a boca, pois as suas premissas não subiram da práxis coletiva, desceram da página. A Reforma inteira é o experimento crucial contra o funil aristotélico: houve um caso, o mais importante da história, em que a verdade não estava na destilação do comum, estava na revelação contra o comum, e uma epistemologia que torna esse caso impossível está refutada por ele.

E aqui a paralaxe volta a visitar o dono da paralaxe, pela segunda vez neste livro, e peço ao leitor que aprecie a simetria.

Que homem foi Olavo de Carvalho na sua prática intelectual? O inimigo público número um do consenso: o polemista que ensinou uma geração a desprezar a unanimidade das universidades, a rir dos pareceres majoritários da imprensa, a suspeitar por princípio daquilo que todos os doutores repetem juntos. Essa postura, que lhe rendeu o ódio das corporações e o amor dos alunos, tinha razões frequentemente boas, e o cristão reformado, herdeiro de um monge que enfrentou concílios, a saúda sem ironia.

Mas confronte-se a postura com a doutrina. O eixo da prática dizia: o consenso dos muitos e dos sábios é presumivelmente corrupto, e a

verdade se encontra contra ele. O eixo da doutrina dizia: as premissas do saber certo sobem, decantadas, do consenso dos muitos e dos sábios. Um homem que vivia de desmentir a práxis coletiva ensinava uma epistemologia em que a práxis coletiva peneirada é a mãe das premissas; o guerrilheiro do dissenso lecionava a lógica do endoxo. O descompasso entre o eixo do discurso e o eixo da vida tem, na escola, nome técnico registrado em cartório, e não fui eu quem o cunhou.

A explicação do descompasso, essa o leitor já tem: na prática, Olavo não extraía suas certezas do senso comum peneirado nem de dedução alguma; extraía-as da percepção treinada, sua e dos mestres que reconhecia, e a doutrina aristotélica dos endoxa era fachada exotérica de um edifício cuja escritura verdadeira estava lavrada em nome da presença. O aristotelismo, no sistema, nunca foi o fundamento; foi o alvará. E alvará de funcionamento não sustenta casa nenhuma quando o terreno cede, como cedeu.

O batismo que não converte

Mas Tomás batizou Aristóteles, diz a muralha, e a graça teria aperfeiçoado a natureza do sistema. Examine-se o batismo.

O que Tomás fez, com o gênio arquitetônico que ninguém sensato lhe nega, foi construir a casa de dois andares que o Ocidente habitou por sete séculos: no térreo, a razão natural, operando por sensação e abstração à maneira do Filósofo, demonstra os preâmbulos da fé, a existência de Deus, a sua unidade, os seus atributos filosóficos; no andar de cima, a revelação acrescenta o que a razão não alcança, Trindade, encarnação, redenção, e a graça

coroa, sem destruir, o edifício natural. A síntese é majestosa e o seu defeito é de fundação, não de acabamento, e por isso, como adverte Clark tratando exatamente deste caso: “Em resposta a uma objeção ou duas, alguns autores querem corrigir uns poucos detalhes e tornar o argumento válido. Se o empirismo básico de Tomás está errado, então todas essas correções são feitas em vão. Deve-se mudar o método epistemológico.”³

O térreo devora o andar de cima, e devora-o por duas rotas que a história percorreu diante de nós. Rota lógica: se a razão natural, sem revelação, é juíza competente para estabelecer que Deus existe, ela é competente para julgar o que Deus pode ser e dizer, e cedo ou tarde julgará a própria revelação, admitindo dela o que couber nos seus preâmbulos; o deísmo não traiu a escolástica, aposentou-lhe o andar de cima com os métodos do térreo.

E a objeção que Clark recolhe de Burt fecha a pinça pelo outro lado, na voz do próprio objetor: “Se a razão do homem é naturalmente incompetente para chegar à doutrina da Trindade ou a outras verdades da fé, deve ser incompetente para provar a existência de Deus em primeiro lugar. Por que uma verdade deveria ser demonstrável e outras não?” A fronteira entre preâmbulos e mistérios é traçada onde convém, não onde algum princípio a exige.⁴

Rota teológica: o deus a que o térreo chega não é o Deus do andar de cima. O motor imóvel, ato puro, pensamento que se pensa, não fala, não ouve, não promete, não perdoa e não conhece particulares indignos da sua contemplação; entre ele e o Deus de Abraão, que desce, fala, jura e se ira, não há continuidade de escada, há a diferença entre um princípio e uma Pessoa. E o próprio caminho até

o motor está esburacado na primeira légua: a prova pelo movimento pende inteira dos conceitos de ato e potência, e Clark aponta o buraco: “Tomás de Aquino define movimento como a redução da potência a ato.” Só que “os conceitos de ato e potência permanecem indefinidos”, e “Aristóteles tentou explicá-los por uma analogia” que usa o próprio movimento: o movimento define ato e potência e ato e potência definem movimento, círculo no alicerce da demonstração. Pior: “o argumento de Tomás de Aquino é inválido porque um de seus termos principais é usado em dois sentidos”, e a invalidez de um só silogismo essencial faz colapsar a prova inteira.⁵ O batismo molhou a cabeça do sistema e deixou-lhe secos os pulmões: ele continuou respirando sensação, e um sistema respira pelo que o alimenta, não pelo nome que recebeu.

A Escritura, que a síntese pretendia coroar, havia proibido a obra na sua primeira pedra. “Tende cuidado, para que ninguém vos faça presa sua, por meio de filosofias e vãs sutilezas, segundo a tradição dos homens, segundo os rudimentos do mundo, e não segundo Cristo”, escreve Paulo aos colossenses (Colossenses 2:8); e aos romanos declara que “a inclinação da carne é inimizade contra Deus, pois não é sujeita à lei de Deus, nem, em verdade, o pode ser” (Romanos 8:7).

As categorias de uma metafísica pagã não são um andaime neutro à espera de tijolos cristãos; são a cristalização intelectual de um coração que suprime a verdade, e quem edifica a fé sobre elas herda, junto com o vocabulário, a inimizade dissolvida na argamassa.

Olavo de Carvalho recebeu essa herança pela via romana e a agravou pela via perenialista: o seu Aristóteles, o leitor do segundo capítulo o sabe, não é sequer o lógico dos Analíticos, é o Aristóteles relido como cartógrafo da consciência, cujas quatro ciências mapeiam os graus do dizer e cujos primeiros princípios sobem do senso comum pela peneira dialética; um Aristóteles de quem se conserva, sobretudo, a confiança na percepção e a escada dos graus, precisamente as duas peças que o iluminacionismo persa também estimava, e que permitem soldar, sem ranger visível, a abstração grega à presença sufi. O batismo não converteu o pagão; o pagão, como sempre acontece quando se batizam sistemas em vez de homens, paganizou a pia.

A analogia que dissolve a Palavra

Do casamento entre a teologia e a abstração nasceu ainda um filho, o mais discreto da casa e o mais importante para o nosso processo, porque é por ele que o tomismo respeitável se comunica, por baixo da mesa, com o simbolismo que o terceiro capítulo flagrou engolindo a Escritura. Chama-se doutrina da analogia.

O raciocínio tomista corre assim: os nossos conceitos são todos abstraídos de criaturas finitas; Deus é infinito; logo, nenhum conceito humano se aplica a Deus no mesmo sentido em que se aplica às criaturas; quando digo que Deus é bom, sábio ou vivo, digo-o por analogia, num sentido nem idêntico nem totalmente diverso do sentido criatural, proporcionado à distância infinita entre o ser participado e o ser subsistente. A doutrina parece humildade e recebeu, por parecer, sete séculos de reverência.

Examine-se a humilde. Se todo o meu conhecimento de Deus é analógico, e o sentido analógico não coincide em ponto algum determinável com o sentido que domino, então eu não sei o que estou dizendo quando digo que Deus é bom: sei que a palavra se aplica de algum modo, mas o modo me escapa por definição, e uma predicação cujo sentido escapa por definição não comunica conteúdo, comunica um aceno. Clark enfrentou essa tradição no seu ramo moderno e a repudiou pela raiz: "A ideia de uma linguagem teológica especial e peculiar essencialmente diferente da linguagem usada em outros assuntos é, creio eu, totalmente insustentável." O pensador analógico jamais chega a um pensamento não analógico que lhe diga o que os seus análogos significam.⁶

A alternativa reformada é a univocidade da verdade: quando a Escritura diz que Deus é justo, a proposição que creio é, no seu conteúdo, a mesma que Deus conhece, pois a verdade é uma só para Deus e para os homens, ainda que Deus a conheça de modo infinito e eu de modo finito; o modo do conhecer difere, o conhecido coincide, e por isso, e somente por isso, a revelação revela. Quem abre mão da coincidência de conteúdo em nome da distância dos modos não engrandeceu a Deus; emudeceu-o com etiqueta de respeito.

E agora o leitor veja a escada descendo, degrau a degrau, do respeitável ao abismo, porque ela é a genealogia intelectual do sistema que julgamos.

Primeiro degrau, a univocidade bíblica: Deus fala, o homem entende o que Deus disse, e "nós temos a mente de Cristo" (1 Coríntios 2:16). Segundo degrau, a analogia tomista: Deus fala, o homem

entende algo proporcionado ao que Deus disse, sem jamais saber quanto. Terceiro degrau, o simbolismo olavista: o texto sagrado já nem é predicação analógica, é símbolo, e “um símbolo é essencialmente aquilo que simboliza”, ensina a escola, funcionando “no plano da realização espiritual” como “um instrumento de elevação do intelecto”, à espera do decifrador graduado.⁷ Quarto degrau, o silêncio místico: o real é inefável, toda palavra trai, resta a experiência.

A escada é contínua, e a continuidade é o argumento: cada degrau apenas radicaliza a concessão do anterior, a de que o sentido determinado se perde na subida para Deus. O tomismo culto sempre se ofendeu quando o acusaram de parentesco com a mística da inefabilidade, mas a ofensa não anula a certidão: quem primeiro ensinou à cristandade que as proposições sobre Deus não significam para nós o que significam nele abriu a porta pela qual, gerações depois, entrariam os que dizem que elas não significam nada e que o essencial é o contato. Olavo de Carvalho não perverteu a analogia; herdou-a e foi coerente com ela até o fim da escada. A resposta a ambos é a mesma e está no primeiro capítulo: o Verbo se fez carne e falou nossa língua, e o que ele quis dizer, disse, e o que disse, entendemos, porque quem nos fez a mente foi o mesmo que escolheu as palavras.

A guerra errada

Chego ao serviço que a escola considera o seu maior título cristão: a guerra de quarenta anos contra o racionalismo moderno, contra Descartes, o Iluminismo, o cientificismo, o formalismo acadêmico,

guerra na qual Olavo foi general talentoso e na qual muitos crentes, eu entre eles, se alistaram com alegria. Devo ao leitor o balanço justo dessa campanha, e começo pelos despojos legítimos. Sim, a razão autônoma moderna é um ídolo, e Olavo o disse com força rara; sim, o cogito cartesiano inaugura uma soberania da consciência que termina, por estradas que ele mapeou bem, no relativismo e na militância; sim, a paralaxe cognitiva acertou em cheio meia dúzia de ídolos de cátedra, e o cristão pode recolher esses acertos sem constrangimento, como Israel recolhia despojos de guerras que não eram santas.

Feito o inventário, porém, a pergunta do estrategista: a guerra acertou o alvo? E a resposta, que este capítulo inteiro preparou, é que não, porque o diagnóstico errou o órgão doente. Olavo leu a modernidade como hipertrofia da abstração, excesso de lógica, formalismo desencarnado, razão que perdeu o contato com o real; e receitou, coerentemente, o retorno ao contato, à percepção, à experiência vivida, à presença.

Mas a doença de Descartes nunca foi o excesso de lógica, até porque de lógica o cogito tem pouca; foi a autonomia, a decisão de fundar todo o edifício do saber na certeza que a criatura encontra em si mesma, sem ouvir o céu. E contra a autonomia, o retorno à experiência não é remédio, é recaída: troca-se o penso, logo existo pelo percebo, logo sei, destrona-se a consciência raciocinante e coroa-se a consciência percipiente, e o trono, que era o problema, permanece de pé com ocupante novo. O fugitivo de Descartes correu a noite inteira e amanheceu no quarto ao lado, dentro da mesma casa, a casa de todo pensamento que começa no homem.

E a guerra errada cobrou um imposto que o leitor cristão precisa ver com os próprios olhos, porque ele explica o rebaixamento que o segundo capítulo documentou e prometeu cobrar.

A campanha inteira viveu de quatro confusões, e a escola que ensinou o Brasil a distinguir deixou de fazer, no seu próprio quartel, as quatro distinções que importavam. Confundiu razão com racionalismo: a faculdade criada, dom de Deus e reflexo do Logos, com a ideologia que a diviniza; e atirando na ideologia, ensinou uma geração a desconfiar da faculdade. Confundiu lógica com logicismo: as leis do pensamento, que valem no céu e na terra, com o projeto de reduzir todo o saber a cálculo; e desprezando o projeto, aposentou as leis, rebaixadas a técnica de retorno à presença. Confundiu sistema com sistematismo: a coerência total da verdade, que decorre da unidade da mente divina, com a arrogância do filósofo que fecha o mundo na sua gaiola; e temendo a gaiola, ensinou que toda sistematização mutila a vida, quando a Escritura é o sistema perfeito de um Deus que não se contradiz.

E confundiu certeza com cartesianismo: a firmeza que a fé reivindica, o “eu sei em quem tenho crido” de Paulo (2 Timóteo 1:12), com a fundação da certeza no eu; e demolindo a fundação errada, deixou os alunos sem firmeza alguma que não fosse a confiança no olho do mestre. Quatro confusões, um só resultado: o vocabulário inteiro da razão cativa foi entregue ao inimigo, como se rigor, dedução, sistema e certeza fossem propriedade de Descartes, quando eram herança dos profetas. Daí a matemática despachada em aula, nestes termos: “É uma atividade puramente construtiva que não tem absolutamente nada a ver com a realidade exterior, ela é apenas algo que você está imaginando, é uma arte do

imaginário.”⁸; daí a lógica reduzida, na melhor hipótese, a escada de serviço do palácio perceptivo.

O reformado mede o desastre com a régua do primeiro capítulo: as verdades lógicas e matemáticas, necessárias, eternas, imutáveis, habitam a mente de Deus e estruturam o seu decreto, e o Verbo por quem todas as coisas foram feitas é a Razão eterna; rebaixá-las a jogo imaginário da criatura é, nos termos exatos, tirar a coroa do Logos para pô-la na imaginação humana. A alternativa bíblica ao racionalismo autônomo jamais foi menos razão, foi razão cativa: o mesmo rigor dedutivo, os mesmos universais necessários, a mesma sede de demonstração, ajoelhados diante do axioma revelado. Essa alternativa tem nome, tem biblioteca e tem quatro séculos de história reformada; a escola preferiu combater Descartes com Suhrawardi, e o resultado foi o previsível: venceu-se o racionalista no debate e perdeu-se a razão no espólio.

O hóspede que testemunha contra a casa

Resta cobrar a promissória mais elegante, a fissura que o segundo capítulo deixou lavrada na décima nona viga. A escola hospeda Husserl: contra o psicologismo, professa com o mestre alemão que “psicologismo é o nome que Husserl dá a todo ato pelo qual se atribui a validade dos princípios lógicos a fatores extralógicos, ou seja, a fatores reais”, e que a validade dessas leis, portanto, não pode depender de nada real.⁹

Pois convoco o hóspede ao banco das testemunhas e faço-lhe três perguntas diante do júri. Primeira: a presença é algo real? Evidentemente, responde a casa inteira, ela é o próprio contato com

o real, a presença substantiva da realidade. Segunda: a validade lógica pode depender de algo real? Não pode, respondeu o hóspede, com o endosso entusiasmado do anfitrião. Terceira, e o leitor já a formulou sozinho: pode então a validade lógica fundar-se na presença? O silêncio que se segue é a demolição desta parede, executada, como todas as anteriores, por mão de casa. Se a lógica vale incondicionalmente, ela não recebe o seu título de contato nenhum, de vivência nenhuma, de treinamento nenhum; ela julga as vivências e não é julgada por elas, e o fundamento do conhecimento tem de ser buscado na região do ideal, do necessário, do proposicional, exatamente a região que o sistema declarou superfície e andar de serviço. O anfitrião abrigou, para lutar contra o relativismo, um juiz cuja primeira sentença condena a casa.

E o processo não termina na condenação; termina numa pergunta que Husserl não soube responder e que a escola nem chegou a fazer.

Se as leis lógicas são ideais, necessárias, eternas, válidas antes de qualquer mente humana e independentemente de todas, onde vivem elas? Verdades não flutuam; verdade é pensamento verdadeiro, e pensamento pede mente. Faça-se o inventário das moradas possíveis, que são quatro, e despejem-se três. Podem as leis lógicas morar no mundo físico? Não, porque o mundo físico é contingente e mutável, e elas são necessárias e imutáveis; nenhum arranjo de átomos é a lei de não contradição, e se o universo inteiro se desfizesse, dois e dois seguiriam quatro no funeral. Podem morar nas mentes humanas? Não, porque as mentes humanas nascem, erram, dormem e morrem, e a validade das leis não pisca quando piscamos; além do que as mentes são muitas e a verdade é uma, e

o que mora em muitos inquilinos ao mesmo tempo sem se dividir não é propriedade de nenhum.

Podem morar em si mesmas, num terceiro reino platônico de idealidades sem dono? A hipótese apenas rebatiza o problema, porque um pensamento sem pensador é tão concebível quanto um sorriso sem rosto: chamam-no reino para não chamá-lo de milagre. Resta a quarta morada, e ela pede uma mente eterna, necessária, única e onisciente, na qual toda verdade seja eternamente pensada. O argumento tem duas mil léguas de idade: é a estrada de Agostinho, que subiu das verdades imutáveis, que julgam as nossas mentes e não são julgadas por elas, à Verdade imutável, e a chamou Deus.

Husserl, chegando à encruzilhada, dobrou para dentro, e foi alojar as idealidades na consciência transcendental, isto é, devolveu à criatura, purificada e maiúscula, a hospedagem do eterno: autonomia outra vez, agora em regime fenomenológico. E Olavo, que acompanhou o mestre alemão até essa esquina com simpatia declarada, ali permaneceu, porque a sua própria casa não tinha endereço melhor a oferecer: um sistema cujo fundo é a presença vivida só pode hospedar o ideal ou na consciência, psicologismo com pedigree, ou no mundo dos princípios, aquela hipoteca que o terceiro capítulo executou por confissão do escrivão.

A resposta que faltou aos dois está no primeiro capítulo deste livro e na primeira linha do quarto evangelho: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus” (João 1:1). As leis do pensamento valem incondicionalmente porque são o modo do pensar eterno de Deus, e, como escreve Clark, “Cristo é o Logos ou

Razão que dota toda mente de luz intelectual”¹⁰; não dependem de nada real criado porque dependem do Criador de todo o real; e iluminam todo homem que vem ao mundo porque o Verbo é “a luz verdadeira, que ilumina a todo o homem que vem ao mundo” (João 1:9), e o fez à sua imagem. O hóspede testemunhou a verdade e apontou para fora da casa; a tragédia intelectual da escola é ter anotado o depoimento e permanecido dentro.

A alternativa desprezada

Uma defesa final tenta salvar a honra da campanha: Olavo teria combatido com as armas que havia, pois entre o racionalismo iluminista e a tradição clássica não se via terceiro exército no campo. A defesa não sobrevive ao inventário, e aqui o autor deste livro depõe também como testemunha, pois percorreu o curso inteiro com o caderno aberto.

O terceiro exército existia, tinha quatro séculos de campanhas e biblioteca publicada: a tradição reformada da razão cativa, de Calvino, que abre as Institutas atando o conhecimento de Deus e o do homem e destronando a especulação; dos puritanos e de Westminster, com a boa e necessária consequência deduzida do axioma revelado; de Kuyper e Bavinck, com a antítese entre os princípios regenerado e apóstata atravessando toda a ciência; de Dooyeweerd, com a crítica monumental da pretensa autonomia do pensamento teórico; de Clark, com o escrituralismo axiomático que este livro empunha; de Van Til e dos pressuposicionalistas, cuja apologética demolia, na mesma década e no mesmo continente em

que Olavo lecionava, exatamente o racionalismo autônomo que ele combatia com arco persa.

Desse exército inteiro, o curso que formou uma geração brasileira guardou o quê? Menções laterais, e o registro que o prólogo documentou: Dooyeweerd despachado em aparições raras, a filosofia protestante tratada como província menor, sem exame, sem refutação, sem mesa. O leitor nota a assimetria e deve estranhá-la: um professor que dedicou aulas e aulas a guenonianos, sufis, astrólogos e junguianos não achou meia dúzia de encontros para a única tradição filosófica que partia do princípio que ele dizia defender, a submissão do pensamento a Deus.

Estranhá-la, sim; surpreender-se, não, porque a esta altura do livro a assimetria já não é enigma, é teorema. Um sistema fundado na experiência vivida pode hospedar qualquer escola que hierarquize experiências, e por isso conversa sem esforço com todo o bazar iniciático das tradições; o que ele não pode hospedar, sob pena de abdicação, é uma filosofia que comece negando à experiência o trono, pois entre o axioma da presença e o axioma da Palavra não há síntese possível, há rendição de um dos dois.

A tradição reformada não foi esquecida por acidente de bibliografia; foi evitada por instinto de conservação, como a fortaleza evita o único canhão do calibre certo. E o mesmo teorema explica, de passagem, aquela mudança de temperatura que o prólogo registrou como memória de aluno: o sabor quase protestante dos primeiros cursos evaporando, de certo ponto em diante, na romanidade simbólica dos últimos anos. Não houve mistério nem conspiração; houve afinidade eletiva fazendo o seu trabalho lento. Uma

epistemologia de graus, símbolos e presenças respira melhor numa igreja de graus, símbolos e presenças; o sistema procurou a confissão com os seus pulmões, e os pulmões, o leitor sabe desde o batismo que não converte, respiravam sensação desde o primeiro dia.

E se algum discípulo objetar que julgo intenções, respondo que julgo trajetórias, e trajetória é dado público: o homem que começou soando quase protestante e terminou sentenciando contra Lutero em favor da doutrina romana percorreu um caminho, e caminhos se explicam ou pelo acaso, que não explica nada, ou pela lógica interna do caminhante, que este livro expôs peça por peça. Escolha o objetor a explicação que preferir; a minha está demonstrada.

Duas escolas, um só espírito: o caso Mário Ferreira dos Santos

Há um contraexemplo vivo que confirma o mapa deste capítulo com a força de um experimento, e o prólogo já o anunciou: a relação de Olavo de Carvalho com Mário Ferreira dos Santos. Nos termos da própria escola, os dois pensadores ocupavam extremos do espectro filosófico: Mário, o platônico, o dialético da participação, o metafísico das formas descendo do alto; Olavo, o aristotélico confesso, o homem da percepção subindo do concreto; e o mestre gostava de registrar a oposição diametral dos caminhos, como quem exhibe a largura do próprio arco ao honrar o adversário admirado.

Pois aplique o leitor a essa oposição o teste que este livro lhe ensinou, o teste do rio. Onde começa o conhecimento em Mário Ferreira? Na apreensão intuitiva da participação do finito no infinito,

na visão inteligível que a dialética concreta cultiva. Onde começa em Olavo? Na presença do real à consciência, que a contemplação amorosa cultiva. E onde começa em ambos? Na criatura, num ato supraproposicional de captação direta, infalível no seu grau, inverificável por natureza, aperfeiçoável por treinamento, hierarquizador de homens.

As escolas são opostas; o fundamento é idêntico; e a amizade intelectual que intrigava os observadores de superfície era, vista do rio, o reconhecimento entre parentes: dois místicos da apreensão, um de vocabulário platônico, outro de vocabulário aristotélico, ambos convictos de que o saber decisivo é visão de poucos e não texto para todos. A gnose, que é o nome de família dessa convicção e cujo processo o próximo capítulo abre, sempre foi bilíngue em grego: fala platônico e aristotélico com a mesma fluência, porque o seu idioma nativo é outro, é a autonomia da alma que sobe por si. O caso Mário Ferreira vale por um teorema: quando dois pensadores de escolas diametralmente opostas se reconhecem como próximos, é porque a oposição das escolas não era o eixo real, e o eixo real, uma vez visto, não se desvê. Este livro existe para que o leitor o veja.

O realismo que ignora a queda

Falta expor o defeito mais grave da muralha inteira, aquele que nenhuma engenharia grega poderia sanar porque não é de engenharia, é de antropologia: o realismo clássico, pagão ou batizado, legisla sobre as faculdades do homem como se o Éden não tivesse porteira.

Releia o leitor os quatro passos da abstração e pergunte-se que homem é aquele que ali conhece: um vidente de faculdades sãs, cuja sensação informa sem distorcer, cuja imaginação retém sem fantasiar, cujo intelecto agente ilumina sem interesse, cujo nous vê o necessário sem desejo de que o necessário seja outro.

Esse homem não existe desde Gênesis 3.

O homem que existe é o que a Escritura descreve com anatomia impiedosa: “Entenebrecidos no entendimento, separados da vida de Deus pela ignorância que há neles, pela dureza do seu coração”, diz Paulo aos efésios (Efésios 4:18); “Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e perverso; quem o conhecerá?”, diz Jeremias (Jeremias 17:9); e a inclinação da carne, já o citamos, é inimizade contra Deus.

O pecado, na doutrina bíblica, não é uma avaria periférica que polui a vontade e poupa o intelecto; é uma revolta total da pessoa total, e o intelecto revoltado não fica neutro, fica militante: suprime a verdade, fabrica explicações, e produz, do material honesto da percepção, os deuses que convêm ao coração. Calvino condensou a hamartiologia do conhecimento numa frase de oficina que vale um tratado: “a imaginação do homem é, por assim dizer, uma perpétua fábrica de ídolos”.¹¹ Perpétua: não descansa. Fábrica: não improvisa, produz em série, com método e acabamento. E a matéria-prima da fábrica é exatamente aquela que o realismo clássico coroou como fonte do saber, a experiência trabalhada pela imaginação.

Meça-se agora o sistema olavista contra essa antropologia, e a medida condena não um detalhe, mas o gesto inteiro. Uma epistemologia que ignora a queda pode, no máximo, ser ingênua;

uma pedagogia que, num mundo caído, ensina milhares de almas a confiar crescentemente na própria percepção treinada, a subir camadas pela técnica, a deixar que a realidade lhes fale sem submeter o ouvido ao teste da Palavra, essa não é ingênua, é a fábrica de ídolos recebendo curso de aperfeiçoamento industrial.

E aqui se revela o abismo final entre Roma e a Reforma, que o sistema herdou de Roma sem exame: para a síntese católica, a natureza está ferida mas de pé, e a graça a eleva, coroando com dons sobrenaturais um edifício natural fundamentalmente confiável; para a Escritura como a Reforma a leu, o homem natural está entre aqueles a quem Deus “vivificou, estando vós mortos em ofensas e pecados” (Efésios 2:1), e o que ele precisa não é de elevação, é de ressurreição, não é de coroa, é de novo nascimento. Na ordem do conhecer, a diferença é total. O sistema dos graus promete ascensão: treina-se o olho, sobe-se a camada, amplia-se o círculo, e o homem, o mesmo homem, vê cada vez mais.

O evangelho promete outra coisa, e a promete pela boca do próprio Senhor a um mestre religioso de percepção finíssima: “Na verdade, na verdade te digo que aquele que não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus” (João 3:3).

Não pode ver.

O defeito não está no grau do olho, está na natureza do vidente, e nenhuma técnica atravessa essa fronteira, porque “o que é nascido da carne é carne” (João 3:6), ainda que seja carne eruditíssima, contemplativa e unificada em camada superior. O realismo que ignora a queda termina, sempre, numa escada de aperfeiçoamento; a fé que a conhece começa, sempre, num túmulo aberto. São duas

religiões, e o leitor que chegou até aqui já sabe em qual das duas o sistema inteiro deste processo se inscreve, com muralha, batismo, analogia e tudo.

Veredito: a muralha era areia

Recolho o capítulo diante do tribunal, e desta vez a sentença pode ser breve, porque as quatro perguntas já trazem as respostas coladas. De onde parte o aristotelismo, batizado ou pagão? Da percepção da criatura, por confissão do seu primeiro princípio, nada no intelecto que não tenha vindo dos sentidos; parte do homem, portanto, e a antiguidade do erro não o converte em verdade, apenas lhe dá mais funerais.

O que é a verdade no sistema? O ajuste do conceito abstraído à coisa percebida, ajuste certificado, no último recurso, por faculdades declaradas infalíveis por decreto, o intelecto agente e o nous, oráculos gregos que o capítulo desmascarou como o conhecimento por presença de toga. Qual o critério do erro? Nenhum que sobreviva ao problema da seleção e ao abismo da indução; a peneira dialética refina opiniões, e opinião refinada é opinião. Quem julga quem? A razão natural julgou tão soberanamente que demonstrou deus à sua imagem, o motor que não fala, e legou aos séculos a casa de dois andares cujo térreo devorou o de cima.

E quanto à guerra do mestre contra o racionalismo, fica lavrado o veredito que dói mais nos que o amaram: foi guerra civil dentro da autonomia, o percipio destronando o cogito, e o imposto dessa guerra foi pago pelo Logos, rebaixado a arte do imaginário no mesmo curso que jurava defender a inteligência.

A muralha era areia, areia antiga, areia ilustre, assentada por pedreiro genial, e areia.

E que fique lavrado, para que ninguém saia deste capítulo com a caricatura no bolso, o que o cristão faz com o próprio Aristóteles depois de derrubada a muralha: usa-o. Usa o organon como se usa a gramática, recebendo com gratidão, pela graça comum, o trabalho de um pagão que catalogou com precisão insuperada as formas válidas do raciocínio que o Logos imprimiu em toda mente; estuda-lhe a ética e a política como se estuda o relatório de um observador arguto sobre um país que ele descreveu bem e cuja capital nunca visitou; e recusa-lhe, com a firmeza deste capítulo, o único posto que a escola lhe deu e que nenhum grego pode ocupar, o de fundamento. Aristóteles catalogado é servo útil; Aristóteles fundacional é ídolo de biblioteca, e a diferença entre as duas posições é exatamente a diferença que este livro veio ensinar: a que separa usar a criatura de edificar sobre ela.

Tu, leitor, que talvez tenhas descansado anos atrás dessa muralha, crendo que o realismo clássico te guardava do subjetivismo e a escolástica te guardava do misticismo, olha agora o terreno aplainado e faz a conta que este livro veio te ensinar a fazer: derrubada a presença, derrubada a abstração, derrubado o batismo, que resta de pé no sistema inteiro que não seja a autoridade do olho treinado do mestre?

Nada resta.

E é precisamente por isso que o próximo capítulo deixa a epistemologia e abre o processo espiritual, porque uma casa sem fundamento que permaneceu habitada por décadas não se

sustentou pela arquitetura; sustentou-se por aquilo que a habitava, e chegou a hora de acender a luz e dizer o nome.

Notas

1. Olavo de Carvalho, *Aristóteles em Nova Perspectiva*, na descrição das quatro ciências do discurso como círculos concêntricos, da abertura das possibilidades às premissas cientificamente válidas decantadas do senso comum pela triagem dialética. ↩
2. Gordon H. Clark, *Language and Theology*, sobre a incapacidade da indução de alcançar proposições universais. ↩
3. Gordon H. Clark, *Três Tipos de Filosofia Religiosa*, sobre a inutilidade das correções de pormenor quando o empirismo básico de Tomás de Aquino está errado, exigindo-se a mudança do método epistemológico. ↩
4. Gordon H. Clark, *Religião, Razão e Revelação*, no exame do argumento cosmológico, com a objeção recolhida de Edwin A. Burt sobre a competência da razão. ↩
5. Gordon H. Clark, *Religião, Razão e Revelação*, sobre a circularidade dos conceitos de ato e potência na prova do movimento e o colapso do sistema pela invalidez de um silogismo essencial. ↩
6. Gordon H. Clark, *Religião, Razão e Revelação*, no repúdio à ideia de uma linguagem teológica especial, essencialmente diferente da usada nos demais assuntos, e à pretensão de um pensamento analógico sem âncora não analógica. ↩

7. Olavo de Carvalho, *A Dialética Simbólica*, sobre o símbolo como sendo essencialmente aquilo que simboliza e como instrumento de elevação do intelecto no plano da realização espiritual. ↩
 8. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, volume de aulas 11 a 20, sobre a matemática como atividade construtiva do imaginário sem relação com a realidade exterior. ↩
 9. Olavo de Carvalho, *Edmund Husserl contra o Psicologismo*, sobre a validade ideal e incondicionada dos princípios lógicos, que não pode depender de nada real. ↩
 10. Gordon H. Clark, *Religião, Razão e Revelação*, na doutrina do Logos como a Razão que dota toda mente de luz intelectual. ↩
 11. João Calvino, *As Institutas*, livro I, capítulo 11, sobre a imaginação do homem como perpétua fábrica de ídolos. ↩
-

CAPÍTULO 5: A CONSEQUÊNCIA ESPIRITUAL: GNOSE, INICIAÇÃO E TRADIÇÃO PERENE

A instância muda, o método permanece

Os quatro capítulos anteriores julgaram um sistema de conhecimento; este julga um espírito, e o leitor sentirá a mudança de temperatura, porque ela é real e eu não pretendo disfarçá-la. Mas a mudança de instância não altera o método, e antes de abrir o processo fixo as suas três regras, mais severas aqui do que em qualquer outro capítulo, precisamente porque a matéria é a que mais se presta ao abuso. Primeira regra: só fontes primárias. Nesta parte do livro não entra boato, não entra vídeo de terceiro, não entra memória de bastidor, não entra escândalo requentado; entra o que Olavo de Carvalho escreveu e publicou, citado com obra e lugar, para que cada leitor confira.

Segunda regra: terminologia exata. Não usarei apelidos de púlpito nem categorias de indignação; usarei os termos que a própria literatura do campo consagrou, esoterismo, iniciação, gnose, tradição perene, definidos antes de aplicados, porque acusação com conceito frouxo é absolvição garantida em segunda instância. Terceira regra: justiça integral ao réu. Este capítulo registrará, com o

mesmo destaque das peças de acusação, tudo aquilo em que Olavo criticou os esoteristas, porque ele os criticou, e uma acusação que esconde as defesas do acusado não é acusação, é fraude processual.

Feitas as regras, a tese, que o leitor já viu amadurecer desde o terceiro capítulo: a dimensão esotérica no pensamento de Olavo de Carvalho não é acidente biográfico, mancha de juventude ou excentricidade lateral; é coerência de sistema. Quando a revelação proposicional deixa de ser o fundamento, e vimos que no sistema ela nunca o foi, o que sobe ao trono é a experiência graduada, e experiência graduada com técnica de acesso, mestres qualificados e símbolos operativos tem nome na história das religiões. Este capítulo prova que o nome se aplica, e prova com o padrão que a Escritura mesma institui para casos assim.

Porque a Escritura tem um padrão, e ele precisa ser lido antes do dossiê, para que o leitor saiba com que balança pesamos. Deuteronômio 13 legisla sobre o profeta que dá sinal ou prodígio, e o sinal se cumpre: “E suceder o tal sinal ou prodígio, de que te houver falado, dizendo: Vamos após outros deuses, que não conheceste, e sirvamo-los; não ouvirás as palavras daquele profeta ou sonhador de sonhos” (Deuteronômio 13:2 e 3). E o texto dá a razão: o Senhor vosso Deus vos prova.

O texto é uma revolução epistemológica que a cristandade nunca terminou de digerir: o prodígio real não valida o profeta; o conteúdo doutrinário o julga. Erudição deslumbrante, percepção finíssima, vitórias culturais verdadeiras, tudo isso pertence à categoria do sinal que se cumpre, e o teste bíblico atravessa o sinal e pergunta uma única coisa: para onde este mestre conduz? “À lei e ao testemunho!

Se eles não falarem segundo esta palavra, é porque não há luz neles”, sela Isaías (Isaías 8:20). Não há luz neles: o profeta escolhe a palavra com precisão cirúrgica contra os mestres da iluminação. E João ordena “provai se os espíritos são de Deus, porque já muitos falsos profetas se têm levantado no mundo” (1 João 4:1), com teste confessional e proposicional.

Eis a balança. Ponha-se agora o peso.

Uma palavra, ainda, ao leitor que não partilha a minha fé e que talvez considere este capítulo assunto interno de igreja: não é, e peço que permaneça.

Mesmo suspensa a balança bíblica, o que segue tem valor de história intelectual pura: um autor foi vendido ao Brasil, e comprado por meio Brasil, como filósofo realista clássico, restaurador da sobriedade aristotélica contra os delírios modernos, e este capítulo demonstra, com os textos publicados dele, que a sua obra pertence, por estrutura e por confissão, à família do esoterismo ocidental, com Guénon admirado, Schuon coroado, sacramentos iniciáticos e astrologia simbólica no currículo. O leitor secular não precisa crer em Deuteronômio para reconhecer que há, entre a embalagem e o conteúdo, uma distância que o consumidor tinha o direito de conhecer; precisa apenas do que o próprio mestre lhe ensinou a exigir de todos os outros, a verificação nas fontes. Feita a ressalva, sigo com a minha balança, que declaro no peso e no fiel.

O dossiê, peça por peça

A primeira peça é estrutural e o segundo capítulo já a exibiu: O Saber e o Enigma, livro de introdução à filosofia, dedica a sua terceira parte inteira ao esoterismo na história e hoje em dia, subindo sem ruptura de método da teoria da percepção ao simbolismo astrológico e deste aos ritos iniciáticos, ao sufismo, à Maçonaria e à Tradição Primordial.¹ Registro de novo o dado bruto porque a sua estranheza se gasta com o hábito e não deveria: em que outra introdução à filosofia publicada em português o aluno atravessa Guénon e as tariqas para completar o currículo básico?

A segunda peça é conceitual: o livro define com esmero o rito como repetição formalizada de um gesto primordial, define os ritos mágicos como “aqueles nos quais, através de um jogo com as formas dos entes e, portanto, com as suas afinidades ao menos aparentes, o sujeito controla ou pelo menos acredita controlar certas forças sutis da natureza”, e esclarece os conceitos de iniciação, exoterismo e esoterismo como chaves de leitura do fenômeno religioso.²

A terceira é sociológica, e o leitor deve lê-la duas vezes: descrevendo as tariqas do sufismo, Olavo explica: “O sheikh o inicia, e ele passa imediatamente a ter a obrigação de obedecê-lo em tudo.” E detalha a fórmula tradicional: o iniciante “se coloca nas mãos do sheikh como o cadáver se coloca nas mãos do lavador de cadáveres”, numa “obediência totalmente passiva em todos os aspectos da vida”, dentro de uma rede de grupos visíveis e secretos que ele compara, expressamente, à Maçonaria.³ Guarde o leitor a

fórmula da obediência total ao iniciador; o sexto capítulo a reencontrará mais perto de casa.

A quarta peça exige a justiça que prometi, e presto-a por inteiro. Expondo René Guénon, Olavo não é devoto cego: reconstrói o programa guenoniano: “temos de preparar uma elite espiritual ocidental a partir dos ensinamentos de mestres espirituais orientais qualificados, especificamente islâmicos, sufis”, e “Guénon acredita piamente na existência de uma Tradição Primordial, uma religião originária, a religião de Adão, que teria depois se diversificado sob formas exotéricas diferentes”; e expõe o dilema final do mestre francês, restaurar o Ocidente por uma injeção de esoterismo islâmico na Igreja Católica ou islamizá-lo de vez; e levanta contra esse programa perguntas críticas explícitas, duvidando que Guénon tenha identificado corretamente o esoterismo cristão e que a Igreja seja incapaz de restaurar-se por si.⁴

Anoto a crítica no crédito do réu. Mas anote o leitor o que a crítica pressupõe, porque é aí que o processo avança: Olavo não pergunta se existe esoterismo verdadeiro; pergunta se Guénon acertou o endereço do esoterismo cristão. A moldura perenialista, a existência de um núcleo esotérico nas tradições, a legitimidade da iniciação, o duplo registro exotérico e esotérico da religião, nada disso está em julgamento no texto dele; em julgamento está apenas a topografia.

E a quinta peça confirma: tratando do perenialismo maduro, Olavo o distingue com cuidado do universalismo raso da Nova Era, louva no ensinamento perenialista a “superabundância de provas documentais, de argumentos racionais, de toda uma ciência organizada do simbolismo universal e do comparatismo, da qual

nascem tours de force intelectualmente deslumbrantes”, e registra, com visível aprovação, que a Unidade Transcendente das Religiões de Schuon foi considerada por T. S. Eliot o maior feito de todos os tempos na religião comparada.⁵

A sexta peça é a pedra angular do dossiê, e está lavrada num capítulo cujo título já é confissão: A Igreja e seus sacramentos iniciáticos. Ali Olavo argumenta, contra Blavatsky, Steiner, Gurdjieff e as pretensas organizações esotéricas cristãs, que não há traço delas nos dez primeiros séculos da Igreja, e cita o próprio Senhor, “eu sempre ensinei na sinagoga e no templo, onde os judeus sempre se ajuntam, e nada disse em oculto” (João 18:20), para derrubar as iniciações paralelas.⁶

Até aqui, o pastor aplaude. Mas siga-se o argumento até a sua conclusão, que é o coração de tudo: se não há esoterismo cristão paralelo, é porque, diz ele, “os sacramentos da Igreja não são meros ‘ritos de agregação’. São iniciáticos de pleno direito”, e dão acesso, “Deo juvante, ao conhecimento mais íntimo da Realidade Suprema a que um ser humano pode aspirar”, com Gálatas 2:20 servindo de prova e o Catecismo de João Paulo II, que fala dos passos da iniciação cristã, servindo de chancela. E a página seguinte traz a confissão em primeira pessoa: “os sacramentos, compreendidos do ponto de vista iniciático, se apresentam como uma promessa tão maravilhosa, tão gigantesca, que as pessoas têm medo de assumi-la. Eu mesmo tenho.”⁷

Leia o leitor devagar o que acaba de ler: a resposta de Olavo a Guénon não foi negar a categoria da iniciação; foi relocizá-la, instalando-a no coração sacramental da Igreja de Roma. O

cristianismo não é, para ele, a religião que denuncia o esquema iniciático; é a tradição cujas iniciações verdadeiras são o Batismo e a Eucaristia, portas graduadas de acesso à Realidade Suprema. O perenialismo não foi refutado; foi batizado, e o leitor do capítulo anterior sabe o que os batismos de sistema convertem.

Restam as peças já conhecidas, que enumero para o dossiê ficar completo nos autos: a astrologia, à qual volto em seção própria, apresentada nestes termos: "A astrologia como sistema simbólico é uma coisa e a astrologia como pretensa ciência analítica e preditiva é outra"⁸; o conceito fundador do sistema epistemológico inteiro, o conhecimento por presença, atribuído pelo próprio autor ao vislumbre de Suhrawardi, mestre persa do iluminacionismo⁹; a psicologia das doze camadas, patamares de unificação que cada um deve conceber até onde acredita poder chegar¹⁰; e a doutrina do símbolo como instrumento de elevação do intelecto no plano da realização espiritual, capaz, pela inversão da inversão, de operar também o rebaixamento das consciências.¹¹

O dossiê está montado, todo ele em texto publicado do réu. E antes de passar às definições, registro o agravante que paira sobre todas as peças e que um tribunal humano chamaria de circunstância qualificadora: o público. Nada disso foi escrito para especialistas em história das religiões, vacinados pelo ofício; foi escrito e lecionado como introdução, para principiantes, para o jovem convertido de vinte anos que baixou o curso num fim de semana, para o pai de família que queria aprender a estudar, para o crente faminto que confundia, com toda a inocência dos famintos, erudição com verdade.

A doutrina dos ritos mágicos, a obediência ao sheikh, a Tradição Primordial e os sacramentos iniciáticos entraram em milhares de almas brasileiras não como objeto de crítica, mas como primeira gramática do mundo espiritual, apresentada pela voz mais persuasiva que essas almas haviam ouvido. O direito conhece a diferença entre vender bebida a adultos e servi-la no pátio da escola; a teologia também, e o Senhor a cravou: “qualquer que escandalizar um destes pequeninos, que crêem em mim, melhor lhe fora que se lhe pendurasse ao pescoço uma mó de azenha, e se submergisse na profundidade do mar” (Mateus 18:6). Guardo o agravante nos autos, que o capítulo seguinte medirá os seus efeitos.

Passemos às definições, e depois à sentença.

O coração panteão: o caso Ibn Arabi

Uma peça do dossiê merece vitrine própria, porque nela a unidade transcendente deixa de ser tese e vira imagem, e imagens ensinam mais depressa que teses. Expondo o sufismo, Olavo transmite, com evidente admiração, a fórmula de “o próprio Muhammad Ibn ‘Arabi, o maior dos mestres sufi”, que “dizia que seu coração é ao mesmo tempo uma mesquita, uma sinagoga, uma catedral católica, um templo budista etc. O que não quer dizer que exotericamente ele não continuasse um muçulmano ortodoxo.”¹² A fórmula é linda, e a sua beleza é o perigo, de modo que vou desmontá-la devagar.

Note o leitor, primeiro, a arquitetura: a ortodoxia fica do lado de fora, na casca exotérica, como uniforme que se veste por decore; a universalidade fica dentro, no coração, que hospeda todos os cultos porque já mora acima de todos. É o duplo registro da gnose em

anatomia: o peito do iniciado é maior que a sua confissão, e a confissão vira roupa.

Segundo, a pergunta que a beleza anestesia: um coração que é ao mesmo tempo mesquita, sinagoga, catedral e pagode adora, exatamente, a quem? A resposta honesta é: a nenhum dos deuses nomeados, e sim à Realidade inominada de que todos seriam vestes, o que significa que o coração panteão não é o cume da devoção, é a sua dissolução, um templo de todos os cultos onde culto nenhum é levado a sério como verdade.

E terceiro, a resposta da Escritura, que já enfrentou essa formosura: “E que consenso tem o templo de Deus com os ídolos? Porque vós sois o templo do Deus vivente”, pergunta Paulo (2 Coríntios 6:16). O coração do crente é, de fato, um templo, e a Escritura o diz antes de qualquer sufi; mas é templo de um só Morador zeloso, que não divide o pátio, e a diferença entre o coração templo e o coração panteão é a mesma que separa o casamento da hospedaria. Quando o Deus vivo entra, os ídolos saem, como Dagom, que amanheceu “caído com o rosto em terra, diante da arca do SENHOR” (1 Samuel 5:3); onde os ídolos permanecem enfileirados em harmonia, quem ainda não entrou foi Ele. A fórmula de Ibn Arabi, admirada no texto do réu sem uma linha de protesto, é a fábrica de ídolos de Calvino com prateleiras ecumênicas, e o fato de as prateleiras serem de mogno erudito não muda o estoque.

A fenomenologia neutra da magia

Outra peça pede lupa, porque o seu veneno está na temperatura, e temperaturas escapam ao leitor apressado. O dossiê registrou que O

Saber e o Enigma define os ritos mágicos com o distanciamento sereno de um verbete, e vale reler a frase inteira: “Ritos mágicos são aqueles nos quais, através de um jogo com as formas dos entes e, portanto, com as suas afinidades ao menos aparentes, o sujeito controla ou pelo menos acredita controlar certas forças sutis da natureza.”¹³

Detenha-se o leitor menos no conteúdo e mais no tom: a magia comparece ao manual como espécie taxonômica do gênero rito, classificada entre vizinhas, sem uma palavra que a situe diante do Deus vivo. Ora, um professor cristão pode e deve explicar o que os magos creem fazer; a fenomenologia da religião é ofício legítimo.

Mas há uma diferença, que toda a Escritura sublinha a ferro, entre explicar a magia e naturalizá-la, e a diferença se mede num detalhe: o manual bíblico do fenômeno religioso jamais descreve a feitiçaria sem o veredito colado à descrição. Deuteronômio 18 lista “adivinhador, nem prognosticador, nem agoureiro, nem feiticeiro; nem encantador, nem quem consulte a um espírito adivinhador, nem mágico, nem quem consulte os mortos”, e sela a lista inteira com a palavra que não admite temperatura ambiente: “todo aquele que faz tal coisa é abominação ao SENHOR” (Deuteronômio 18:10 a 12). Não porque as forças sutis sejam fantasia inofensiva, mas precisamente porque a região existe e está ocupada, e o povo da aliança não recebe aulas de apreciação comparada do território inimigo; recebe ordem de não pisar nele.

O contraste pedagógico é total e resume dois mundos: a escola da presença ensina a mapear com serenidade os usos das forças sutis, porque no seu cosmos de latências toda técnica de acesso é, em

princípio, informação respeitável; a escola da Palavra ensina o mapa com a caveira desenhada em cima, porque no seu cosmos governado há um adversário e há uma guerra. Um currículo que apresenta a manipulação do sutil com a mesma voz com que apresenta a silogística não está sendo científico; está sendo catequético, e a catequese é a da neutralidade diante do que Deus chamou abominável, que é a primeira lição prática de todo esoterismo: antes de ensinar a fazer, ensina-se a não temer.

O que é gnose, definida e não xingada

A palavra gnose apanhou tanto na polêmica religiosa que chega ao tribunal precisando de banho e roupa limpa, e eu a lavo antes de usá-la, porque este processo não condena por apelido.

Chamo gnose, na esteira do uso histórico que vai dos heresiólogos antigos aos historiadores modernos do esoterismo, a toda estrutura religiosa que apresente, juntas, estas seis marcas. Primeira: a salvação, ou realização, ou libertação, vem pelo conhecimento, não pela fé numa obra feita por outro em nosso favor; conhecer, no sentido de experimentar interiormente o real supremo, é o próprio ato salvífico. Segunda: esse conhecimento se dá por graus; há uma escada de estados, camadas, estações ou esferas, e os homens se distribuem por ela em iniciados, caminantes e profanos. Terceira: a subida exige iniciação e técnica; não basta ouvir e crer, é preciso ser introduzido, ritualmente ou pedagogicamente, por quem já subiu, e praticar as disciplinas do olhar interior.

Quarta: o veículo do conhecimento é o símbolo, não a proposição; a letra é casca para o povo, o sentido é miolo para os aptos, e toda

tradição carrega esse duplo registro, exotérico para a multidão, esotérico para a elite. Quinta: as tradições religiosas, na casca, divergem; no miolo, convergem, porque todas descem de uma sabedoria originária e apontam para a mesma Realidade que os nomes divinos apenas vestem. Sexta: a autoridade espiritual pertence ao realizado, ao homem de grau superior, e a obediência do discípulo ao mestre é a forma concreta da subida.

Seis marcas, e nenhuma inventada por mim para a ocasião; o leitor as encontrará em qualquer manual honesto, e as encontrará, uma a uma, nos textos de Valentim e dos sufis, dos cabalistas e dos teósofos, com as variações de figurino que dois mil anos impõem.

Agora o cotejo, e peço ao leitor que o faça comigo com o dossiê aberto, marca contra peça.

A salvação pelo conhecimento experimentado: os sacramentos iniciáticos de pleno direito, acesso ao conhecimento mais íntimo da Realidade Suprema a que o homem pode aspirar; a fórmula é do réu, e nela a Eucaristia já não sela uma justificação recebida por fé, franqueia um conhecimento supremo. Os graus: as doze camadas da personalidade, os círculos crescentes de latência, os níveis de consciência, a escada inteira que os capítulos anteriores mediram. A iniciação e a técnica: o treinamento da consciência para que a realidade lhe fale, a contemplação amorosa como ascese do olhar, o sheikh que inicia e é obedecido em tudo, descrito sem uma palavra de protesto teológico. O símbolo como veículo: todo conhecimento é simbólico, e o símbolo é essencialmente aquilo que simboliza, instrumento de elevação espiritual.

A convergência das tradições: a Tradição Primordial exposta com admiração documental, a Unidade Transcendente coroada com o elogio de Eliot. A autoridade do realizado: a epistemologia inteira dos capítulos três e quatro, na qual a divergência se resolve verticalmente e o critério ausente é preenchido pela hierarquia dos olhos. Seis marcas, seis correspondências, todas documentadas. Eu não chamei o sistema de gnose; eu defini gnose e o sistema atendeu pelo nome. Há uma diferença entre xingar e identificar, e este capítulo acaba de percorrê-la inteira diante do leitor.

Que os discípulos contestem, se quiserem, mas contestem no único terreno que resta: mostrando que alguma das seis marcas não está documentada, ou que a definição não corresponde ao uso histórico do termo. Enquanto a contestação não vier por essas duas portas, e por outras não há entrada, a identificação permanece nos autos com força de coisa provada.

O cristianismo recusa ser uma tradição

Contra tudo isso a Escritura não opõe uma tradição melhor; opõe a recusa da categoria, e essa recusa é o cristianismo. O perenialismo, mesmo na versão batizada que o dossiê documentou, trata a fé cristã como espécie de um gênero, uma das grandes tradições, dotada como as outras de casca exotérica e miolo iniciático, apontando como as outras para a Realidade Suprema que os nomes vestem.

Ora, a primeira palavra do Deus vivo à sua igreja no Sinai foi a demolição do gênero: "Eu sou o SENHOR teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante

de mim” (Êxodo 20:2 e 3). Não há, na Escritura, uma Realidade Suprema além dos nomes; há um Nome, zeloso, que recusa partilha e chama os outros nomes de vaidade e mentira. O Cristo bíblico não se apresenta como a via ocidental para o cume comum; apresenta-se com o artigo definido que escandaliza todo comparatismo: “Eu sou o caminho, e a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim” (João 14:6); e os seus apóstolos, diante do sinédrio, cravam que “debaixo do céu nenhum outro nome há, dado entre os homens, pelo qual devamos ser salvos” (Atos 4:12).

Elias no Carmelo formulou a alternativa com a grosseria santa que o perenialismo mais refinado não suporta ouvir: “Até quando coxeareis entre dois pensamentos? Se o SENHOR é Deus, segui-o; e se Baal, segui-o” (1 Reis 18:21). O monte da convergência das tradições tem, na Bíblia, um nome e uma cena, e a cena termina com fogo do céu e o ribeiro de Quisom.

E quanto ao duplo registro, exotérico para o povo e esotérico para os aptos, que é a espinha dorsal de toda gnose e que o sistema instalou nos próprios sacramentos, o Novo Testamento o conhece, o nomeia e o executa. O vocabulário do mistério, que os iniciáticos de todos os séculos reivindicam, é usado por Paulo com uma inversão deliberada e polêmica: “o mistério que esteve oculto desde todos os séculos, e em todas as gerações, e que agora foi manifesto aos seus santos”, escreve ele aos colossenses (Colossenses 1:26); e aos efésios, que lhe coube “anunciar entre os gentios, por meio do evangelho, as riquezas incompreensíveis de Cristo, e demonstrar a todos qual seja a comunhão do mistério, que desde os séculos esteve oculto em Deus” (Efésios 3:8 e 9).

Manifestado, anunciado, a todos: o mistério cristão é um segredo que Deus contou, em praça pública, de uma vez por todas, e a igreja não é o círculo dos que o guardam, é o coral dos que o gritam. Nada ensinei em segredo, disse o Senhor, e Olavo citou a frase para derrubar as iniciações paralelas sem perceber que ela derruba igualmente a iniciação relocalizada, porque um sacramento que dá acesso graduado a um conhecimento íntimo reservado reconstrói, dentro da igreja, exatamente o segredo que o Senhor negou ter ensinado.

Os sacramentos bíblicos são outra coisa, e a Reforma gastou sangue para dizê-lo: sinais e selos visíveis da aliança, pregação encenada do mesmo evangelho que a boca anuncia, dados a todo o povo crente, do doutor à criança de peito no caso do sinal da promessa, sem grau, sem escada, sem elite; e Gálatas dois e vinte, arrancado ao seu texto para servir de prova iniciática, diz o contrário do que lhe fizeram dizer, pois o já não sou eu quem vive de Paulo não descreve o cume de uma realização por técnica, descreve a posição jurídica de todo crente, do mais simples ao mais sábio, crucificado com Cristo e vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e a si mesmo se entregou por mim.

A fé, não o grau. O dom, não a subida.

E a própria palavra gnose recebeu do apóstolo o seu epitáfio antecipado, no fecho da primeira carta a Timóteo: “guarda o depósito que te foi confiado, tendo horror aos clamores vãos e profanos e às oposições da falsamente chamada ciência. A qual, professando-a alguns, se desviaram da fé” (1 Timóteo 6:20 e 21). A palavra que a Almeida verte por ciência é, no grego do apóstolo,

gnosis. Falsamente chamada: o Espírito Santo previu a etiqueta e a rasgou dezenove séculos antes deste processo.

A astrologia no tribunal

A peça astrológica merece exame separado, porque nela o réu construiu a sua defesa mais inteligente e o leitor precisa vê-la cair pelo lado certo. A defesa, documentada no dossiê, distingue: uma coisa é a astrologia como sistema simbólico, imagem geral do mundo cuja correspondência com a estrutura do acontecer humano é questão respeitável; outra, a astrologia como pretensa ciência preditiva, questão distinta e adiada.¹⁴ O golpe retórico é hábil, pois desloca o escândalo para a previsão de horóscopo e abriga a essência sob o teto acadêmico do símbolo.

Pois eu aceito a distinção e julgo o abrigo. Primeiro, com a lei: a Escritura não condena a astrologia apenas como má ciência preditiva; condena-a como culto, na raiz simbólica mesma. Guarda-te, ordena Deuteronômio, não levantes os olhos aos céus e, vendo o sol, a lua e as estrelas, te deixes seduzir para te inclinares perante eles; não vos assombreis com os sinais dos céus, ordena Jeremias, porque com eles se assombram as nações; e Isaías entrega ao fogo, no dia da ira, os que contemplam os astros e nos novilúnios prognosticam. O pecado denunciado não é o erro de cálculo; é a atribuição às criaturas celestes de uma significação regente sobre a vida humana, e essa atribuição é exatamente o que a astrologia como sistema simbólico afirma, com ou sem previsão.

Segundo, com a doutrina do próprio réu: no sistema, o símbolo é essencialmente aquilo que simboliza¹⁵, e portanto validar o

simbolismo astrológico jamais poderia ser, dentro da escola, um exercício inocente de tipologia; pelo estatuto que a própria casa deu ao símbolo, reconhecer nos planetas um sistema simbólico total do mundo é reconhecer-lhes participação essencial naquilo que significam, e a defesa acadêmica morre pela mão da hermenêutica doméstica.

E terceiro, com o teorema deste livro: a acusação mais grave contra a epistemologia da presença não é que ela tolere a astrologia, é que ela a torna razoável. Num cosmos que é texto de latências significativas lido por consciências graduadas, os astros são as letras maiúsculas, e o astrólogo é apenas o leitor consequente. Uma filosofia sob a qual a astrologia se torna razoável está refutada por aquilo que torna razoável, e esse é o modo apagógico de dizer o que o salmo diz em doxologia: os céus proclamam a glória de Deus, e quem os lê como proclamação de si mesmo, do seu temperamento e do seu destino, trocou a glória do Criador pela conveniência da criatura, no movimento exato que Romanos um descreve.

Eu li os céus desse modo errado, por influência desta escola, e o prólogo o confessou; sei, portanto, do que estou absolvendo o leitor que ainda não entrou e do que estou chamando de volta o que entrou.

A pátria do conceito: Suhrawardi cobrado

Resta cobrar a fatura aberta no terceiro capítulo, a da certidão de origem. O conceito que dá nome ao fundamento do sistema, e título ao livro do seu melhor sistematizador, foi vinculado pelo próprio

Olavo, em texto publicado, ao vislumbre de Suhrawardi, filósofo iraniano do século doze.¹⁶

Quem foi Suhrawardi, o leitor cristão tem o direito de saber em duas linhas honestas: o Sheikh al-Ishraq, mestre da iluminação, fundador da escola iluminacionista persa, para quem a realidade é uma hierarquia de luzes descendo da Luz das Luzes, e o conhecimento supremo é presencial, a alma conhecendo por união luminosa, sem mediação de forma ou proposição, ciência que se cultiva por disciplina ascética e visão, no cruzamento confesso da filosofia grega com a sabedoria do antigo Irã e a mística sufi.

Não pratico culpa por associação, e o leitor me viu recusá-la o livro inteiro; pratico geologia de conceitos, que é outra coisa. Conceitos carregam a metafísica do solo em que nasceram, e o conhecimento por presença nasceu num solo onde ele fazia sistema com a hierarquia das luzes, os graus da alma, a ascese do olhar e o mestre iluminado; transplantado para o Brasil com etiqueta aristotélica, floresceu, e deu, como toda planta honesta, as flores da sua semente: graus, treinamento, símbolo, iniciação, tradição. O terceiro capítulo demonstrou que a doutrina não funciona como epistemologia; este mostra que ela funciona perfeitamente como aquilo que sempre foi, o coração teórico de uma mística da iluminação. A tripla intuição, com a sua percepção da luz como origem da certeza do mundo, o leitor a relerá agora com outros olhos, e não precisarei sublinhar nada.

As doze camadas e a santificação sem novo

nascimento

Entre as peças do dossiê, a psicologia das doze camadas pede exame teológico próprio, porque ela é a antropologia prática da escola, aquilo que o aluno leva para a vida devocional depois que fecha o caderno. A doutrina, o leitor a conhece do segundo capítulo: "A cada estágio traumático corresponde um padrão de autoconsciência, um eixo central de estruturação do indivíduo, ao menos a nível psicológico", e a teoria das doze camadas descreve essa escala; o amadurecimento consiste em atravessar os patamares, cabendo a cada um conceber até que camada acredita poder chegar.¹⁷

Ponha-se essa escada ao lado da doutrina bíblica da santificação e meçam-se as diferenças, que são quatro e são totais. A raiz: a santificação bíblica nasce de um ato de Deus, o novo nascimento, sem o qual, já o citamos de Nicodemos, não se vê coisa alguma; a escada das camadas nasce de um esforço do homem, e sobe-se por técnica, leitura e exercício, com a graça, quando mencionada, servindo de vento e nunca de nascimento.

O motor: a santificação opera pelos meios ordinários que a Palavra institui, a pregação, os sacramentos como sinais da promessa, a oração, a comunhão dos santos, meios públicos, dados igualmente ao doutor e à lavadeira; a escada opera por disciplinas de consciência que exigem instrução especializada, tempo letrado e direção qualificada, meios aristocráticos por natureza. A medida: o crescimento bíblico se afere pelo fruto do Espírito, amor, alegria, paz, longanimidade, coisas que uma avó analfabeta exhibe melhor que muitos filósofos; o progresso nas camadas se afere pela amplitude

da consciência e pela finura da percepção, coisas que coincidem, com suspeita exatidão, com os talentos naturais dos bem-dotados e bem-lidos.

E o teto: o crente sabe o seu destino porque Deus o declarou, ser conforme à imagem do Filho, alvo igual para todos os eleitos; o escalador das camadas concebe ele próprio até onde acredita poder chegar, isto é, recebe do sistema a tarefa espantosa de fixar o teto da própria alma.

Quatro diferenças, uma conclusão: a escada das camadas é a velha subida da alma, que Plotino ensinou aos gregos e toda gnose ensinou aos seus, agora em vocabulário psicológico moderno, e a sua função pastoral é a de sempre, substituir a santificação pela realização, o fruto pelo grau, a criança da aliança pelo iniciado promissor. O evangelho conhece essa troca e a respondeu de uma vez no templo: dois homens subiram a orar, e desceu justificado o que não subiu camada nenhuma.

A defesa biográfica respondida

Antes do teste final, cumpre ouvir e responder a defesa que os discípulos mais sinceros levantarão, porque ela é sincera e merece resposta à altura. “Isso tudo foi fase”, dirão. “O Olavo guenoniano e astrólogo pertence aos anos antigos; o homem converteu-se, tornou-se católico militante, criticou duramente o guenonismo.” E fecham: “Julgar a maturidade pela juventude não é injustiça de cronologia?”

Respondo em três tempos, com o dossiê na mão. Primeiro tempo: a periodização não socorre, porque a peça central do processo não é juvenil. O capítulo sobre os sacramentos iniciáticos, com a Realidade Suprema e a chancela do Catecismo, é precisamente a posição católica do autor; a tese de que o Batismo e a Eucaristia iniciam de pleno direito não é resíduo pré-conversão, é a forma que a conversão tomou, e portanto a fase romana não abandona a moldura iniciática, muda-lhe o endereço, exatamente como este livro previu no quarto capítulo ao descrever batismos de sistema. Segundo tempo: a crítica ao guenonismo, que registrei nos autos com destaque, incide sobre o programa e a topografia, a islamização do Ocidente, o erro de endereço quanto ao esoterismo cristão, e não sobre o gênero; em parte alguma do dossiê o autor declara falsa a categoria da iniciação, ilusória a Tradição Primordial ou idólatra a unidade transcendente, e um homem que rompe com o partido sem romper com a doutrina mudou de sede, e de seita, mas de fé, ainda não. Terceiro tempo, e decisivo: a epistemologia nunca mudou. O conhecimento por presença, os graus de consciência, o símbolo essencial, o treinamento do olhar, tudo isso o autor ensinou do primeiro livro à última aula, e este processo demonstrou, capítulo por capítulo, que essa epistemologia é a metafísica da iniciação. Enquanto o fundamento permaneceu, as fases foram figurinos; e o fundamento permaneceu até o fim, com a serenidade de quem nunca viu nele nada a converter. A defesa biográfica, portanto, prova involuntariamente a acusação: um homem atravessou astrologia, guenonismo e catolicismo romano sem que o seu conceito de conhecimento precisasse de reforma alguma, e sistemas que hospedam essas três estações sem reforma confessam, pela hospitalidade, a sua natureza. A biografia muda de capítulo; o

fundamento não muda de casa, e é o fundamento que este livro julga, do primeiro capítulo ao último, porque foi o fundamento que formou os alunos, em todas as fases, com a mesma mão.

A religião de Adão: duas histórias em guerra

Resta pesar a narrativa mestra do perenialismo, aquela que dá dignidade a todas as outras peças e que o dossiê registrou na exposição de Guénon: a Tradição Primordial seria a religião originária, a religião de Adão, depois diversificada sob as formas exotéricas das tradições históricas, cada qual conservando, no seu núcleo iniciático, o fio da sabedoria única.

A narrativa tem grandeza épica, e o cristão desavisado até lhe reconhece um parentesco: também nós cremos numa religião de Adão. Mas o parentesco dura uma frase, porque as duas histórias, postas lado a lado, guerreiam em cada capítulo. Qual era a religião de Adão, segundo a Escritura? Aliança verbal: um Deus pessoal que fala, um mandamento proposicional, uma promessa após a queda, a semente da mulher esmagará a cabeça da serpente, e um culto de sacrifício apontando para essa promessa. E o que aconteceu a essa religião na descendência? A Escritura responde sem romantismo: corrupção, não diversificação. Caim inventou culto próprio e foi rejeitado; a terra encheu-se de violência até o dilúvio; Babel dispersou; e Romanos um descreve a mecânica permanente do processo, conhecendo a Deus, não o glorificaram, mas se tornaram fúteis, e mudaram a glória do Deus incorruptível em semelhança de imagens. As religiões das nações, no mapa bíblico, não são vestes regionais da sabedoria adâmica; são os destroços dela, trabalhados

pela supressão e pela fábrica de ídolos, guardando aqui e ali, como todo destroço, fragmentos reconhecíveis do casco original, que é exatamente o que a revelação geral e a graça comum nos ensinam a esperar. E o fio verdadeiro da continuidade, a Escritura o traça em linha visível e nominal: Sete, Noé, Abraão, Israel, Davi, até a semente prometida, Cristo, e nenhum elo dessa corrente é um esoterismo, todos são aliança pública, proposicional, documentada. Eis as duas histórias: o perenialismo lê a história das religiões como diversificação de uma sabedoria que sobe por dentro de todas; a Bíblia a lê como degeneração de uma aliança que Deus preserva por fora de todas, numa linhagem eleita, até a encarnação. A primeira termina na unidade transcendente; a segunda, no ninguém vem ao Pai senão por mim. Não há síntese possível entre as duas, e o leitor que entendeu isso entendeu por que o perenialismo, por mais católico que se vista, é Romanos um lido de trás para diante: chama de tesouro repartido o que o apóstolo chamou de glória trocada.

O teste dos espíritos executado

Tudo pesado, execute-se o teste, e execute-se nos termos exatos de Deuteronômio treze, que separei no início para esta hora. O sinal e o prodígio, concedo-os por inteiro, e concedo-os com a gratidão que o prólogo lavrou: a erudição era real, a percepção cultural era finíssima, as vitórias contra os inimigos comuns foram verdadeiras, o talento de magistério, eu o vivi e o devo. O sinal se cumpriu.

Resta a única pergunta que a lei autoriza: que caminho este profeta apontou? E o dossiê responde com as peças dele: apontou sacramentos que iniciam a uma Realidade Suprema, uma Tradição

Primordial admirada nas suas provas, uma unidade transcendente das religiões coroada de elogio, uma escada de camadas subida por técnica, um cosmos astrológico razoável, um conceito fundador de pátria iluminacionista, e uma Escritura sentada, do primeiro ao último texto, no banco dos documentos simbólicos, decifrada pela consciência graduada e jamais juíza dela. Isso tem nome na carta aos gálatas, e não fui eu que o dei: outro evangelho, que não é outro, senão que há alguns que vos perturbam e querem transtornar o evangelho de Cristo. E a sentença correspondente também não é minha, e tremeo ao transcrevê-la, porque o apóstolo a estende até às criaturas mais altas: ainda que nós mesmos, ou um anjo do céu, vos anuncie evangelho que vá além do que vos temos anunciado, seja anátema. O Senhor Jesus, no sermão do monte, fechou a mesma porta pelo lado de dentro, e o seu fecho é o mais aterrador da Escritura precisamente porque descreve religiosos de alto desempenho: muitos me dirão naquele dia, Senhor, Senhor, não profetizamos nós em teu nome, e em teu nome não expulsamos demônios, e em teu nome não fizemos muitos milagres?; e então lhes direi abertamente: nunca vos conheci. Profecia real, poder real, nome certo na boca, e a sentença é a ausência de conhecimento, não do homem acerca de Deus, mas de Deus acerca do homem, que é o único conhecimento que salva e que nenhum grau alcança. O texto pulveriza de uma vez a régua inteira da realização: no tribunal final não se perguntará a camada, perguntará-se a aliança. A gravidade não está na palavra; está no fato de que a palavra se aplica, e este capítulo existiu para demonstrar, peça por peça e com as regras que fixei, que se aplica. Quanto ao homem, repito do prólogo o que a fé me permite: o juízo da alma pertence a Deus, e a minha esperança de que os últimos dias o tenham encontrado no

Cristo das Escrituras permanece de pé, e de joelhos. Quanto à doutrina publicada, que forma almas neste exato momento, a sentença está dada, e dada pelos textos.

Por que tantos crentes não viram

Antes do veredito, uma pergunta que o leitor evangélico traz atravessada desde a primeira seção, e que merece resposta porque a resposta é um exame de consciência coletivo: como foi possível que milhares de crentes, muitos deles reformados, alguns deles pastores, atravessassem esse dossiê inteiro durante anos, com o livro na mão e as aulas no ouvido, sem ver o que este capítulo viu?

Aponto três causas, e nenhuma delas absolve; explicam, que é ofício diferente. A primeira é a lei do inimigo comum. Olavo guerreava contra o esquerdismo que ocupava as universidades, a imprensa e, crescentemente, os púlpitos, e guerreava bem; e o crente sitiado, vendo pela primeira vez alguém vencer batalhas que ele perdia, contraiu a gratidão dos socorridos, que é a mais cega das gratidões. A lógica implícita, ninguém a formulava porque formulada ela morre: quem acerta contra Marx deve estar certo diante de Deus. O prólogo deste livro já gravou a resposta em pedra, e repito-a porque ela é o antídoto: o fato de alguém acertar contra a esquerda não significa que acertou diante de Deus, e Deuteronômio treze existe exatamente porque o sedutor eficaz chega vencendo. A segunda causa é a homonímia. O mestre falava de Deus, citava o Senhor Jesus, manejava a Escritura, defendia a religião contra os ateus; o vocabulário era o nosso, e o ouvido cristão, treinado a reconhecer as palavras, desaprendeu de pesar os sentidos. Mas o teste bíblico

nunca foi vocabular, porque o inimigo é poliglota e cita salmos no deserto; o teste é de conteúdo confessional, e conteúdo se pesa com a balança aberta, versículo contra tese, coisa que a gratidão da primeira causa desestimulava a fazer. E a terceira causa é a nossa, e escrevo-a como quem se inclui: o vácuo. Uma geração de convertidos famintos de intelecto chegou às igrejas e encontrou púlpitos que desconfiavam de livros, seminários que mastigavam apostilas, uma cristandade evangélica que havia entregado a vida da mente ao inimigo por desprezo ou por preguiça. A fome era legítima, e legítima por criação, pois o mandamento manda amar a Deus com todo o entendimento; e onde a casa não põe a mesa, os filhos comem na rua. Olavo de Carvalho não invadiu a igreja brasileira; foi recebido por um vazio que nós cavamos, e a parcela do juízo que toca aos seduzidos é menor, diante de Deus, do que a que toca aos que deveriam ter ensinado e não ensinaram. Este livro é, também, uma tentativa de pagar essa dívida da casa: pôr na mesa, com o rigor que a fome merece, o alimento que faltou.

Veredito: a coerência chegou em casa

Recolho o capítulo e fecho o círculo aberto no terceiro. Dissemos lá que a epistemologia da presença, destituída de critério, era uma porta; prometemos dizer quem entra. Está dito, e o modo de dizer importa tanto quanto o dito: não entrou um intruso.

A gnose não invadiu o sistema de Olavo de Carvalho; ela o habitava desde a fundação, porque uma epistemologia de contatos supraproposicionais, graus de consciência, símbolos operativos e treinamento do olhar não é uma filosofia que corre o risco de

misticismo, é a metafísica da iniciação já pronta, esperando apenas a liturgia. O Saber e o Enigma não comete um desvio ao terminar em Guénon; cumpre um itinerário. Os sacramentos iniciáticos não traem a teoria do símbolo; coroam-na. A astrologia não envergonha a doutrina da latência; ilustra-a. E a obediência total ao sheikh, descrita sem protesto, não escandaliza a pedagogia da presença; antecipa-lhe o organograma. A coerência, que nos sistemas verdadeiros é glória, é nos falsos a forma mais completa da condenação, porque prova que o erro não foi acidente de percurso, foi destino de fundamento; e o fundamento, o leitor o sabe desde o primeiro capítulo, foi escolhido contra a Palavra, na única escolha que nenhum homem evita fazer. Tu, leitor, que talvez estejas hoje com o caderno cheio e a madrugada comprometida, como eu estive, e que chegaste até aqui com o coração dividido entre a gratidão e o alarme, ouve o que a lei e o testemunho te dizem, e nota que não te mandam queimar os cadernos nem odiar o mestre: mandam-te voltar ao Livro que julga os cadernos e os mestres, e provar ali cada camada, cada símbolo, cada presença, porque se eles não falarem segundo esta palavra, é porque não há luz neles. E a prova tem método, que te entrego como quem entrega uma ferramenta e não um pânico: abre o caderno em qualquer página e pergunta a cada tese anotada, uma por uma, as quatro perguntas deste livro, de onde partes, o que chamas verdade, como reconheces o teu próprio erro, e quem julga quem entre ti e a Escritura; o que responder bem, guarda, que o sétimo capítulo te ensinará a guardar sem culpa; o que responder mal, risca, e agradece a Deus pela lição de discernimento que o próprio risco te deixa. Ninguém sai ileso de uma escola dessas, mas ninguém precisa sair de mãos vazias: sai-se com a cicatriz e com o critério, e o critério vale a cicatriz. A luz que

há, e que este processo inteiro serviu, tem nome, e o nome não está no cume de tradição nenhuma; está numa manjedoura, numa cruz e num túmulo vazio, e se fez conhecer, para escândalo de todos os iniciados da terra, por pregação pública de proposições, aos simples, de graça. O próximo capítulo desce da doutrina aos discípulos, e mede, no tipo humano que a escola formou, a colheita da semente que este capítulo identificou.

Notas

1. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, estrutura da obra, parte III, sobre o esoterismo na história e hoje em dia. ↩
2. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, parte III, nas definições de rito, ritos mágicos, iniciação, exoterismo e esoterismo. ↩
3. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, parte III, na descrição das tariqas sufis, da obrigação de obediência total ao sheikh iniciador e da comparação com a Maçonaria. ↩
4. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, parte III, na exposição do programa de René Guénon, da Tradição Primordial como religião de Adão e do dilema entre a injeção de esoterismo islâmico na Igreja Católica e a islamização do Ocidente, com as perguntas críticas do autor. ↩
5. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, parte III, no elogio das provas documentais do perenialismo, dos trabalhos de Guénon e da recepção da Unidade Transcendente das Religiões de Schuon por T. S. Eliot, com a distinção em face do universalismo da Nova Era. ↩

6. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, parte III, capítulo sobre a Igreja e seus sacramentos iniciáticos, no argumento contra as organizações esotéricas paralelas, com a citação de João 18.20. [↩](#)
7. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, parte III, capítulo sobre a Igreja e seus sacramentos iniciáticos, na tese de que os sacramentos são iniciáticos de pleno direito e dão acesso ao conhecimento mais íntimo da Realidade Suprema, com o uso de Gálatas 2.20 e do Catecismo de João Paulo II. [↩](#)
8. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, parte II, na distinção entre a astrologia como sistema simbólico e a astrologia como pretensa ciência preditiva. [↩](#)
9. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, na atribuição do vislumbre do conhecimento por presença a Suhrawardi. [↩](#)
10. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, resposta a aluno sobre a teoria das doze camadas da personalidade. [↩](#)
11. Olavo de Carvalho, *A Dialética Simbólica*, sobre o símbolo como sendo essencialmente aquilo que simboliza e como instrumento de elevação do intelecto, com a possibilidade da inversão da inversão. [↩](#)
12. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, parte III, na transmissão da fórmula de Ibn Arabi sobre o coração que é ao mesmo tempo mesquita, sinagoga, catedral e templo, permanecendo o mestre exotericamente muçulmano. [↩](#)
13. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, parte III, na definição dos ritos mágicos como manipulação das forças sutis da natureza através de um jogo com as formas dos entes. [↩](#)

14. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, parte II, na distinção entre a astrologia como sistema simbólico e a astrologia como pretensa ciência preditiva. ↩
 15. Olavo de Carvalho, *A Dialética Simbólica*, sobre o símbolo como sendo essencialmente aquilo que simboliza. ↩
 16. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, na atribuição do vislumbre do conhecimento por presença a Suhrawardi. ↩
 17. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, resposta a aluno sobre as doze camadas da personalidade como patamares de unificação, cabendo a cada um conceber até que camada acredita poder chegar. ↩
-

CAPÍTULO 6: O DISCÍPULO QUE O SISTEMA FORMA

O que se julga e o que não se julga

Este capítulo desce da doutrina aos seus efeitos, e por isso é o que mais facilmente degeneraria em injustiça, de modo que abro fixando, com mais rigor do que em qualquer outro, o que está e o que não está no banco dos réus.

Não estão no banco pessoas. Não citarei nomes de discípulos para escárnio, não colecionarei tuítes infelizes, não farei antologia de vexames alheios, e o leitor que veio buscar esse gênero pode fechar o livro nesta página, porque o gênero é indigno e, pior para os seus cultores, é inútil: casos individuais provam pouco, pois toda escola tem tolos e toda escola tem santos, e quem julga doutrinas por amostras escolhidas comete a falácia que este livro passou cinco capítulos evitando. A regra vale, com dobrada razão, para os filhos do mestre, no sentido literal da palavra: as suas trajetórias pessoais, sejam quais forem, pertencem a eles e ao juízo de Deus, e nenhuma linha deste capítulo os toca ou os pressupõe.

O que está no banco é um tipo, o discípulo que o sistema tende a formar quando funciona conforme o projeto, e a acusação será conduzida pelo único método que a torna legítima: a dedução. Vou

demonstrar que certos traços de caráter intelectual e espiritual decorrem, com necessidade de teorema, das doutrinas que os capítulos anteriores documentaram e refutaram; e só depois de deduzido cada traço convocarei a experiência, a minha, lavrada no prólogo, e a de qualquer observador honesto da cena brasileira, para confirmar que o teorema se cumpriu na história. Quem proceder assim não está fofocando; está fazendo o que a agronomia faz quando prevê a colheita pela semente e confere no celeiro.

E está, de resto, fazendo o que a história das ideias sempre fez quando é séria: ninguém acusa de fofoca o historiador que liga o jacobinismo a Rousseau ou o gulag à doutrina da vanguarda; ideias têm consequências, escolas têm fisionomia, e descrever a fisionomia que decorre da doutrina é a mais legítima das operações críticas, desde que a dedução preceda a descrição e a descrição dispense o dedo apontado. É o contrato deste capítulo, e o leitor é a testemunha do seu cumprimento.

E o método tem carta de alforria bíblica, que apresento antes que alguém o acuse de mundano. O Senhor Jesus ensinou a julgar os profetas pelos frutos, pela colheita e não pela folhagem (Mateus 7:16), e deu à pedagogia a sua lei de gravidade numa sentença que é o texto áureo deste capítulo: “O discípulo não é superior a seu mestre, mas todo o que for perfeito será como o seu mestre” (Lucas 6:40). Será como o seu mestre: a instrução completa reproduz o instrutor, e por isso a pergunta que se faz a toda escola, antes de matricular a alma, é a mais simples e a mais esquecida de todas: como é o homem que sai daqui quando o curso dá certo?

Note-se o alcance da lei: ela julga o método pelo seu êxito, não pelo seu fracasso. Os desastres de uma escola podem ser acidentes; o seu produto acabado é a sua confissão.

E uma cláusula final de justiça, herdada do prólogo e mantida em vigor: o tipo que este capítulo descreve não esgota os alunos reais. Muitos passaram pela escola e não se tornaram o tipo, protegidos por formação anterior, por igrejas vigilantes, pela graça comum ou pela graça salvadora; eu mesmo, por misericórdia que não me canso de lavrar, sou prova de que a semente nem sempre vinga. Mas a agronomia não se refuta com as sementes que caíram na pedra; refuta-se, se puder, mostrando que a semente não produz aquela planta, e é exatamente essa demonstração que os discípulos terão de fazer contra as deduções que seguem. Desejo-lhes, com sinceridade, mais sorte do que o sistema lhes deixou.

A constituição pedagógica deduzida

Recolho primeiro as premissas, todas já provadas e documentadas, porque a força deste capítulo está em não precisar de nenhuma premissa nova. Primeira, do terceiro capítulo: o fundamento do conhecimento, no sistema, é intransmissível por definição, contato que nenhuma proposição carrega, de modo que o ensino verdadeiro não é entrega de conteúdo conferível, é condução de uma consciência a estados que ela não alcançou, sob direção de quem já os alcançou. Segunda, do mesmo capítulo: o sistema não tem critério horizontal de erro; entre duas percepções que discordam, decide o grau, e a divergência se resolve verticalmente, pela autoridade do olho mais treinado. Terceira, do segundo capítulo: a

régua oficial do progresso é a unidade do conhecimento na unidade da consciência, de sorte que a integração crescente do aluno em torno do ensino é o próprio nome do seu avanço. Quarta, do quinto capítulo: o modelo consumado dessa pedagogia está descrito, com admiração e sem protesto, na literatura da própria escola, o sheikh que inicia e passa a ser obedecido em tudo¹; e a leitura sacramental da religião, com iniciações de pleno direito e conhecimento reservado da Realidade Suprema², consagra o princípio de que o acesso ao supremo é graduado e dirigido.

Dessas quatro premissas deduz-se, sem folga para escapatória, a constituição pedagógica da escola, que enuncio em quatro artigos. Artigo primeiro: o mestre não é um expositor substituível de conteúdos públicos; é o padrão vivo da percepção, insubstituível por princípio, pois o que ele transmite de decisivo não está nas frases, está no modo de ver que as frases apenas indicam.

Artigo segundo: a discordância do aluno não é objeção a ser pesada; é sintoma de grau a ser tratado, pois pesar objeções exigiria a mesa horizontal de proposições que o fundamento aboliu.

Artigo terceiro: o progresso do aluno se mede pela adesão, pois a unificação da consciência em torno do ensino é, por definição oficial, o crescimento.

Artigo quarto: a comunidade formada não é uma igreja reunida em torno de um texto que julga a todos, inclusive o pastor; é um círculo reunido em torno de um vidente que julga a todos, inclusive o texto.

E não é preciso deduzir tudo, porque o próprio mestre enunciou o princípio em aula, com uma clareza que dispensa comentário: "O

meu objetivo aqui, como eu disse, não é o de passar uma doutrina, estou é tentando qualificar pessoas. Porque eu não acredito que, na verdade, alguma doutrina contenha conhecimento. O que contém conhecimento é a consciência humana.”³ Guarde o leitor essa frase, porque ela é a constituição inteira em duas linhas: o que se transmite não é doutrina conferível, é qualificação de pessoas, e o lugar do conhecimento não é o texto, é a consciência. Quatro artigos, nenhum caricatural, todos deduzidos. O restante do capítulo colhe os frutos, artigo por artigo.

E para que o leitor tenha diante dos olhos, desde já, a medida do contraste, ponho ao lado dessa constituição a outra, a que a Reforma extraiu da Escritura e pela qual as igrejas fiéis se governam há cinco séculos, artigo contra artigo. Contra o mestre padrão vivo, o texto público: o pregador reformado é, por ofício, substituível, e a sua glória está nisso, pois ele não entrega o seu modo de ver, entrega o conteúdo de um Livro que qualquer membro pode abrir e conferir, de sorte que o púlpito mais alto da terra fica abaixo da Escritura mais barata da livraria.

Contra a discordância sintoma, a objeção serviço: a igreja bíblica institucionaliza a conferência, dos bereanos louvados (Atos 17:11) a Paulo resistindo a Pedro “na cara, porque era repreensível” (Gálatas 2:11), e a confissão de Westminster crava que todos os concílios podem errar e muitos erraram, entregando ao crente comum o direito e o dever do protesto fundado no texto. Contra o progresso adesão, o progresso fruto: mede-se o crescimento do discípulo pelo amor, pela santidade e pelo conhecimento conferível da Palavra, não pela docilidade crescente ao sistema do pastor.

E contra o círculo em torno do vidente, a comunidade sob ofícios: presbíteros plurais, disciplina mútua, o próprio ministro sujeito ao conselho e o conselho à assembleia e todos à Escritura, uma arquitetura inteira desenhada, por quem conhecia a fábrica de ídolos, para que nenhum homem jamais vire critério.

As duas constituições estão postas. O leitor que frequentou as duas casas sabe, sem que eu precise sublinhar, em qual delas a alma respira e em qual ela marcha; e o leitor que só conheceu uma tem agora, ao menos, a planta da outra.

Primeiro fruto: o culto ao gênio

Do artigo primeiro nasce o primeiro fruto, e nasce com a inocência das coisas lógicas: se o decisivo do conhecimento mora no modo de ver do mestre, então a devoção ao mestre não é fraqueza sentimental do aluno, é racionalidade interna do sistema. O olavista que trata cada palavra do professor como oráculo não está traindo a escola por excesso; está entendendo-a melhor que os moderados, porque num regime onde a percepção suprema é o critério supremo, o portador da percepção suprema é, funcionalmente, o critério ambulante, e critérios não se discutem, consultam-se.

Daí o fenômeno que o Brasil inteiro observou e que os críticos rasos atribuíram a histeria de fã-clube: a citação do mestre encerrando debates como quem saca um versículo; a biografia do mestre narrada em tom hagiográfico; a impossibilidade psicológica, visível em homens feitos, de pronunciar a frase o professor errou neste ponto verificável.

Não era histeria; era coerência.

E contra essa coerência a Escritura ergue a sua ordem de grandeza exata, porque o cristianismo conhece e manda honrar mestres: “Lembraí-vos dos vossos pastores, que vos falaram a palavra de Deus, a fé dos quais imitai, atentando para a sua maneira de viver” (Hebreus 13:7). Imitai a fé, diz o texto, e não o olho; e a honra é devida aos que pregaram a palavra, título que subordina o guia ao pregado. Quando a igreja de Corinto começou a organizar-se em torno dos seus gênios, “eu sou de Paulo, e eu de Apolo” (1 Coríntios 1:12), o apóstolo não respondeu com modéstia protocolar, respondeu com demolição de categoria: “quem é Paulo, e quem é Apolo, senão ministros pelos quais crestes?” (1 Coríntios 3:5). E fecha: “ninguém se glorie nos homens” (1 Coríntios 3:21).

O culto ao gênio não é um exagero do discipulado; é a sua inversão, e a linha que separa os dois regimes é a mesma deste livro inteiro: numa escola de texto, o mestre aponta e morre, e o dedo se esquece; numa escola de olho, o mestre é o próprio caminho, e quando morre, o caminho fecha, restando aos herdeiros administrar a relíquia. E que a escola era de olho, ouça-se em aula: comentando o que ele e um colega perceberam por trás da obra de Tomás de Aquino, Olavo relata ter dito ao interlocutor a frase que resume o regime inteiro, “não dá para explicar mais, dá para ver”.⁴

E o culto cobra um preço interno que os devotos não percebem porque o pagam em moeda invisível: a morte do debate dentro do círculo. Onde o critério é um homem, a proximidade do homem vira capital, e a economia intelectual do grupo se reorganiza em torno desse capital: elogiar rende, matizar custa, discordar arruína, e em

pouco tempo a seleção natural da lisonja povoa o entorno do mestre de confirmadores, enquanto os capazes de objeção migram ou emudecem.

O gênio, cercado de espelhos, perde o último bem que a providência dá aos inteligentes, o contraditor à altura, e a sua obra tardia degrada sem que ninguém ouse dizê-lo, fenômeno que a história intelectual registra em toda corte de sábio e que nenhuma escola de olho jamais evitou, porque a estrutura o produz.

A Escritura conhece o mecanismo desde os reis: Roboão “deixou o conselho que os anciãos lhe tinham dado, e teve conselho com os jovens que haviam crescido com ele”, e o reino rachou (1 Reis 12:8); e a sabedoria pede a repreensão: “Fira-me o justo, será isso uma benignidade; e repreenda-me, será um excelente óleo, que não me quebrará a cabeça” (Salmos 141:5). E ainda: “Beijados serão os lábios do que responde com palavras retas” (Provérbios 24:26). Um regime que converte a repreensão em sintoma priva o próprio mestre do azeite, e o discípulo que ama de verdade o seu professor deveria ser o primeiro a exigir uma epistemologia em que possa contradizê-lo, pois só nela a sua admiração vale alguma coisa: o aplauso de quem não pode discordar tem o peso exato do silêncio.

Segundo fruto: a polêmica como sacramento

Do artigo segundo nasce o fruto mais visível e mais mal diagnosticado. Todos notaram que a escola produziu polemistas em série, e quase todos atribuíram o fato ao temperamento do fundador, imitado por mimetismo de internet. O diagnóstico é preguiçoso, e o prólogo deste livro já o recusou: o temperamento

era real, mas a estrutura o precedia, e a estrutura é esta. Num regime proposicional, a disputa intelectual tem mesa e desfecho possível: exibem-se premissas, conferem-se inferências, volta-se à fonte comum, e um dos lados pode, no limite, ser convencido, porque ambos se curvam a um terceiro elemento que nenhum dos dois controla.

Num regime de percepção graduada, a mesa não existe: se discordamos, é porque vês menos, e a tua discordância não é um argumento a pesar, é um sintoma a exhibir. Segue-se, com necessidade, que a polêmica muda de função: ela deixa de ser instrumento de resolução, que é impossível, e vira liturgia de demarcação, celebração pública da fronteira entre os que veem e os cegos. O deboche, nesse regime, não é acidente de estilo; é a forma retórica exata da doutrina, porque zombar de alguém é declará-lo abaixo do nível em que a conversa seria possível, que é precisamente o que o sistema ensina sobre todo discordante. O aluno que aprendeu a xingar antes de aprender a demonstrar não corrompeu o método; recebeu-o.

E a Escritura, mais uma vez, conhece o fruto e o proíbe pela raiz, com uma instrução que parece escrita para esta página: “ao servo do Senhor não convém contender, mas sim, ser manso para com todos, apto para ensinar, sofredor; instruindo com mansidão os que resistem, a ver se porventura Deus lhes dará arrependimento para conhecerem a verdade” (2 Timóteo 2:24 e 25). Note o leitor o fundamento da mansidão ordenada: o adversário pode vir a conhecer a verdade, porque a verdade é conhecível, está no texto, e Deus concede arrependimento. A brandura bíblica não é temperamento de fraco; é corolário de uma epistemologia em que a

conversão do oponente é possível. A crueldade polêmica da escola também não era temperamento de forte; era corolário de uma epistemologia em que só resta expor o cego, já que dar-lhe olhos não está no poder de proposição nenhuma.

E o programa polêmico foi anunciado em aula sem eufemismo, com o alvo nomeado e o método declarado: “Essa gente tem de ser varrida da vida intelectual”, disse ele aos alunos, “não pelos métodos que eles usam: boicotar, sonegar empregos e publicações ou fazer cortina de silêncio, mas pelo método da sua total desmoralização pública.”⁵ O fim declarado não é convencer o adversário nem refutá-lo diante de terceiros; é desmoralizá-lo, isto é, removê-lo do campo. Dize-me como discutes e te direi em que fundamento crês.

Acrescento o custo, porque o fruto envenena primeiro quem o colhe. A polêmica como liturgia forma um hábito de alma, e hábitos de alma não ficam no teclado: o homem treinado a vencer sem demonstrar desaprende de aprender, porque aprender exige a hipótese humilhante de que o adversário viu algo, e essa hipótese o sistema classificou como impossível por definição.

Anos desse regime produzem o espécime que todo pastor brasileiro conheceu na década passada: inteligente, lido, incansável, e incapaz de uma retratação, com a vida devocional trocada pela vigília de guerra e a alegria trocada pela ironia permanente, aquele riso de canto de boca que já não sabe descansar. Os provérbios têm o retrato na galeria: “O escarnecedor não ama aquele que o repreende, nem se chegará aos sábios” (Provérbios 15:12). E têm a receita da casa em paz: “Lança fora o escarnecedor, e se irá a contenda; e acabará a questão e a vergonha” (Provérbios 22:10).

E o evangelho tem a contraprova: o Senhor Jesus, que demoliu fariseus com uma dureza que nenhum polemista alcançou, chorou sobre a cidade que o rejeitava e orou pelos que o pregavam na cruz, porque a sua dureza era cirurgia de quem ama, e a do escarnecedor é esporte de quem se exhibe.

E que a impossibilidade de conversar com o discordante não era figura de retórica, diga-o a aula em que o professor, tratando do que fazer com o universitário formado pelo sistema adversário, chama-o de "aleijados mentais universitários" e conclui: "o que você pode fazer com um camarada desse? É só bater no cara. Bater, e não pode explicar porque bateu."⁶ Bater sem poder explicar por quê: eis, na voz do fundador, a liturgia de demarcação que este capítulo deduziu da estrutura. A fronteira entre as duas não passa no vocabulário, passa no fundamento: quem crê que a verdade é pública e o arrependimento possível fere para curar; quem crê que a visão é privilégio fere para demarcar. A escola ensinou a demarcação com excelência, e a igreja brasileira ainda está desintoxicando os seus melhores filhos do gosto por esse sangue.

Terceiro fruto: a iniciação intelectual e a erudição como grau

Dos artigos terceiro e quarto, combinados com o duplo registro que o quinto capítulo documentou, nasce um fruto de duas faces, e as duas enganaram muita gente boa. Primeira face: o antiacademicismo seletivo. A escola ensinou o desprezo pela universidade, e ensinou com razões frequentemente verdadeiras, a corrupção ideológica, a mediocridade protegida, o consenso como

carreira; mas note-se o que o desprezo poupava. Poupava a autoridade enquanto tal, transferida intacta do doutorado para o olho do mestre; poupava a hierarquia, reconstruída em graus de percepção mais rígidos que qualquer escalafão docente; e poupava o próprio mecanismo da chancela, pois o aluno continuava precisando de aprovação para saber se sabia, apenas mudando o balcão onde a buscava. O movimento nunca foi antiautoridade; foi transferência de autoridade, dos concursos para o carisma, e por isso os seus veteranos, tão ferozes contra o diploma, exibiam com orgulho as credenciais alternativas, os anos de curso, as leituras cumpridas da lista, a familiaridade com os autores da casa, moedas de um mercado paralelo de prestígio cujo banco central era um só homem.

Segunda face: a erudição como grau. Num regime de texto, a citação serve ao argumento: cita-se para provar, e a prova se confere. Num regime de graus, a citação serve ao estatuto: cita-se para exibir altitude, para demarcar leitura, para sinalizar pertença ao círculo dos que conhecem os nomes certos, e o argumento pode faltar sem que a função se perca.

Daí o fenômeno, familiar a quem frequentou aqueles ambientes, e eu os frequentei com caderno e madrugada: debates inteiros conduzidos por sobrenomes, Guénon disse, Voegelin mostrou, o Professor explicou, em que a bibliografia desfilava como farda e a demonstração jamais começava.

A economia dessa moeda tinha casa emissora, e o registro está nas aulas: “eu posso lhe dar uma lista de leituras sugeridas”, oferece o professor, e segue a nominata que o aluno anotaria como quem recebe o roteiro de uma escalada.⁷ Nada há de errado em

recomendar livros, e eu devo a esse hábito metade da minha biblioteca; o que a estrutura acrescenta é a função: onde o saber é grau, a lista deixa de ser sugestão e vira currículo de habilitação, e cumpri-la vira credencial. A confusão entre erudição e verdade, que o esboço deste livro apontou desde a primeira hora, não é um vício de leitores deslumbrados; é a economia natural de uma escola em que saber é subir, e subir é ser visto sabendo.

O contraste bíblico cabe numa cena: Paulo, o mais erudito dos apóstolos, diante dos coríntios encantados por sabedoria de palavras, decide: “nada me propus saber entre vós, senão a Jesus Cristo, e este crucificado” (1 Coríntios 2:2), para que a fé deles não se apoiasse em sabedoria humana, mas no poder de Deus. O homem que podia vencer qualquer torneio de citações recusou o torneio inteiro, porque no seu regime a erudição era serva e a cruz, senhora. Na escola que examinamos, a hierarquia é a inversa, e os frutos o proclamam.

E a esse fruto de duas faces junta-se uma terceira, que só percebe quem acompanhou vidas inteiras dentro do regime: o estudante perpétuo. Numa escola de graus, há sempre uma camada acima, uma lista antes da lista, um pré-requisito do pré-requisito, e o aluno aprende, junto com o currículo, a lição não escrita de que ele ainda não está pronto, nunca está pronto, para produzir, ensinar, pastorear, escrever, porque produzir antes do grau é presunção e a presunção é o pecado capital dos profanos.

E não se trata apenas de clima difuso: a retenção foi pedida em aula, com todas as letras. “Eu tenho pedido a vocês para que não participem de debates, não publiquem muita coisa e permaneçam

mais ou menos discretos”, diz o professor, “para ter a certeza de que, quando publicarem uma coisa, será algo de sólido”.⁸ A intenção é boa e o conselho, isolado, seria sensato; dentro de uma escola de graus, porém, ele deixa de ser conselho e vira o mecanismo: quem decide que a hora chegou é sempre o de cima, e a hora, para a maioria, não chegou nunca. O resultado povoou o Brasil de homens de trinta e quarenta anos com bibliotecas formidáveis e obra nenhuma, adiando o serviço em nome da formação, convertendo a preparação em modo de vida e, no limite, em desculpa metafísica para a esterilidade, pois quem estuda para sempre nunca é julgado pelo que fez.

O contraste bíblico é uma lança: “Toda a Escritura é divinamente inspirada, e proveitosa”, escreve Paulo, “para que o homem de Deus seja perfeito, e perfeitamente instruído para toda a boa obra” (2 Timóteo 3:16 e 17). Perfeitamente instruído, com o Livro que uma vida comum atravessa muitas vezes; a suficiência da Escritura não é apenas doutrina sobre o cânon, é uma pedagogia da maturidade, que forma obreiros e os despacha, enquanto a escada infinita forma aspirantes e os retém. O Senhor da seara tem servos com menos leituras e mais colheita, e no dia da prestação de contas o talento enterrado em nome do preparo renderá a mesma sentença de sempre, servo mau e negligente, que nenhum acervo comprado atenua.

Quarto fruto: a suspeita como cosmovisão

Do duplo registro que o quinto capítulo documentou, o exotérico para a multidão e o esotérico para os aptos, nasce um fruto que

transbordou da escola para a cultura inteira, e que merece dedução cuidadosa porque costuma ser tratado como mero folclore político. Se a estrutura da realidade é a da camada, superfície pública escondendo profundidade reservada, então a hermenêutica correta de qualquer fenômeno humano é a suspeita: o que se diz é casca, o que se pretende é miolo, e o intérprete adestrado passa, com naturalidade, da leitura simbólica dos textos à leitura simbólica das instituições, dos noticiários e da história, procurando em tudo o registro oculto que a plebe não vê. A proposição pública, já desvalorizada na epistemologia, desvaloriza-se agora na política: o que os homens declaram deixa de ser o texto a examinar e vira a cortina a rasgar, e o mundo inteiro se organiza, para o discípulo, como uma Maçonaria de intenções, legível apenas por quem tem o grau.

Não afirmo, e o leitor confira que não afirmo, que toda análise de bastidores seja delírio; o poder tem bastidores, a Escritura mesma narra conspirações e o salmo abre com os reis que se ajuntam à uma contra o Senhor.

E a regra foi ensinada em aula na forma de princípio geral: “O problema não é a proposta”, ensina o professor a respeito de qualquer proposta política, social ou cultural, “o problema é quem está por trás dela”.⁹ Aplicado o princípio, o mapa se preenche: “Quem está por trás dessas coisas são sempre aquelas duzentas ou trezentas famílias que estão reunidas no Grupo Bilderberg.”¹⁰ E o regime epistêmico se completa com a reserva que toda escola de graus pratica: sobre a identidade do coordenador da operação no Brasil, “tenho minhas suspeitas, mas não posso nem dizê-las em voz alta”.¹¹ Suspeitas que existem, governam a leitura do mundo e não

podem ser ditas: é a estrutura da camada aplicada à política, com o professor no grau que vê e o aluno no grau que confia. Afirmo o que a dedução autoriza: que uma epistemologia de camadas transforma a exceção investigável em regra hermenêutica, e produz o leitor para quem a explicação oculta é sempre a mais racional por ser oculta, invertendo o ônus que toda investigação sadia respeita. O resultado na alma é conhecido de quem pastoreou olavistas: uma vigilância sem sábado, a incapacidade de receber qualquer informação como simplesmente verdadeira, e a curiosa credulidade dos desconfiados, pois quem suspeita de todos os canais públicos entrega a alma, sem perceber, ao único canal de que não suspeita, o do círculo.

A antítese bíblica é sóbria como tudo o que é bíblico: o Deus que conhece os segredos manda os seus filhos viverem de palavras públicas, “não julgueis segundo a aparência, mas julgai segundo a reta justiça” (João 7:24), “examinai tudo, retende o bem” (1 Tessalonicenses 5:21), e deixa o resto onde ele está: “As coisas encobertas pertencem ao SENHOR nosso Deus, porém as reveladas nos pertencem a nós e a nossos filhos para sempre” (Deuteronômio 29:29). O crente anda à luz num mundo com porões; o iniciado mora no porão de um mundo com luz. São duas higiênes mentais, e a segunda adoece.

E a sobriedade bíblica não é ingenuidade, é método com dois gumes: “O que pleiteia por algo, a princípio parece justo, porém vem o seu próximo e o examina”, ensina o provérbio (Provérbios 18:17); a Escritura institui o exame do contraditório, a exigência de duas ou três testemunhas, a proibição de sentença por rumor, isto é, todo o aparato de uma desconfiança processual e pública, o exato contrário da suspeita iniciática, que é privada, universal e insuscetível de

encerramento. A primeira desconfia para julgar e julga para encerrar; a segunda suspeita para pertencer e não encerra jamais, porque encerrar seria descer da altitude. O cristão herda da sua fé o mais robusto dos ceticismos, o que se aplica ao coração do próprio cético; o iniciado pratica o mais frágil, o que se aplica a tudo menos ao círculo.

E uma cultura evangélica que importou da escola a segunda higiene mental, e importou, os pastores que me leem sabem quanto, precisa reaprender da sua própria Escritura que a vigilância bíblica tem sábado, tem tribunal e tem fim, porque o governo do mundo não está vago: o Senhor reina, e essa proposição, crida de verdade, é o único ansiolítico que a suspeita universal jamais conheceu.

Quinto fruto: o desprezo pela teologia sistemática

O fruto mais grave é o que menos se vê, porque cresce dentro das igrejas, e a ele dedico o exame mais demorado. A teologia sistemática é, entre todas as disciplinas humanas, a mais escandalosamente proposicional: ela define termos, extrai boas e necessárias consequências, organiza a revelação em corpo coerente, confessa o resultado em documentos públicos e convida qualquer crente, com o texto na mão, a conferir cada artigo. Ela é, portanto, e sem exagero de retórica, a antípoda exata do sistema que este livro julgou: onde a presença diz que o fundo é inefável, a sistemática diz que Deus falou claro; onde os graus reservam o supremo aos treinados, a confissão entrega o supremo às crianças do catecismo;

onde o símbolo aguarda o decifrador, o dogma proíbe a decifração privada e publica o sentido.

E o leitor não precisa deduzir a premissa maior, porque ela foi dita em aula, e dita sobre o Sinai: “quando Moisés subiu ao alto do Sinai, o que Deus deu a ele? Um texto. Parece que não funcionou. Na outra vez o que ele fez? Ele veio não como livro, veio como pessoa, veio pessoalmente.” E a conclusão pedagógica vem colada: “A origem, o centro, o topo da nossa civilização, não é um livro, não é um escrito, não é uma doutrina, é uma Pessoa.”¹² Deixo o pastor que me lê medir sozinho o que significa dizer, de um texto que o próprio Deus escreveu com o dedo, que ele parece não ter funcionado; e note que a frase não é polêmica antibíblica, é pior, é um elogio: o texto foi superado pela presença pessoal, exatamente o movimento que este livro persegue desde o terceiro capítulo. Segue-se, por dedução que a esta altura o leitor faz sozinho, o veredito que a escola tinha de pronunciar sobre a sistemática, e pronunciou, no tom e na prática: coisa de seminário, racionalismo religioso, letra que mata, gaiola conceitual armada sobre o mistério, ocupação de gente que troca a experiência de Deus por fichas sobre Deus.

O curioso, e registro a ironia porque ela instrui, é que a acusação da letra que mata rouba o seu único versículo de um texto que afirma o contrário do que lhe fazem dizer: a letra de que Paulo fala aos coríntios é a lei como ministério de condenação, contrastada com o Espírito que vivifica no novo pacto, e não a proposição contrastada com a experiência; o apóstolo que escreveu a frase é o mesmo que encheu treze cartas de definições, silogismos e cadeias de portanto, e usá-lo como padroeiro do vago é citar o maior sistemático do cânon contra a sistemática.

E segue-se o tipo de crente que a escola devolve às igrejas: um homem que sabe discutir Guénon e não sabe recitar o catecismo; que sente a liturgia como quem avalia densidade simbólica e ouve o sermão como quem mede a cultura do pregador; que lê a Escritura com o olho adestrado para camadas, achando rasa a leitura que a toma pelo que ela diz; e que, posto diante de uma confissão de fé, reage como o iniciado reage a tudo que é público, com o sorriso de quem conhece o andar de cima. Eu fui esse crente, e o prólogo o confessou; e vi a mecânica completar-se em colegas de curso, um a um, na rota que o quarto capítulo deduziu e a minha geração percorreu com os pés: do desprezo pela sistemática ao fascínio pelo símbolo, do símbolo à tradição que o guarda em hierarquia, e da tradição a Roma, onde a epistemologia inteira da escola encontra, enfim, a sua liturgia. A pipeline de conversões que os olavistas celebram como frutos de retorno à Igreja e os pais evangélicos choram como apostasia dos filhos não é mistério sociológico nenhum: é a semente dando a sua planta, com a pontualidade das coisas bem plantadas.

E o antídoto, digo-o de passagem para o pastor que me lê com o filho na sala do curso: não é proibir livro, é servir mesa; o capítulo anterior lavrou a nossa parte da culpa, e a dívida se paga com catecismo ensinado a sério, sistemática pregada com fogo e a demonstração viva de que a razão cativa é mais rigorosa, mais funda e mais bela que todos os andares de cima que o esoterismo alugou.

E há um teste final para este fruto, o mais duro de todos, que peço licença ao leitor para armar com uma cena, porque a cena é o laboratório onde toda teologia mostra o que vale: o quarto de hospital, madrugada, um crente morrendo com medo. Que tem o

evangelho simbólico para dizer a esse homem? Camadas? Que a sua agonia participa de latências que a consciência treinada decifra?

O moribundo não precisa de um decifrador; precisa de uma promessa, e promessa é o gênero literário mais proposicional que existe: quem crê no Filho tem a vida eterna; deixo-vos a paz, a minha paz vos dou; hoje estarás comigo no paraíso. Frases, benditas frases, com sujeito, verbo e objeto, firmadas por juramento de quem não pode mentir, entendíveis por uma criança e suficientes para atravessar o vale.

A teologia sistemática, que a escola ensinou a desprezar como gaiola, é a disciplina que guarda, ordena e defende essas frases para que estejam intactas na madrugada em que forem precisas; e o desprezo por ela, que na sala de curso parecia sofisticação, revela no hospital o seu preço verdadeiro, um rebanho erudito e desconsolado, sabendo tudo das doze camadas e nada do único consolo na vida e na morte. O catecismo de Heidelberg abre por essa pergunta porque os reformadores sabiam onde a teologia é testada; a escola da presença jamais poderia abrir por ela, porque presença não se promete, e quem não promete não consola.

Quando o mestre morre

Resta deduzir o último traço do tipo, o que só a morte do fundador podia revelar, e a dedução, feita nos capítulos anteriores, o mundo conferiu depois. Uma escola de texto sobrevive serenamente ao seu fundador, porque o critério fica: Calvino morre e as Institutas continuam julgando os calvinistas, corrigindo-os contra si mesmos, sustentando uma tradição que se reforma pelo documento comum;

o fundador vira nota de rodapé do Livro que serviu, e essa é a sua glória.

Uma escola de olho, ao contrário, entra na morte do mestre em crise de essência, porque o critério era ele: com o olho fechado, quem vê? Segue-se, por necessidade estrutural, o quadro que qualquer sociólogo das religiões prediria e que enuncio sem nomear ninguém, porque não preciso: a disputa pela relíquia, cadernos, gravações, direitos, memórias; a fragmentação em ramos, cada qual reivindicando a percepção autêntica, pois sem texto árbitro a autenticidade só pode ser alegada, nunca demonstrada; a promoção dos intérpretes a intermediários, com a autoridade migrando dos argumentos do morto para a proximidade biográfica com o morto, quem conviveu, quem ouviu, quem entendia; e a impossibilidade constitutiva de qualquer reforma interna, porque reformar exigiria um padrão acima do fundador, e o sistema foi desenhado para que não houvesse nenhum.

O leitor confira a dedução contra a paisagem que quiser; eu a deixo como teorema, e noto apenas a ironia final da história: o homem que ensinou uma geração a desprezar as instituições por seus mecanismos de sucessão fundou a única espécie de instituição que não tem mecanismo de sucessão possível, e legou aos seus, junto com os cadernos, um cisma em câmera lenta.

Nem se objete que ele deixou obra escrita e que a obra arbitraria as disputas, porque a objeção esbarra na hermenêutica da própria casa: textos só arbitram onde são lidos proposicionalmente, tese contra tese, no regime que a escola declarou superfície; lidos como a escola ensina a ler, por camadas, símbolos e intenções, os livros do

mestre morto viram eles próprios objeto da disputa de percepções, cada ramo extraindo do mesmo parágrafo o sentido que o seu grau autoriza, e o árbitro convocado chega ao tribunal vestido de réu. Um corpus só governa a sua escola se estiver acima dela, e acima só fica o que se impõe pela letra conferível; a Escritura governa a igreja há dois milênios exatamente porque a igreja fiel a lê como proposição de Deus, e os escritos de Olavo não governarão o olavismo porque o olavismo aprendeu, do próprio Olavo, que a letra é o degrau mais baixo.

A escola deserdada pela própria hermenêutica: não conheço, em toda a história das ideias, justiça poética mais exata.

O evangelho, mais uma vez, conhecia o problema e o resolveu na fonte: “vos convém que eu vá; porque, se eu não for, o Consolador não virá a vós” (João 16:7), disse o Mestre dos mestres, e foi, deixando Espírito e Escritura, e a igreja que ele fundou atravessou vinte séculos de mortes de mestres sem perder o critério um só dia, porque o critério nunca foi enterrado com ninguém.

A linguagem do círculo

Um último traço fecha o retrato, e o linguista o teria notado antes do teólogo: a escola criou um dialeto. Todo grupo humano cria vocabulário, e nisso não há acusação; a acusação começa quando se observa a função do vocabulário, e a função, no caso, é dedutível da estrutura como tudo o mais até aqui. Numa comunidade proposicional, os termos técnicos servem à precisão: definem-se publicamente, qualquer um pode aprendê-los num glossário, e o seu

uso correto não diz nada sobre quem os usa, diz algo sobre o que se afirma.

Numa comunidade de graus, o vocabulário assume a segunda função, a de senha: dominar o jargão da casa, paralaxe disto, percepção daquilo, consciência de tal coisa, revolução de tal outra, sinaliza pertencimento e altitude, e a conversa entre iniciados vira um desfile de contrassenhas em que o reconhecimento mútuo importa mais que o conteúdo transmitido.

E o duplo registro do público não é inferência minha: falando dos próprios artigos publicados na imprensa, o professor avisa aos alunos que “esses artigos foram escritos principalmente para vocês. Os outros leitores não sabem, mas tem um público especial que são vocês mesmos.”¹³ Um texto público com destinatário reservado, legível em dois níveis conforme o grau de quem lê, é a definição escolar de escrita esotérica, e está enunciada em sala sem que ninguém precise acusar ninguém. O efeito colateral, visível em dez anos de debates brasileiros, é a afasia externa: o discípulo consumado torna-se incapaz de argumentar com quem não fala o dialeto, porque os seus termos decisivos não têm definição pública que ele possa oferecer, têm apenas o peso de uso que o círculo lhes deu, e fora do círculo esse peso é zero. Posto diante de um interlocutor de fora, ele oscila entre traduzir, e sentir que na tradução o essencial evapora, confissão involuntária de que o essencial era a senha, ou recitar, e não ser entendido, o que o sistema já lhe ensinou a interpretar como cegueira do ouvinte.

A Escritura tem posição tomada sobre dialetos sagrados, e ela é violenta: no Pentecostes, o Espírito fez o milagre na direção exata

oposta à das escolas, “cada um os ouvia falar na sua própria língua” (Atos 2:6); e Paulo, tratando das línguas em Corinto, cravou a aritmética que toda comunidade iniciática inverte: “eu antes quero falar na igreja cinco palavras na minha própria inteligência, para que possa também instruir os outros, do que dez mil palavras em língua desconhecida” (1 Coríntios 14:19). Cinco palavras públicas valem mais que dez mil senhas: eis a política linguística do reino, e ela sozinha desmonta o charme de todo dialeto de círculo, porque revela para que serve a clareza, serve ao amor, e a quem serve a obscuridade seleta, serve à hierarquia. Um ensino que só se deixa dizer no dialeto da casa confessa, pela gramática, aquilo que este livro provou pela lógica. O leitor fará bem em aplicar o teste também a este livro: cada termo técnico que usei foi definido antes de usado, no capítulo e na página, e quem me apanhar vivendo de senha tem licença para me citar este parágrafo.

O discípulo diante do espelho

Desço agora do púlpito à bancada e entrego ao leitor o instrumento, porque este capítulo seria estéril se terminasse em descrição, e descrição sem exame é vaidade de diagnosticador. O teste que segue não foi desenhado para humilhar ninguém; foi desenhado porque eu mesmo precisei dele um dia e ninguém o tinha posto na minha mão, de modo que o ofereço como se oferece o remédio que nos curou, com a posologia junto.

Eis o teste, em cinco perguntas, e peço que o leitor olavista o aplique a si mesmo com a porta fechada, sem testemunhas diante de quem posar. Primeira: o teu mestre pode estar errado? Não em

matéria de gosto ou de prognóstico político, onde toda a escola concede erros com generosidade suspeita, mas num ponto central e verificável de doutrina; e se pode, nomeia o ponto, agora, por escrito. Quem não consegue nomear nenhum não tem um mestre, tem um oráculo.

Segunda: qual foi a última vez que uma objeção te fez mudar de posição, e a objeção vinha de fora do círculo? Se todas as tuas revisões foram aprofundamentos na direção da escola, a tua mente não está sendo formada, está sendo unificada, e o segundo capítulo te ensinou que unificação, ali, é o nome técnico da adesão. Terceira: quando lêes a Escritura e ela contradiz uma tese do curso, qual dos dois textos recebe o benefício da releitura? Responde com casos, não com princípios, porque em princípio todos se dizem submissos ao Livro, e o teste de Deuteronômio nunca foi de princípios.

Quarta: consegues explicar e defender a posição dos teus adversários na melhor forma dela, como este livro fez com a tua no segundo capítulo, ou só a conheces pela caricatura que o círculo repete? E quinta, a mais reveladora porque ninguém a espera: a quem prestas contas? Nomeia a instância concreta, com rosto e autoridade real sobre ti, capaz de te repreender com consequências, e nota que círculo de curso não conta, porque círculo aprova ou exila, não pastoreia.

O discípulo bíblico tem endereço eclesial: membro de uma igreja local, sob pastores que “velam por vossas almas, como aqueles que hão de dar conta delas” (Hebreus 13:17), dentro de uma comunhão onde o irmão simples tem o direito de lhe citar um versículo na cara; o iniciado tem apenas altitude, e altitude não repreende ninguém.

Cinco perguntas, e a régua para lê-las vem de Bereia: os judeus daquela sinagoga foram chamados mais nobres pelo Espírito Santo porque, recebendo a palavra do próprio apóstolo Paulo, examinavam cada dia nas Escrituras se estas coisas eram assim. O discípulo bíblico confere o apóstolo; o iniciado não confere nem o professor.

E as marcas do primeiro, para que o leitor tenha o retrato positivo ao lado do negativo: ele pode, em tese e em prática, superar o seu mestre, e o mestre digno se alegra nisso como João, que disse “é necessário que ele cresça e que eu diminua” (João 3:30); ele ama os meios ordinários, o culto, o catecismo, a mesa, sem precisar de temperos iniciáticos para sentir que algo aconteceu; ele guarda a capacidade de aprender do adversário, porque a verdade é do seu Senhor onde quer que apareça; e ele descansa, palavra que nenhum iniciado conjuga, porque a sua aceitação não depende do próximo degrau. Entre a nobreza de Bereia e a obediência da tariqa passa a fronteira das duas pedagogias, e cada leitor deste capítulo está, neste momento, de um dos lados dela.

A responsabilidade repartida

Resta repartir o peso, porque a justiça que pedi para o mestre no prólogo, devo-a agora ao discípulo, e devo-a à igreja. Ao mestre pertence a responsabilidade do método: ele desenhou, com talento e por décadas, a pedagogia cujos artigos deduzimos, e o agravante lavrado no quinto capítulo permanece, o público eram principiantes, e quem serve doutrina forte a famintos responde pela mesa que pôs. A Escritura gradua esse peso sem cerimônia: “Meus irmãos, muitos de vós não sejam mestres, sabendo que receberemos mais

duro juízo” (Tiago 3:1); e o Senhor, que perdoou publicanos e prostitutas com escândalo dos justos, reservou a pedra de moinho não aos que pecam, mas aos que ensinam os pequeninos a pecar. Nenhuma gratidão de ex-aluno pode reescrever essa aritmética, e não a reescrevo.

Ao discípulo pertence a responsabilidade do consentimento, e nela me incluo pela segunda vez neste livro: ninguém foi arrastado ao curso a ferros, e a fome que nos levou não suspendia o dever de provar os espíritos; fomos seduzidos, mas a sedução, na gramática bíblica, nunca é atenuante completa, porque supõe um desejo que consentiu. E à igreja pertence a responsabilidade do vácuo, já lavrada, que não repito senão para somá-la à conta.

Três responsabilidades, três arrependimentos possíveis, e noto, para consolo dos que se reconheceram nestas páginas, que o Deus da aliança é especialista em colheitas trocadas: fez de um fariseu formado aos pés do maior mestre da sua geração, orgulhoso da sua linhagem de escola como qualquer veterano de curso, o apóstolo que escreveu tudo o que este capítulo citou contra as escolas dos homens. Gamaliel formou Saulo, e Saulo, alcançado no caminho, não queimou a formação, converteu-a: a mesma lógica rabínica, a mesma erudição, o mesmo fôlego de polemista, tudo passou pelo fogo e saiu servindo ao evangelho que antes perseguia. O tipo que o sistema forma não é destino; é tendência, e tendências se quebram onde a Palavra entra, porque “a palavra de Deus é viva e eficaz, e mais penetrante do que espada alguma de dois gumes, e penetra até à divisão da alma e do espírito, e das juntas e medulas, e é apta para discernir os pensamentos e intenções do coração” (Hebreus 4:12).

Nenhuma camada resiste a essa lâmina; eu sou testemunha.

Veredito: a colheita nos autos

Recolho o capítulo. A lei do Senhor manda julgar a árvore pelo fruto e promete que o perfeitamente instruído será como o seu mestre; a dedução mostrou que os quatro artigos da pedagogia decorrem com necessidade do fundamento julgado nos capítulos anteriores; e a colheita confirmou os teoremas, o culto ao gênio como racionalidade interna, a polêmica como liturgia de fronteira, a autoridade transferida e a erudição como farda, a sistemática desprezada e a rota para Roma cumprida geração adentro. Fica assim demonstrada a tese que o esboço deste livro carregava desde a primeira hora e que agora pode ser dita com os autos completos: o problema do olavismo não é apenas o que ele ensina, mas o tipo de discípulo que ele forma, e o tipo não é acidente dos seguidores, é assinatura do fundamento.

E acrescento, para fechar o processo com a elegância que a verdade merece, a observação que transforma até as exceções em testemunhas de acusação. Existem, eu o disse e mantenho, discípulos admiráveis saídos daquela escola, homens de estudo sério, argumentação honesta e produção real, e o melhor deles foi convocado pelo prólogo deste livro como o adversário que desejo. Pois repare o leitor no que os torna admiráveis: exatamente aquilo em que desobedecem ao método. Quando um olavista de primeira linha escreve um livro com teses definidas, capítulos encadeados, fontes citadas e argumentos conferíveis, ele está operando no regime proposicional, oferecendo ao público uma obra que pode ser

pesada, contestada e refutada por qualquer leitor com as fontes na mão, isto é, está praticando a epistemologia deste livro contra a epistemologia da sua escola, e a sistematização que ele produz do mestre é, no gesto, a traição mais respeitosa que se pode cometer contra um ensino de presenças intransmissíveis. Tudo o que há de melhor nos melhores da escola é textual, demonstrativo, público; tudo o que o sistema tem de próprio, o grau, a presença, o olho, não produz obra conferível nenhuma, porque não pode, por definição. Os frutos bons dos discípulos bons crescem, todos, do lado de fora do fundamento, regados pela graça comum e pelos hábitos proposicionais que nenhum treinamento conseguiu extirpar da imagem de Deus neles. A escola vive, intelectualmente, de trair-se; e uma doutrina cujos êxitos são deserções está julgada pelos próprios troféus.

Tu, leitor, que fizeste o teste do espelho e talvez tenhas saído dele com o rosto quente, recebe do autor, que já teve o rosto na mesma temperatura, a única palavra que este capítulo quer deixar contigo: a porta de Bereia continua aberta, e ela não exige que renunciés à inteligência que a escola despertou, exige que a leves, enfim, ao único Mestre que suporta ser conferido, porque escreveu o Livro pelo qual pede para ser julgado. O próximo capítulo faz as contas finais: pesa, com a balança calibrada por todo este processo, o que do espólio de Olavo de Carvalho o cristão pode reter, e o que deve deixar no fogo.

Notas

1. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, parte III, na descrição da iniciação nas tariqas sufis e da obrigação de obediência total ao sheikh. ↩
2. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, parte III, capítulo sobre a Igreja e seus sacramentos iniciáticos. ↩
3. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, sobre o objetivo do curso: qualificar pessoas em vez de transmitir doutrina, com a tese de que o conhecimento está na consciência humana e não na doutrina. ↩
4. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, no relato sobre a leitura da *Suma Teológica* como obra de arte e sobre o que se percebe por trás do texto de Tomás de Aquino. ↩
5. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, no pedido aos alunos sobre publicação e no programa de desmoralização pública dos adversários intelectuais. ↩
6. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, na resposta sobre a quem dirigir a atividade pública futura dos alunos, com a caracterização do público universitário. ↩
7. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, na oferta de lista de leituras sugeridas em lugar da pesquisa bibliográfica. ↩
8. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, no pedido para que os alunos não participem de debates nem publiquem antes de terem algo sólido. ↩
9. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, sobre o critério de julgamento de propostas políticas, sociais e culturais pela identidade de quem está por trás delas. ↩

10. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, na atribuição da origem dos movimentos intelectuais ao Grupo Bilderberg. ↩
 11. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, sobre a coordenação das operações de propaganda no Brasil e as suspeitas que declara não poder enunciar. ↩
 12. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, sobre o Sinai e a superação do texto pela presença pessoal, com a conclusão de que o centro da civilização é uma Pessoa e não um livro ou uma doutrina. ↩
 13. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, no aviso de que os artigos publicados na imprensa tinham nos alunos do curso o seu público especial. ↩
-

CAPÍTULO 7: O QUE O CRISTÃO RETÉM E O QUE REJEITA

A hora do inventário

Um processo que termina na sentença e não faz o inventário deixa a herança apodrecendo no cartório, e este livro prometeu, desde o prólogo, terminar o serviço: queimar a madeira, o feno e a palha, e pesar o ouro, se houver ouro. Chegou a hora da balança, e ela é necessária porque, sem este capítulo, o leitor sairia do livro condenado a um de dois erros simétricos, e os dois são erros. O primeiro é o do devoto envergonhado, que, convencido pelos seis capítulos, decide salvar o mestre salvando tudo: concede o esoterismo como excentricidade, requalifica a gnose como profundidade mal compreendida, e segue recomendando o curso inteiro com uma nota de rodapé prudencial, porque a gratidão não lhe permite o corte. Esse leitor não entendeu o processo: fundamentos não se salvam por partes, e quem recomenda a escola com ressalvas está servindo o prato com aviso de veneno em letra pequena.

O segundo erro é o do queimador total, que, com o zelo dos recém-saídos, decide que nada do que passou por aquelas mãos pode ser tocado: rasga os cadernos, renega as leituras, trata cada lembrança do período como contaminação, e chama a essa faxina de

arrependimento. Esse leitor também não entendeu, e o seu erro é teologicamente mais interessante, porque parece piedade e nega a providência: se Deus governa todas as coisas, governou também aqueles anos, e o crente que joga fora os dons junto com os ídolos acusa a Deus de não saber escrever direito por linhas tortas.

E há um terceiro personagem, mais numeroso que os dois, que registro para que não escape pela porta lateral: o indiferente, que lê a sentença, concorda, boceja e segue consumindo o espólio inteiro sem triagem, porque discernir dá trabalho e a estante já estava montada. A esse, lembro que a ordem de examinar tudo é imperativo apostólico e não sugestão de temperamento, e que a indiferença diante de um veredito provado é uma forma de tomar partido, a pior de todas, porque toma partido contra a própria consciência informada. Contra os três erros, a Escritura dá a ordem que é o título executivo deste capítulo: examinai tudo, retende o que é bom, abstende-vos de toda forma de mal. Examinar, reter, abster: três verbos, nesta ordem, e o capítulo inteiro é a execução dos três.

As regras do crivo

Antes de pesar item por item, fixo as regras da balança, porque crivo sem critério é gosto pessoal fantasiado de discernimento, e este livro não fez sessenta mil palavras de demonstração para terminar em achismo.

Primeira regra, a dos despojos e do anátema. A Escritura conhece duas relações do povo de Deus com os bens do inimigo, e as distingue com sangue. Israel saiu do Egito levando ouro e prata dos egípcios, por ordem divina, e aquele ouro, fundido, serviu no

tabernáculo; Agostinho fez dessa cena a parábola de todo aproveitamento cristão da cultura pagã, e a parábola é legítima.

Mas o mesmo Deus declarou Jericó anátema, herem, coisa devotada à destruição, e quando Acã guardou na tenda uma capa babilônica e um lingote do que estava sob interdito, Israel perdeu a batalha seguinte e o homem pereceu com a casa. A diferença entre o ouro do Egito e a capa de Jericó não é de valor material; é de estatuto diante de Deus: o primeiro era riqueza comum, dom da graça geral, apta ao uso santo depois de fundida; a segunda era despojo de culto sob juízo, e a ordem sobre as abominações é literal em Deuteronômio: “Não porás, pois, abominação em tua casa, para que não sejas anátema, assim como ela; de todo a detestarás, e de todo a abominarás, porque anátema é” (Deuteronômio 7:26). Regra, portanto: o que na herança de Olavo for perícia, observação e dom comum entra na categoria do ouro egípcio, passível de retenção; o que for fundamento, culto e via espiritual entra na categoria de Jericó, e queima sem inventário de valor, porque o valor é irrelevante onde há interdito.

Segunda regra, a da fundição. O ouro do Egito não entrou no tabernáculo com a forma de joia egípcia; foi fundido e refeito segundo o modelo mostrado no monte. Nada do que este capítulo retiver será retido na forma original: toda técnica, toda observação, todo hábito aproveitável será rebatizado sobre o axioma da Escritura, refundamentado, e o leitor verá a fundição acontecer em cada seção, porque reter sem fundir é contrabandear o fundamento junto com a ferramenta.

Terceira regra, a do rótulo. O que se retém, retém-se como dom de Deus pela graça comum, com a dívida histórica paga, o prólogo a pagou, e a autoridade zerada: nenhum item retido entra como porque o professor ensinou, todos entram como porque a Escritura autoriza e a razão cativa confere, e o teste do rótulo é simples, quem não consegue defender o item retido sem citar o nome do mestre ainda não o reteve, ainda o venera.

E quarta regra, a da consciência ferida, que tomo de Romanos catorze e deixo armada para a seção final: nem todo leitor deve manusear os despojos, e o que é lícito ao forte pode ser laço ao que saiu sangrando; a liberdade cristã inclui o direito de não tocar.

Acrescento uma quinta, deduzida do capítulo anterior e talhada contra o vício que ele expôs: a regra da mesa posta. Tudo o que for retido deve poder ser ensinado abertamente, na igreja, diante do presbitério, com definição pública e fonte na mesa; o que só funcionar em círculo, só convencer no dialeto, só valer entre os que já são de casa, não passou no crivo, porque retenção que precisa de penumbra é contrabando, e este livro não abre exceção nem para o próprio espólio que absolve.

Cinco regras; agora a balança.

Retém-se: a arte de estudar

Abro o inventário pelo item que o prólogo lançou como primeira coluna do crédito, e que é, de longe, o mais retível de todos: a arte de estudar. O que aquele primeiro curso me deu, e deu a milhares, foi um conjunto de perícias: planejar a própria formação como obra

de anos; tomar notas que pensam em vez de notas que copiam; ler com níveis de atenção diferentes conforme o livro e o fim; retornar, resumir, confrontar; organizar o tempo como quem administra um patrimônio que não volta.

E não descrevo de memória: as perícias estão nas aulas. O caderno único, primeiro. “É importante vocês tenham um caderno para anotar tudo o quanto se refira a este curso, incluindo os seus exercícios, as suas reflexões, as suas perguntas. Tem de ficar tudo junto ali, para que, ao fim de cinco ou seis anos, você possa fazer uma espécie de autobiografia intelectual.”⁴ O planejamento, depois, pelo que ele chamava o mapa da ignorância: “O mapa da ignorância é o único meio que você tem de planejar os seus estudos, daí para adiante, de uma maneira frutífera. É você perguntar: o que me falta saber para entender isto ou aquilo que eu desejo entender?”⁵ E a economia do tempo, com a sobriedade que faltava em quase tudo o mais: “Não adianta forçar mais de duas horas porque você não consegue. E duas horas não precisam ser duas horas contínuas.”⁶

Pesemos com as regras. Há aqui culto, fundamento ou via espiritual? Não: há técnica, do mesmo gênero da gramática, da mnemônica e da caligrafia, perícias que a graça comum distribui e que a Escritura em parte alguma interdita; o ouro é egípcio, e é ouro.

Passe, portanto, à fundição, porque é nela que o item muda de dono. Na escola, o estudo era a primeira rampa da escada: estudava-se para subir camadas, para ampliar círculos de latência, para tornar-se dos que percebem, e a técnica vinha soldada a essa teleologia iniciática, de modo que o aluno aplicado estava, sem saber, treinando para a gnose.

Fundido sobre o axioma, o estudo recebe a teleologia bíblica, que tem dois nomes: mordomia e amor. Mordomia, porque a mente é talento confiado, e o “procura apresentar-te a Deus aprovado, como obreiro que não tem de que se envergonhar, que maneja bem a palavra da verdade” (2 Timóteo 2:15) faz da escrivadinha um altar de prestação de contas; e amor, porque se estuda para servir, para ensinar os pequenos, para defender o rebanho, para trabalhar “fazendo com as mãos o que é bom, para que tenha o que repartir com o que tiver necessidade” (Efésios 4:28), jamais para subir, pois no reino a direção do crescimento é a de Cristo, “que, sendo rico, por amor de vós se fez pobre” (2 Coríntios 8:9), e desceu. O crente que estuda com as técnicas do velho curso e a teleologia do evangelho não está devendo nada ao sistema: está usando a enxada que a providência deixou no caminho, com o cabo trocado e a lâmina benzida no único batismo que converte ferramentas, o do propósito.

E a fundição, aqui, tem forma concreta que descrevo porque a pratico: o fichamento que antes catalogava percepções do mestre agora prepara sermões e catecismos; o plano de leitura que antes começava pela lista da escola agora abre pela Escritura inteira, lida e relida como o rei, de quem a lei dizia que “escreverá para si num livro, um traslado desta lei” (Deuteronômio 17:18), segue pelas confissões e catecismos, que são o mapa testado do território, e só então parte para as províncias, teologia, filosofia, história, cada qual entrando pela porta e na ordem que o fundamento dita; e o caderno de dúvidas, hábito precioso da velha disciplina, agora termina cada página com a pergunta que a velha disciplina jamais ensinou, o que diz o texto?

Nenhuma técnica foi perdida; todas mudaram de senhor, e trabalham mais felizes.

Retém-se: o apetite pela alta cultura

Segundo item do crédito: a literatura, e com ela o gosto geral pela alta cultura, a música que pede ouvido, a história lida nos clássicos, a suspeita salutar contra a dieta de mingau que a indústria cultural serve. Pesemos. O dom, em si, é egípcio e é ouro: “tudo o que é verdadeiro, tudo o que é honesto, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se há alguma virtude, e se há algum louvor, nisso pensai” (Filipenses 4:8); a ordem é uma licença de leitura mais generosa do que qualquer lista de curso, e o cristão que ama Dostoiévski, Machado e os trágicos não precisa de alvará olavista para o amor, precisa apenas devolver o alvará e ficar com os livros.

O convite, nas aulas, era desses que ficam: “comece a sua coleção de literatura em língua portuguesa, comece já”; e, adiante, “colecione mesmo e se disponha a guardar pelo resto de sua vida, porque vai ser referência”.⁷ Devo a esse parágrafo uma estante inteira, e não a devolvo.

Mas a fundição, aqui, exige maçarico, porque na escola a literatura nunca foi apenas deleite e formação: era via de conhecimento, o discurso poético abrindo o possível, o símbolo elevando o intelecto, a imaginação educada como órgão de percepção do ser, primeira estação da escada que este livro desmontou.

Fundida sobre o axioma, a literatura desce do sacrário e volta à sua glória própria, que é criatural: dom excelente da graça comum, exercício da imagem de Deus que fabula porque o seu Criador narra, escola de linguagem, de compaixão e de autoconhecimento, testemunho involuntário, em cada tragédia pagã, de que a lei está escrita nos corações e de que a morte não devia ser. O crente lê os grandes como quem visita um país estrangeiro riquíssimo: aprende a língua, admira os palácios, traz especiarias, e não se naturaliza; o passaporte fica na Palavra. E há um ganho de leitura que só a fundição dá: liberto da função iniciática, o leitor cristão pode enfim discordar dos clássicos, medi-los, vê-los errar, coisa que o devoto da alta cultura, para quem o cânone era escada, nunca teve coragem de fazer.

Quem lê sob a Escritura lê mais livre do que quem lê para subir.

Uma sentinela, porém, fica postada nesta seção, contra o vício que os ex-alunos carregam para dentro das igrejas sem notar: o culturalismo, a alta cultura convertida em nova insígnia de grau, o irmão que cita Dante medindo por cima o irmão que lê literatura de banca, a roda erudita reconstituindo, no salão social do templo, a hierarquia dos que percebem. A Escritura despacha a sentinela com um versículo que dói no ex-aluno como doeu em mim: “Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse amor, seria como o metal que soa ou como o sino que tine” (1 Coríntios 13:1). Cultura sem caridade é o velho grau com sotaque novo, e a igreja que trocar o mingau pelo esnobismo apenas mudou de doença.

Retém-se: o exemplo da prosa e os autores resgatados

Terceiro item do crédito, lançado no prólogo em segundo lugar do pódio: a literatura como ofício, o exemplo da prosa do próprio Olavo, e o serviço real que ele prestou desenterrando autores que a universidade havia decidido esquecer. Peso primeiro o resgate: devolver ao leitor brasileiro nomes sepultados pelo consenso, obrigar as panelinhas a reconhecer que a história intelectual do país era maior que o seu índice autorizado, isso foi serviço de utilidade pública, e o cristão o retém com facilidade porque a operação é conferível: os autores existem, os livros estão aí, cada resgate se verifica por leitura, e onde houver exagero de avaliação, e houve, a mesma leitura corrige.

Peso agora a prosa, que é herança mais íntima. Quem aprendeu a escrever lendo aquele homem aprendeu coisas que a Escritura aprova: a frase que assume o que afirma, o parágrafo que vai a algum lugar, o juízo dito com o peso do juízo, a recusa do cinzento acadêmico que esconde a covardia atrás da voz passiva.

O exercício, aliás, era ensinado com todas as letras: escolhidos os autores da coleção, “aprenda a imitar cada um desses, faça o exercício”.⁸ É pedagogia antiga e boa, a mesma da retórica clássica, e nada nela pertence ao fundamento julgado. Provérbios diz que “como maçãs de ouro em salvas de prata, assim é a palavra dita a seu tempo” (Provérbios 25:11), e a Reforma inteira foi também um acontecimento de prosa, Lutero forjando o alemão literário a marteladas, Calvino lapidando o francês com a clareza de quem crê

que Deus falou claro; o cristão tem linhagem própria de estilo e pode receber lições de fora dela sem constrangimento.

Mas a fundição separa, no exemplo herdado, o aço da rebarba: fica a clareza, a coragem e o ritmo; queima o deboche como método, que o sexto capítulo julgou pela raiz, e queima o maneirismo da autoridade, aquele tom de quem fala do alto de uma percepção inapelável, porque o escritor cristão argumenta debaixo de um Juiz e a sua firmeza vem das fontes, jamais do púlpito interior. Escreve-se forte porque a verdade é forte; quem escreve forte para parecer forte já trocou de fundamento no segundo parágrafo.

Retém-se: a fome despertada

Quarto item, o mais imaterial e talvez o mais valioso depois das técnicas: a escola despertou em milhares de crentes a consciência de que pensar é dever, de que a fé não pede demissão da inteligência, de que há pecado em ser raso podendo não ser. Essa fome, o prólogo a narrou em primeira pessoa, e a balança a examina com respeito, porque fome não é doutrina, é apetite, e o apetite em si veio de mais alto: “Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu pensamento” (Mateus 22:37) é mandamento da criação renovado por Cristo, e a escola não o inventou, apenas o acordou num povo que o dormia.

Retém-se a fome, portanto, como se retém a saúde recuperada, agradecendo a Deus inclusive pelo caminho torto por onde ela veio; e funde-se a fome mudando-lhe a mesa, da iniciação para a vocação, do subir para o servir, como as seções anteriores já lavraram.

Mas esta seção existe pelo aviso que devo às igrejas, e dou-o com a franqueza de quem pastoreia: essa fome despertada é agora responsabilidade nossa, e o crente que voltou da escola queimada trazendo o apetite intacto não pode encontrar de novo o púlpito raso, a desconfiança do estudo e o mingau devocional que o empurraram para fora da mesa na primeira vez. Se a casa não alimentar os que voltam, outro Egito os alimentará, porque fome não negocia, come onde há comida; e no dia do juízo das escolas, que este livro antecipou no que pôde, a pergunta feita aos pastores não será apenas por que deixastes que fossem, será também o que lhes servistes quando voltaram. A fome é ouro puro, e a mesa tem de ser do tabernáculo.

Retém-se com luvas: a geopolítica e a leitura do poder

Quinto item, lançado no prólogo entre as dívidas: a geopolítica, a leitura dos grandes blocos, dos jogos de poder entre potências e das correntes longas que atravessam a política das nações. O ouro, aqui, é do mesmo tipo do item cultural: informação organizada, hipóteses de leitura, e o hábito, raro no provinciano, de olhar o mundo como tabuleiro onde interesses de séculos se movem, hábito que a Escritura não interdita, ela que ensinou geopolítica ao exílio inteiro em quatro capítulos de Daniel.

As luvas, porém, são as mesmas duas do item cultural, e mais grossas. Estatuto: análise de conjuntura é o gênero mais falível da prosa humana, opinião sobre opiniões, e a escola tinha o vício de servi-la com aroma de revelação, o mestre lendo o tabuleiro como

quem lê um destino; retém-se rebaixando, cada tese carimbada como palpite datado e conferível, e o leitor fará bem em conferir de fato alguns palpites famosos contra o que depois aconteceu, exercício sóbrio que cura devoções melhor que muitos sermões.

Moldura: na escola, a geopolítica vinha encaixada na guerra espiritual das tradições, blocos iniciáticos e contrainiciáticos disputando o mundo, moldura que pertence à fogueira do quinto capítulo; fundida, a leitura do poder volta ao seu tamanho bíblico, que é menor na especulação e maior na certeza, pois o crente não sabe o que a próxima década fará com os impérios, e sabe o que a eternidade já decidiu sobre todos eles: “o Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens, e o dá a quem quer” (Daniel 4:17); “os reis da terra se levantam e os governos consultam juntamente contra o SENHOR e contra o seu ungido” (Salmos 2:2), e “aquele que habita nos céus se rirá; o Senhor zombará deles” (Salmos 2:4). A geopolítica do cristão termina sempre no Salmo dois, e essa moldura não pede iniciação nenhuma, pede joelhos.

Retém-se com luvas: a leitura do Brasil e o combate cultural

Sexto item, e o pesarei com as duas mãos porque ele é o mais popular do espólio e o mais perigoso de reter mal: a crítica cultural, a leitura do Brasil, o combate ao esquerdismo, à mediocridade universitária e ao jornalismo militante.

E o projeto foi declarado em aula, com o número que ele julgava suficiente: os alunos deviam “entrarem na arena, entrarem com tudo, com toda a força, como eu mesmo entrei”, e a conta era

simples, “se, em vez de haver um sujeito fazendo isso, houver quatrocentos? Estará acabada a brincadeira.”⁹ Registro o projeto porque ele explica a energia real de uma geração, e porque o que se pesa aqui é justamente o que sobrou dele.

Primeiro prato da balança, o que há de ouro: há observação arguta, e muita. A descrição da captura ideológica das instituições, da formação de consensos por conveniência de carreira, da miséria intelectual travestida de titulação, do mecanismo pelo qual a imprensa fabrica clima em vez de relatar fato, tudo isso continha diagnóstico empírico frequentemente certo, e o cristão pode retê-lo como retém o relatório de um vigia competente: informação de quem observou bem, conferível, revisável, útil. Segundo prato, as luvas, que são duas. Luva primeira: estatuto. Nada disso é doutrina; é opinião no sentido técnico do primeiro capítulo, juízo empírico falível sobre conjunturas, e o vício da escola foi precisamente promover diagnósticos de época a artigos de fé, de modo que discordar de uma análise sobre a imprensa virava heresia contra a percepção do mestre. Retém-se o conteúdo rebaixado ao seu posto: material de prudência, jamais de confissão. Luva segunda: moldura.

Na escola, a crítica da modernidade vinha embalada numa metafísica da história, a revolução como fenômeno espiritual de raiz gnóstica, a decadência como perda da unidade simbólica, o Ocidente como corpo místico da dupla Igreja e Império, moldura que carrega consigo a teologia inteira que este livro julgou. A fundição separa o relato do enredo: os fatos observados passam; a filosofia da história queima, e o crente reexplica os mesmos fatos com as categorias que a Escritura fornece e que são mais poderosas, pecado, idolatria, supressão da verdade, juízo de Deus entregando as nações aos seus

próprios conselhos. O marxismo cultural que a escola combatia como gnose invertida, o cristão o combate como o que ele é diante do texto sagrado: idolatria messiânica de Estado, religião da autorredenção, caso particular da fábrica de ídolos, e o combate assim fundado é mais duro e mais limpo, porque não precisa de contrainiciação nenhuma, precisa de púlpito.

E aqui crava-se de novo, agora com todo o peso dos autos, a regra de ouro que o prólogo anunciou: o fato de alguém acertar contra a esquerda não significa que acertou diante de Deus. A frase tem verso e reverso, e o reverso é para nós: o fato de estarmos contra a esquerda não nos põe automaticamente diante de Deus, e a direita, o conservadorismo, a tradição, a cultura, qualquer bandeira que ocupe na alma o lugar do evangelho é ídolo com a mesma certidão dos que combate. O cristão não é um direitista que ora; é um servo do Rei que, por lealdade ao Rei, resiste às idolatrias de todos os quadrantes, na ordem em que ameaçam o rebanho.

E para que a fundição não fique em promessa, executo-a diante do leitor num exemplo, o mais famoso do espólio: o diagnóstico do imbecil coletivo, a inteligência brasileira rebaixada pelo conformismo de grupo, cada intelectual repetindo o rebanho letrado para não perder o assento.

A definição é dele, e é boa: o Imbecil Coletivo não é feito de imbecis, escreve ele, mas de "pessoas normais e às vezes pessoas de alta inteligência, que por um vício, por uma conveniência política, uma solidariedade corporativa, se reúnem para se imbecilizar uns aos outros, assimilando cacoetes de linguagem que os impedem de entender qualquer coisa".¹⁰ Retenho a descrição inteira. A

observação é boa e o fenômeno é real; a explicação da escola, porém, o lia pela sua moldura, embotamento da percepção, perda dos graus superiores da consciência, rebaixamento espiritual da cultura.

Numa aula, a moldura sobe de tom: examinando o material, diz ele, “hoje eu começo a perceber que é uma coisa satânica mesmo”.¹¹ Guarde o leitor a passagem do sociológico ao demonológico, porque é ela que a fundição terá de desfazer.

Funda-se o mesmo fenômeno sobre o axioma e ele fica mais nítido e mais barato: chama-se temor do homem, e o provérbio já o tinha fichado, o receio do homem arma laços; chama-se amor da glória, e João o diagnosticou nos príncipes que criam em Jesus e não o confessavam, porque amavam mais a glória dos homens do que a glória de Deus; chama-se, na anatomia de Romanos, supressão interessada da verdade por corações que sabem e não querem. Nenhuma camada é necessária para explicar o covarde letrado; basta a queda, que é doutrina pública, ensinável a uma criança de catecismo, e que ainda por cima alcança o que a moldura da escola jamais alcançou, o próprio observador, pois o temor do homem que emburrece a universidade é o mesmo que emudece o púlpito e o mesmo que, em círculos de curso, proibia discordar do professor. A explicação bíblica é superior por dois testes que qualquer engenheiro aceita: explica mais casos com menos peças, e explica inclusive o mecânico. Eis a fundição em ato; o leitor a repita com cada diagnóstico que quiser reter, e descobrirá que o ouro egípcio, feito no molde do monte, brilha mais do que brilhava no Egito.

Queima-se: o inventário do fogo

Chego ao anátema, e serei breve por método, porque cada item desta lista já ardeu em capítulo próprio e aqui apenas se lavra o auto, com a razão da queima resumida a uma linha e o capítulo da demonstração implícito em cada uma, para que ninguém acuse a fogueira de sumária: ela é a mais documentada da história recente do gênero. Queima a moldura perenialista e sacramental inteira¹, e queima o conhecimento por presença, fundamento julgado e executado no terceiro capítulo, com todas as suas dependências, a contemplação como via de acesso, o treinamento da consciência, a certeza pré-discursiva. Queima a doutrina do símbolo essencial, que faz do signo participação e da hermenêutica ascese, e com ela toda leitura por camadas aplicada à Escritura Sagrada, que é o seu uso mais letal.

Queima a psicologia das doze camadas e toda a família dos graus, patamares e realizações, substituída, com vantagem infinita, pela doutrina bíblica da regeneração e da santificação pelos meios ordinários. Queima a astrologia inteira, simbólica e preditiva, sem a distinção que o quinto capítulo desmontou, e queima em sentido estreito: material astrológico não se guarda, não se doa e não se revende, porque Deuteronômio não manda arquivar abominações, manda detestá-las, e o precedente de Éfeso fixa a jurisprudência, os que haviam praticado artes mágicas trouxeram os seus livros e os queimaram diante de todos, calculado o preço, e ninguém propôs sebo. Queima o perenialismo em todas as versões, a Tradição Primordial, a unidade transcendente das religiões, a leitura da fé cristã como espécie do gênero tradição, e queima ainda que venha recomendado pelos autores mais elegantes do gênero, porque

elegância não muda estatuto e o quinto capítulo já pesou os melhores.

Queima a tese dos sacramentos iniciáticos, e com ela toda a compreensão da religião como tecnologia graduada de acesso ao Supremo. Queima a pedagogia dos graus, o mestre como padrão vivo, a discordância como sintoma, a obediência de tariqa, seja qual for o nome ocidental que vista. E queima, por fim, a hierarquia inteira que subordinava a lógica à percepção e a Palavra à experiência, que é a raiz de onde tudo o mais rebrotava.

O leitor notará que nenhum item da fogueira é técnica, informação ou dom: tudo o que arde é fundamento, culto ou via.

A balança não confiscou nenhum ouro; recusou-se apenas a chamar de ouro a capa de Jericó.

E antecipo a objeção que esta seção colherá dos vizinhos seculares e de alguns crentes tímidos. “Queimar livros é obscurantismo”, dirão, “gesto de fanático.” E fecham com a pergunta que dói: “Não é traição da própria vida intelectual que este livro diz defender?” A objeção confunde duas fogueiras que a história conhece bem e que nunca foram a mesma.

Há a fogueira do censor, que queima os livros dos outros para que ninguém os leia, e essa o cristianismo bíblico não acende: este livro inteiro é a prova, pois debateu o adversário citando-o, mandou o leitor conferir as fontes e desejou, no prólogo, respostas à altura; quem quer calar não escreve trezentas páginas de refutação, escreve uma denúncia. E há a fogueira de Éfeso, que é autobiográfica: os próprios praticantes das artes mágicas,

convertidos, trouxeram os próprios livros e os queimaram diante de todos, calculado o preço, cinquenta mil moedas de prata viradas fumaça por decisão dos donos. Ninguém confiscou nada de ninguém; homens livres romperam publicamente com a própria prática, e o valor queimado era o recibo da conversão. É essa, e somente essa, a fogueira que este capítulo prescreve, e prescreve apenas para o material de prática interdita, o astrológico e o operativo, não para as obras de ideias, que ficam na estante da documentação para quem tiver estômago e chamado de refutá-las. O obscurantista teme o livro porque não sabe respondê-lo; o convertido de Éfeso queima o seu porque já o respondeu, com a vida. A diferença entre os dois é a diferença entre censura e arrependimento, e quem não a vê nunca se arrependeu de nada que lhe custasse cinquenta mil moedas.

Os casos difíceis

Todo inventário honesto tem a gaveta dos itens que não se deixam classificar num gesto, e abro a minha com as peças que os leitores mais disputarão. Primeira: a paralaxe cognitiva³. O instrumento prestou serviços a este próprio livro, que o usou duas vezes contra o dono, e a tentação é retê-lo inteiro, com o nome de batismo e tudo, porque o nome pegou e a coisa funciona.

O crivo manda fundir, e a fundição aqui é uma aula de como conceitos carregam contrabando. O que a paralaxe tem de válido é a velha detecção de incoerência performativa, o flagrante do homem cujo ato de afirmar desmente o conteúdo afirmado, caso particular da redução ao absurdo, patrimônio da lógica desde os gregos e,

para nós, reflexo do Logos que não se contradiz; isso se retém, com o nome antigo e limpo, e o primeiro capítulo deste livro o usou antes de o sistema comparecer. O que a paralaxe tem de próprio da escola é o resto do pacote: a experiência vivida como tribunal do discurso, a biografia como instância de verificação, a insinuação de que toda tese se julga perguntando de onde o autor fala; e esse resto, o leitor o reconhece, é o fundamento condenado vestido de ferramenta, e queima com o resto do tribunal. Fica a lâmina, devolve-se o cabo, e o leitor que duvidar da diferença faça o teste: a incoerência performativa se demonstra exibindo as duas proposições em conflito, operação pública que qualquer um confere; a paralaxe completa se alega, exibindo a vida do adversário, operação de vidente que ninguém confere.

Uma é lógica; a outra é biografia armada.

Segunda peça: a teoria dos quatro discursos². Como taxonomia da persuasão, distinguir o registro poético do retórico, o dialético do demonstrativo, ela é útil, didática e, no essencial, aristotelicamente honesta; professores de retórica e pregadores podem usá-la como usam qualquer mapa de gêneros, e o pregador, aliás, com proveito, pois o sermão transita pelos quatro registros e o mau sermão é quase sempre um registro só. Como epistemologia, a escada que sobe do senso comum decantado às premissas da ciência, ela foi julgada e caiu no quarto capítulo; e como chave da história, a decadência do Ocidente medida pela fratura dos discursos, ela carrega a filosofia da história que já queimou.

Retém-se o mapa, queima-se a metafísica do mapa.

Terceira peça, a mais delicada: a própria figura do mestre na memória afetiva do ex-aluno. Não está na balança dos conceitos, e por isso mesmo precisa de sentença pastoral: a gratidão pode ficar, o prólogo deste livro é a prova de que ela convive com o juízo; a saudade pode ficar, que o coração não é herege por lembrar; o que não pode ficar é o tribunal interno que ainda pergunta, diante de cada tese nova, o que o professor acharia. Esse tribunal se demite, com honra e sem ódio, e a vaga volta ao único Juiz que a Escritura reconhece. Honrar um morto é lícito; consultá-lo, a Escritura chama por outro nome.

E uma quarta peça, miúda e diária: o vocabulário. O ex-aluno fala um dialeto, o sexto capítulo o descreveu, e as palavras da casa continuam saindo, cosmovisão, percepção, consciência, alta cultura, estrutura da realidade, cada qual carregando, no fundo falso, um pedaço do sistema. A regra da fundição se aplica letra a letra: palavra que puder ser definida publicamente, sobre o axioma, com sentido conferível, fica, e cosmovisão, por exemplo, fica, porque a tradição reformada a definiu antes e melhor; palavra que só funcionar como senha, evocando o peso do uso do círculo sem suportar definição, cai, e o leitor descobrirá quais são as suas testando cada uma na mesa posta da quinta regra. A língua é a última província que o sistema evacua, e o crente vigilante lhe faz inventário como fez à estante.

O arquivo e a cátedra: sobre os cursos gravados

Uma pergunta prática atravessa todas as seções anteriores e merece resposta própria, porque é a que os ex-alunos mais fazem: e as aulas? Posso ainda assistir? Posso indicar? Há material bom no meio, análises de autores, aulas de método, comentários de leitura; joga-se tudo fora? A resposta pede uma distinção que a Escritura autoriza e a prudência exige, a distinção entre o arquivo e a cátedra.

E a própria cátedra ajuda a traçá-la, porque sabia o que fazia: “Quando um aluno chega e está louco para ler quinhentos livros de filosofia, eu digo para ele não ler nada, mas simplesmente: senta aí e escuta.”¹² Senta e escuta: o regime da aula era, por desenho, de formação da consciência sob direção, e não de consulta a um acervo. Quem abre a aula como arquivo faz outra coisa com ela do que ela foi feita para fazer, e é precisamente por isso que a distinção funciona.

Consultar um arquivo é operação de quem já tem fundamento: o pesquisador maduro abre a aula duzentos e tal como abre qualquer fonte histórica, com as quatro perguntas na margem, o lápis do crivo na mão e a alma fora do alcance da voz, e essa consulta é lícita ao forte, do mesmo modo que este livro consultou tudo o que refutou. Sentar-se sob uma cátedra é outra coisa: é entregar-se à formação, expor a alma, semana após semana, ao modo de ver de um mestre, na postura receptiva que todo aprendizado exige e que é, precisamente, a porta pela qual os fundamentos entram sem pedir licença. O salmo primeiro não proíbe conhecer o conselho dos ímpios, que os profetas conheciam por ofício; proíbe andar nele,

fazer dele o passeio habitual da alma, e quatrocentas aulas em velocidade um ponto vinte e cinco são um andar, eu o sei porque andei. Segue-se a regra, em duas cláusulas.

Cláusula do uso próprio: o crente maduro e fundamentado pode consultar o arquivo como documentação, com crivo escrito e propósito definido, e o crente que sair da consulta com o tribunal interno reativado aprendeu, no ato, que para ele a cláusula não vale. Cláusula da indicação: não se indica a cátedra a ninguém, e ao novo na fé, nem o arquivo, porque indicar é servir a mesa do capítulo quinto ao público do agravante, e nenhuma aula sobre método de leitura compensa o risco documentado neste processo; quem quiser dar a um jovem o que aquele curso tinha de bom, dê-lhe este mesmo bem por outra fonte, que hoje existe em português e fundamentada, e guarde o arquivo para os peritos.

O museu de armas serve ao historiador; não se manda criança brincar nele.

O que não estava no espólio

Antes do protocolo final, uma retificação de inventário, porque há bens que os herdeiros lançam no monte e que nunca pertenceram ao morto, e o maior deles exige lavratura em separado. Ouço com frequência, de crentes sinceros, a defesa suprema da escola: eu me converti por causa dele; foi lendo o professor que voltei para a igreja; conheço dezenas que Deus salvou por aquele curso.

Trato o testemunho com o respeito que a sinceridade merece e com a precisão que a teologia exige, porque nele há uma confusão de

escritura que rouba a glória do dono.

A Escritura é inequívoca sobre o instrumento da regeneração: fostes regenerados não de semente corruptível, mas de incorruptível, pela palavra de Deus, viva e permanente; a fé vem pelo ouvir, e o ouvir, pela palavra de Cristo; e o Espírito opera quando e onde lhe apraz, pelos meios que ele mesmo consagrou. Se um homem foi convertido nos anos da escola, foi convertido pela Palavra que chegou até ele naqueles anos, pela Bíblia que o curso o fez abrir, pelo sermão que ouviu já desperto, pela verdade fragmentária que a graça comum deixou passar entre as camadas, e a honra desse milagre pertence ao Espírito e à semente, jamais ao terreno acidentado onde a semente caiu. Deus salvou gente em cursos olavistas como salvou Agostinho num jardim maniqueu de vizinhança e como salva gente todo ano em igrejas que pregam torto: apesar de, por cima de, atravessando, porque a soberania não pede alvará ao ambiente. Confundir a ocasião com a causa é o erro que a escola ensinou em epistemologia repetido agora em soteriologia, e este livro o corrige nas duas contas de uma vez: o sistema não fundamenta conhecimento e não converte pecador; quem faz as duas coisas é a Palavra, que estava lá antes do curso, esteve lá apesar do curso e continuará lá quando o último caderno do curso virar papel amarelo. Que os convertidos daqueles anos agradeçam, portanto, e agradeçam alto; mas confirmem o endereço da fatura, porque gratidão entregue no endereço errado tem nome no primeiro mandamento.

E o mesmo lançamento retificador vale para um bem menor e igualmente lançado no monte por engano: a coragem. Diz-se que a escola ensinou coragem a uma geração de crentes acovardados, e é meia verdade; o que ela ensinou foi destemor de temperamento,

exemplo de um homem que não recuava, e exemplos formam. Mas a coragem cristã tem outra escritura de origem, sê forte e corajoso porque o Senhor teu Deus é contigo, e a diferença aparece no teste: o destemor de temperamento precisa de plateia e vive de vencer; a coragem da promessa dispensa as duas coisas, e por isso sobe ao cadafalso cantando salmos, coisa que nenhum polemista jamais precisou fazer. Retenha-se o exemplo pelo que vale, um empurrão providencial; e busque-se a coragem onde ela mora, que não é no temperamento de ninguém.

O leitor com a caixa de fósforos

Resta o protocolo, porque o leitor que me acompanhou até aqui tem, neste momento, uma estante real diante de si, e este livro não terminará em generalidade.

Eis o procedimento, em quatro passos, para cursos, livros, apostilas e cadernos. Primeiro passo, triagem por categoria, com as regras deste capítulo: material técnico e de observação de um lado; material de fundamento, símbolo, grau e via, do outro; e o astrológico e esotérico operativo em pilha separada, que não é estante, é fogueira, pela jurisprudência de Éfeso. Segundo passo, a fundição do que ficou: releitura com as quatro perguntas do tribunal na margem, de onde parte, o que chama verdade, como reconhece o erro, quem julga quem, e anotação explícita, no próprio caderno, das respostas, porque a fundição que não se escreve se esquece.

Terceiro passo, o teste da consciência, e aqui mando obedecer a Romanos catorze contra qualquer brio intelectual: se o leitor saiu ferido daquela escola, se certos volumes ainda lhe falam com a voz

antiga, se abrir o caderno reacende o tribunal demitido, então para esse leitor, e enquanto durar a fraqueza, a estante inteira é Jericó, e desfazer-se dela não é obscurantismo, é cirurgia, pois melhor entrar na vida sem biblioteca do que, com ela inteira, alimentar a chama errada. O forte que zombar dessa prudência responda primeiro à pergunta de Paulo: e por causa do teu conhecimento perecerá o irmão fraco, pelo qual Cristo morreu?

Quarto passo, o destino do retido: que sirva, e depressa. Ouro fundido que fica no cofre volta a ser joia egípcia na terceira geração; a técnica de estudo que não estiver, em um ano, produzindo catecúmenos mais bem ensinados, sermões mais bem preparados ou livros mais bem escritos para a igreja, terá provado que foi retida por vaidade, e vaidade é combustível.

O inventário não é um fim; é uma ordem de serviço.

E fecho a seção com o protocolo que os pastores me pedirão, porque o membro olavista existe, está no banco da igreja, e a maneira de pastoreá-lo decide se este livro constrói ou apenas vence. Primeira instrução: não o ridicularize do púlpito. O deboche é a liturgia da escola dele, e combatê-la com a mesma liturgia confirma ao homem que trocou uma tribo por outra, quando o que ele precisa ver é outro fundamento; além do que, o púlpito é para a Palavra, e sermão com alvo na plateia é covardia com microfone.

Segunda: alimente antes de podar. A fome dele é legítima e está mal servida; ponha diante dela sistemática de verdade, exegese com nervo, os reformadores no original, Clark e os pressuposicionalistas, e deixe o banquete fazer metade do trabalho, porque quem prova a

razão cativa bem cozida perde o paladar para presenças. Terceira: vá com as fontes, em particular.

A conversa que muda esse homem é a de mesa, com o Saber e o Enigma aberto de um lado e a Bíblia do outro, as passagens deste livro conferidas linha a linha, sem triunfo na voz; ele foi treinado a desprezar quem opina e a respeitar quem confere, use o treinamento a favor. E quarta: dê tempo e dê função. A saída de um sistema total leva estações, não domingos, e o homem que vai saindo precisa de serviço na casa nova, um catecúmeno para ensinar, uma classe, um ministério da mente, porque fome com as mãos vazias volta para trás. O pastor que fizer essas quatro coisas descobrirá o que eu descobri: os melhores obreiros da próxima geração reformada estão, agora mesmo, com trezentas aulas no histórico e um vazio no peito, esperando alguém que os leve a Bereia sem humilhá-los pela viagem que fizeram.

E aos pais que me leem com o filho na sala do curso, uma palavra específica, porque a casa não é o púlpito e tem armas próprias: não decrete, converse; não confisque, confronte com fontes, que o filho treinado por aquela escola respeita quem confere e despreza quem apenas proíbe; peça a ele que te ensine o que anda aprendendo, porque quem ensina se expõe, e na exposição as quatro perguntas do tribunal entram pela boca do próprio filho; e ora, com o nome dele, todos os dias, porque o capítulo terceiro provou que contra presenças não há argumento que baste, há a Palavra e o Espírito, e esses atendem por oração, que é a única técnica desta casa que nenhuma escola rival tem.

Veredito: o ouro que sobrou

Fecho a balança e declaro o resultado, com a exatidão que prometi no prólogo quando disse que talvez sobrasse pouco, talvez nada, ou alguma coisa.

Sobrou alguma coisa, e permita-me o leitor declará-la como contador, que é ofício que exerço e que a providência, vejo agora, me deu também para esta página. Todo balanço tem três linhas. No ativo: a arte de estudar, fundida em mordomia; o apetite pelos grandes livros, fundido em liberdade; o exemplo da prosa, sem o deboche; os autores resgatados, conferíveis um a um; um feixe de observações argutas sobre o Brasil e o século, rebaixadas a relatório de vigia e reexplicadas pelas categorias da Escritura; uma lâmina lógica com o cabo trocado; um mapa de gêneros sem metafísica; e a fome, que vale mais que tudo e que já era de Deus. No passivo: anos de fundamento falso, uma temporada de heterodoxia confessada no prólogo, hábitos de deboche e de suspeita que levaram estações para morrer, cadernos que precisaram de triagem e um tribunal interno que precisou de demissão.

E o patrimônio líquido, a linha que os leigos esquecem e o contador não pode esquecer: uma lição de discernimento paga pelo preço alto que este livro documentou, e que agora, publicada, deixa de ser prejuízo privado para virar capital da igreja, pois a perícia comprada com o erro de um serve à guarda de muitos, e essa conversão de perda em doutrina é a especialidade mais antiga do Deus que fez do perseguidor o apóstolo. O balanço fecha positivo, mas note o leitor por quê: fecha positivo pela contabilidade da graça, que lança no ativo até o que o inimigo escriturou como dano. Pela contabilidade

do sistema, o resultado é outro, e declaro-o sem apelação: do que era próprio do sistema, do que só ele oferecia e mais ninguém, do fundamento, da via, dos graus, do símbolo, dos astros, da tradição e das iniciações, não sobrou um centavo; ardeu tudo, e a fumaça não deixa saudade a quem entendeu o processo.

Duas contas encerram o livro antes do veredito final. A primeira é com o ouro: ele nunca foi do Egito. A perícia, a inteligência, o dom de ensinar, o faro cultural, tudo o que havia de admirável naquele homem era graça comum do Deus que faz nascer o seu sol sobre maus e bons, capital emprestado cujos juros este processo cobrou capítulo a capítulo; de modo que a gratidão do ex-aluno, purificada, sobe mais alto que o professor e se dirige, como toda gratidão sã, ao Doador, que usa instrumentos e não divide com eles a glória.

E a segunda conta é contigo, leitor, que chegaste ao fim do inventário com as mãos cheias e o coração aliviado, e que talvez estejas tentado a pensar que o livro termina aqui, na sabedoria equilibrada de reter o bom e queimar o mau. Não termina, e o equilíbrio não é a última palavra, porque falta a pergunta que nenhum inventário responde e que o Veredito final fará de frente: depois de pesado o espólio do mestre, diante de quem tu te ajoelhas? Vira a última página comigo.

Notas

1. Olavo de Carvalho, *O Saber e o Enigma*, parte III, para a moldura perenialista e sacramental julgada neste inventário. ↩

2. Olavo de Carvalho, *Aristóteles em Nova Perspectiva*, para a teoria dos quatro discursos, retida como taxonomia e recusada como epistemologia. ↩
3. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, para a paralaxe cognitiva, as doze camadas e a pedagogia examinadas neste inventário. ↩
4. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, na instrução sobre o caderno único do curso e a autobiografia intelectual. ↩
5. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, na exposição do mapa da ignorância como método de planejamento dos estudos. ↩
6. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, na resposta sobre a duração diária do estudo formal. ↩
7. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, no convite à formação de uma coleção pessoal de literatura em língua portuguesa. ↩
8. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, no exercício de imitação dos autores da coleção. ↩
9. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, sobre a entrada dos alunos no debate público e o número necessário para mudar a cena intelectual brasileira. ↩
10. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, na definição do Imbecil Coletivo como fenômeno de solidariedade corporativa e cacoete de linguagem. ↩
11. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, no exame do material reunido para *O Imbecil Coletivo*, com a atribuição do fenômeno a causa satânica. ↩

12. Olavo de Carvalho, *Curso Online de Filosofia*, na descrição do regime do curso para o aluno recém-chegado. [↩](#)

VEREDITO: CRISTO, E NÃO O MESTRE

A pergunta que sobra depois de todas

Sete capítulos julgaram um sistema, e um sistema julgado deixa sobre a mesa, quando o último argumento se cala, uma pergunta que nenhum argumento responde e que este veredito existe para fazer de frente. Não é a pergunta se Olavo de Carvalho estava certo; essa foi respondida, e respondida com as fontes na mesa. É a pergunta que o processo inteiro estava, sem dizê-lo, preparando: se o mestre não serve de fundamento, quem serve? Porque a alma humana não suporta o vácuo do fundamento, e é essa a lição mais séria que este livro tem para dar, mais séria que qualquer refutação particular.

O homem foi feito para apoiar-se em algo último, e apoiar-se-á; a única escolha que lhe cabe não é entre ter um fundamento e não ter, é entre o fundamento verdadeiro e um ídolo. Derrubar a escola de Olavo de Carvalho sem apontar o chão que resta seria, portanto, um serviço pela metade, e as metades, em teologia, costumam ser as mais perigosas das inteiras, porque deixam a casa varrida e vazia à espera dos “outros sete espíritos piores” que voltam para habitar nela (Mateus 12:45).

Este veredito não varre apenas; aponta o Morador.

E aponta-o com a franqueza de quem já morou na casa vazia. Eu não escrevo este fecho do alto de uma vida que nunca conheceu a sedução; escrevo-o de dentro da experiência que o prólogo confessou, a de um homem que teve um mestre no lugar que só cabe a Deus e que precisou, pela misericórdia do próprio Deus, aprender a diferença a duras penas.

Por isso o veredito não é frio. Um tribunal humano encerra com a leitura seca da sentença; este encerra com algo que os tribunais humanos não conhecem, porque o Juiz deste processo é também o Salvador do réu e do acusador, e a última palavra de um processo assim não pode ser apenas condenação, tem de ser convocação. A sentença sobre o sistema já foi dada, capítulo a capítulo. O que falta é a palavra sobre ti, leitor, e sobre mim, e sobre todos os que um dia confundimos a luz com a lâmpada.

Por que o mestre não pode ser o chão

Recolho, primeiro, a razão de fundo pela qual nenhum mestre humano, por maior que seja, pode ocupar o lugar do fundamento, porque esta razão é a espinha oculta que atravessou os sete capítulos e merece ser dita de uma vez, à luz aberta.

Todo mestre humano é criatura, e criatura é, por definição, aquilo que não se sustenta a si mesmo. O mais luminoso dos homens brilha com luz recebida, pensa com uma mente que lhe foi dada, respira num fôlego que não fabricou, e morre, provando no fim que nunca foi fonte de nada, apenas canal, e canal se seca. Fundar o

conhecimento, a vida ou a alma num homem é fundar o permanente no perecível, o necessário no contingente, e a estrutura do erro é sempre a mesma, quer o homem se chame Aristóteles, Tomás, Descartes ou Olavo: toma-se um ponto dentro da criação e faz-se dele o ponto de apoio de toda a criação, movimento que a Escritura tem um nome único para descrever, em toda a sua extensão, da filosofia à feitiçaria.

O nome é idolatria, e a sua definição em Romanos é de uma precisão que atravessa este livro inteiro como um eixo: "honraram e serviram mais a criatura do que o Criador" (Romanos 1:25). Toda a crítica dos sete capítulos, reduzida à sua fórmula mais curta, é a aplicação dessa única sentença ao caso de um filósofo: um sistema que parte da consciência, funda-se na presença, sobe por graus e coroa um vidente, honra e serve mais a criatura do que o Criador, com requinte de método e beleza de prosa.

E a razão pela qual isso não podia dar certo não é acidental, é metafísica: a criatura não aguenta o peso que só o Criador sustenta, e todo edifício erguido sobre ela racha, mais cedo ou mais tarde, pela linha da falha que estava na fundação desde o primeiro dia.

Rachou no sistema, e o livro mostrou onde. Racha em toda vida que repete o gesto.

Contra isso ergue-se a razão pela qual só Cristo pode ser o chão, e ela é o simétrico exato da anterior. Cristo não é uma criatura eminente; é o Criador encarnado, o Verbo de quem se diz que "todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez" (João 1:3), e por isso, unicamente por isso, ele suporta o peso do fundamento sem rachar.

Nele, diz Paulo aos colossenses na mesma carta que este livro citou contra as filosofias segundo os rudimentos do mundo, “estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e da ciência” (Colossenses 2:3); e o texto escolhe as palavras com uma pontaria que os iniciados de todos os séculos deveriam ter tremido de ler, porque tesouros escondidos e ciência, palavra que no grego do apóstolo é gnosis, são exatamente o vocabulário da gnose, e Paulo o toma da boca dos gnósticos para dizer-lhes que o tesouro que procuram em graus, símbolos e presenças está inteiro, aberto e de graça, numa Pessoa que se deixou pregar numa cruz à vista de todos.

O que a gnose promete e não entrega, o mistério reservado aos aptos, Cristo é e dá, e dá pela via que escandaliza todo iniciado, a via da fé que se apoia não na altura do crente mas na obra do Salvador.

Eis a razão última pela qual o mestre não pode ser o chão e Cristo pode: o mestre, sendo criatura, precisa ele próprio de um fundamento, e aponta, se for honesto, para além de si; Cristo, sendo Deus, é o fundamento para além do qual não há outro, a pedra angular sobre a qual se pode edificar sem medo do dia da chuva, porque, de quem sobre ela edifica, disse ele mesmo: “desceu a chuva, e correram rios, e assopraram ventos, e combateram aquela casa, e não caiu, porque estava edificada sobre a rocha” (Mateus 7:25). O sistema de Olavo era casa sobre a areia, e o livro assistiu ao seu ruir.

A convocação deste veredito é para a Rocha.

O que a Rocha oferece que a escada não podia

Que ninguém pense, porém, que a troca proposta é a de uma sabedoria rica por uma fé pobre, o brilho da alta cultura pela simplicidade devota, como se abandonar o mestre custasse à inteligência o seu banquete. É o contrário, e o contrário precisa ser dito com todas as letras, porque é a mentira da escada que assusta os que hesitam à saída.

A escada prometia altura e entregava vertigem; a Rocha oferece o que a escada só sabia simular. Prometia conhecimento, e o entregava reservado, graduado, incerto, refém do olho do mestre; a Rocha oferece conhecimento real, público e certo, porque Deus falou em proposições que uma criança entende e um doutor não esgota, e o menor dos crentes sabe, com certeza que nenhum iniciado jamais teve, que Deus é seu Pai em Cristo.

Prometia profundidade, e entregava porão; a Rocha oferece profundidade sem fundo, pois em Cristo estão todos os tesouros, e o crente passa a eternidade a descê-los sem nunca tocar o chão, com a diferença de que desce à luz e em segurança, não à apalpadela num escuro habitado. Prometia unidade da consciência, e a comprava ao preço da adesão; a Rocha oferece unidade da pessoa inteira, reconciliada com Deus, consigo e com o próximo, unidade que não se fabrica subindo mas se recebe descendo, ao pé da cruz, onde o orgulho que fragmenta é o primeiro a ser deposto.

E prometia uma elite; a Rocha oferece uma família, na qual o último tem os mesmos tesouros do primeiro e a régua não é a percepção mas a caridade, de sorte que a avó analfabeta que ama a Cristo está

acima, no único ranking que contará no último dia, de todos os videntes de todas as tradições.

A troca, portanto, não empobrece; enriquece, e enriquece a quem a escada empobrecia, o simples, o cansado, o que nunca teria tempo nem talento para subir camada nenhuma. “Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei” (Mateus 11:28), disse a Rocha; nenhuma escada jamais disse todos, porque escada é feita para separar, e esta foi feita para reunir.

A palavra sobre o homem

Resta a palavra mais difícil, e não fugirei dela no fecho como não fugi no prólogo, porque um livro que julgou a doutrina de um homem deve, ao encerrar, pôr o próprio homem onde só ele cabe, nas mãos de Deus, e fazê-lo à vista do leitor, para que ninguém confunda o juízo da obra com a condenação da alma.

Olavo de Carvalho morreu, e o seu destino eterno não é matéria deste tribunal nem de tribunal humano algum; pertence inteiro Àquele “que conhece os corações” (Atos 15:8) e ao nome de quem “se dobre todo o joelho dos que estão nos céus, e na terra, e debaixo da terra” (Filipenses 2:10). A doutrina que ele publicou eu julguei, porque ela é pública e forma almas, e o julgamento está nos autos, sem retratação e sem exagero.

O homem eu entrego, e entrego com a oração que já lavrei no prólogo e repito no fecho porque ela é sincera: que a misericórdia que alcança pecadores no último instante, o ladrão na cruz é a garantia de que alcança, o tenha alcançado, e que os seus últimos

minutos o tenham encontrado apoiado não na sua erudição imensa, não na sua tradição, não nos seus graus, mas na única coisa que sustenta um homem na hora em que todas as camadas se dissolvem, o Cristo das Escrituras, morto e ressurreto pelos pecadores, entre os quais eu me conto primeiro.

Não sei o que se passou naquele quarto, e não é dado a mim saber; sei que o Juiz é justo e é misericordioso, e que essas duas coisas, que nos homens brigam, nele se encontraram numa cruz: “A misericórdia e a verdade se encontraram; a justiça e a paz se beijaram” (Salmos 85:10). Deixo o homem ali, ao pé dela, que é o único lugar onde eu mesmo tenho abrigo, e de onde não teria autoridade nenhuma para julgar a alma de quem quer que seja. O acusador e o réu comparecem, no fim, ao mesmo tribunal, e imploram a mesma graça; esqueci-me disso em nenhuma linha, e não me esqueço agora.

A palavra sobre ti

E a palavra sobre ti, leitor, com quem caminhei sete capítulos e a quem devo, no fecho, o essencial, porque por ti este livro foi escrito antes que por qualquer outro.

Se chegaste até aqui vindo daquela escola, com o caderno cheio e o coração dividido, ouve a convocação sem o medo que a escada te ensinou a sentir diante das saídas. Não te peço que odeies o que amaste, que queimes a memória, que renegues a tua própria história; o sétimo capítulo já te mostrou como reter o ouro e queimar só a palha, e a tua inteligência desperta, o teu apetite pelos

grandes livros, a tua sede de pensar com seriedade, tudo isso é bom e vem de mais alto e fica.

Peço-te uma só coisa, a que a escada nunca te deixou fazer: desce. Desce da subida infinita que nunca te dava o topo; desce do grau que sempre tinha outro acima; desce do tribunal interno que ainda pergunta o que o professor acharia; e ajoelha-te, não diante de um mestre que precisou ele próprio de um Salvador, mas diante do Salvador que nenhum mestre pôde te dar.

A porta de Bereia, onde se examinava “cada dia nas Escrituras se estas coisas eram assim” (Atos 17:11), continua aberta, e ela dá para dentro, para o Livro que suporta ser conferido porque foi Deus quem o escreveu, e para a Pessoa de quem o Livro fala, que suporta ser o teu fundamento porque é a Rocha que não se abala. Tu, que aprendeste a conferir tudo, confere por fim a única coisa que a escola te proibiu de conferir, que era ela mesma, e ao conferi-la contra a Escritura chegaste até este veredito.

Agora confere a Escritura contra a tua alma, e verás que o que ela pede de ti não é uma camada a mais, é um nascimento; não é um esforço a somar, é uma entrega; não é subir, é ser carregado. O evangelho não te oferece o topo da escada. Oferece-te o ombro do Pastor, que desce ao vale onde te perdeste e, “achando-a, a põe sobre os seus ombros, jubiloso” (Lucas 15:5), e essa é a única boa-nova que nenhuma tradição da terra jamais soube inventar, porque não se inventa, revela-se.

O chamado final

Fecho o livro onde a epígrafe o abriu, no versículo que foi o eixo de todo o processo: “levando cativo todo o entendimento à obediência de Cristo” (2 Coríntios 10:5). Todo o entendimento, escreveu o apóstolo, e o livro inteiro foi a aplicação desse todo a uma filosofia que se recusava a ser levada cativa, que reservava para a experiência, para o símbolo, para o grau, um território fora do senhorio do Verbo.

Não há tal território. Cristo é Senhor da lógica e da história, da física e da poesia, da epistemologia e da alma, e não existe um só canto do real, nem o mais íntimo recanto da consciência onde o místico julga tocar o inefável, que não esteja debaixo dos seus pés traspassados, pois Deus “sujeitou todas as coisas a seus pés” (Efésios 1:22).

O chamado deste livro, portanto, não é para trocar um mestre por outro, Olavo por Calvino, Aristóteles por Clark, uma tradição por uma escola; o chamado é para reconhecer o único Senhor que os mestres bons apontam e os maus usurpam, e para levar a ele, cativo e feliz, o pensamento inteiro, sem reservar porção nenhum, sem guardar uma câmara secreta para a gnose, sem manter uma escada de emergência para o dia em que a fé parecer pouco.

A fé nunca é pouco, porque o seu objeto é infinito. O que é pouco, sempre, é o ídolo, e o mestre feito fundamento era um ídolo, o mais nobre que conheci, e nem por ser nobre deixava de ser pequeno demais para a alma que Deus fez do tamanho da eternidade.

Devo a Olavo de Carvalho o despertar da minha inteligência, e paguei a dívida no prólogo e no sétimo capítulo, com juro de gratidão sincera.

Mas a minha alma eu não devo a ele, nem a nenhum mestre, nem a mim mesmo; devo-a a Quem a comprou, e é a Ele que a entrego, e é para Ele que convoco o leitor, no fim de todas as contas deste livro que foram, desde a primeira linha, uma só conta disfarçada em sete. Para o cristão, nenhum mestre humano pode ocupar o lugar da Palavra de Deus.

O chamado não é trocar Marx por Olavo, nem Paulo Freire por Aristóteles, nem o progressismo por um tradicionalismo místico. O chamado é levar cativo todo o entendimento à obediência de Cristo, e nele, e somente nele, descansar.

Ponte não é casa; anda-se sobre a ponte, não se mora nela.

O mestre foi ponte, para mim e para muitos, e uma ponte, cumprida a travessia, fica para trás com gratidão e não com culto. A casa é outra, e o seu fundamento é a Rocha, e a porta está aberta, e o Dono chama pelo teu nome.

Entra.

BIBLIOGRAFIA

Nota: Essa lista inclui livros consultados e indicados para leitura.

Bavinck, Herman. *Dogmática Reformada*.

Bavinck, Herman. *Ética Reformada*.

Calvino, João. *As Institutas da Religião Cristã*.

Carvalho, Olavo de. *A Dialética Simbólica*.

Carvalho, Olavo de. *A Filosofia e Seu Inverso*.

Carvalho, Olavo de. *Aristóteles em Nova Perspectiva*.

Carvalho, Olavo de. *Curso Online de Filosofia*.

Carvalho, Olavo de. *Edmund Husserl contra o Psicologismo*.

Carvalho, Olavo de. *O Imbecil Coletivo*.

Carvalho, Olavo de. *O Jardim das Aflições*.

Carvalho, Olavo de. *O Mínimo que Você Precisa Saber para Não Ser um Idiota*.

Carvalho, Olavo de. *O Saber e o Enigma*.

Cheung, Vincent. *Cativo à Razão*.

Cheung, Vincent. *Paulo e os Filósofos*.

Cheung, Vincent. *Teologia Sistemática*.

Cheung, Vincent. *Ultimate Questions*.

Clark, Gordon H. *A Christian View of Men and Things*.

Clark, Gordon H. *Clark and His Critics*.

Clark, Gordon H. *Language and Theology*.

Clark, Gordon H. *Religião, Razão e Revelação*.

Clark, Gordon H. *Três Tipos de Filosofia Religiosa*.

Robson, Ronald. *Conhecimento por Presença*.

Van Til, Cornelius. *Apologética Cristã*.